

**UNIVERSIDADE DO VALE DO PARAÍBA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E ARTES
CURSO DE HISTÓRIA**

**TRABALHO DE GRADUAÇÃO
2008**

A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE JACAREHY

ALUNA: CESIRA PAPERÁ

ORIENTADORA: PROF^a VALÉRIA ZANETTI

**BANCA EXAMINADORA: PROF^a MARIA JOSÉ ACEDO DEL
OLMO**

PROF^a MARIA APARECIA R. PAPPALI

NOTA DO TRABALHO:10 (DEZ)....

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – SP

A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE JACAREHY

CESIRA PAPER

Relatório Final apresentado como parte das Exigências da disciplina Trabalho de Graduação à Banca Avaliadora da Faculdade de Educação e Artes da Universidade do Vale do Paraíba.

**UNIVERSIDADE DO VALE DO PARAÍBA
2008**

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho

In memorian ao grande amigo, primeiro ambientalista de Jacaréi, geógrafo e professor Ricardo Corbani Ferraz; que faleceu na noite de 17 de maio de 2008, atropelado na Rodovia Presidente Dutra fiscalizando as obras próximas ao Rio Comprido.

In memorian a professora Maria José de Araújo Cappelli, que me contou tantas histórias de Jacarehy.

In memorian ao professor José Simplicio que em 1982 me aconselhou: “Dedique-se à história, moça!”.

À Adelmir Morato de Lima, primeiro Diretor do Museu de Antropologia de Jacaréi, que com sua força, coragem e sabedoria, conseguiu enfrentar os 13 anos de restauro do "Solar Gomes Leitão" e depois, resistir à todas as injustiças e traições que sofreu, por Poder Público e de alguns seus colaboradores.

À Professora Maria Ada Cherubini, por seu conhecimento e ética, ao auxiliar, apoiar e defender as obras do restauro do "Solar Gomes Leitão" junto ao Poder Público e seu apoio incondicional à Adelmir Morato de Lima.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Luiza Papera, minha mãe e Leonel Papera Junior sempre presentes comigo, depois da perda de meu Pai e meus irmãos mais velhos; e ao meu filho Pietro Ivo Pistéco, que pacientemente entende as minhas pesquisas.

Agradeço a todas as pessoas da lista seguinte, por me concederem gentilmente entrevistas para que eu pudesse realizar esta pesquisa utilizando a significativa fonte da História Oral, vislumbrarmos os meandros históricos do Patrimônio Cultural de Jacarehy.

Adelmir Morato de Lima, Ayrton Vinícius Naves e Silva, Benedito Sérgio Lencioni, Dr. Celso Paiva Ferreira, Maria Ada Cherubini, Maria Lucia Sant'ana, Osmar de Almeida, Osny Telles Orselli, Pascoalina Alberigi.

AS FAÇANHAS DO LEITÃO

Dos muitos homens que passaram por aqui, um resolveu ficar e acabou fazendo fortuna. Esse homem foi João da Costa Gomes Leitão, que veio de Portugal e começou a ganhar dinheiro como tropeiro, fazendo transporte de mercadorias em lombo de burro. Depois de um tempo, ele começou a plantar café, o produto mais importante do Brasil naqueles meados de 1800.

Em 1850, foi proibida a chegada de novos escravos no Brasil. Leitão percebeu logo que vender escravos poderia ser um ótimo negócio, se ele soubesse driblar a Lei. E foi assim que ele fez sua riqueza, como traficante de escravos.

O coronel enriqueceu e construiu dois casarões, o luxuoso Solar Gomes Leitão, onde ele dava festas e a residência onde ele morava com sua família. Na verdade, coronel mesmo ele não era, mas foi chamado assim porque tinha muito dinheiro e poder.

...

Mas o feito mais impressionante desse homem foi desviar o leito do rio Paraíba. Alias, até hoje tem gente que acha lorota essa história, mas ela aconteceu mesmo.

...

O que esse Leitão tinha de rico, tinha de ruim. O povo conta que ele enterrou viva uma das suas filhas dentro de uma parede do Solar. Parece que ele fez isso porque a moça queria se casar com um rapaz pobre, sem eira nem beira.

...

Depois de tantos feitos e malvadezas, finalmente o coronel sucumbiu. Dizem que no dia do seu enterro colocaram dentro do caixão, no lugar de seu corpo, um talo de bananeira...

Sepultura do Coronel João da Costa Gomes Leitão e Esposa.



Fonte: Acervo Leonel Papera.

Sepultura Particular nº 2429 – 27/04/1879.

Escultura em Mármore de Artista Português – Lisboa 1879.

Cemitério da Saudade – Bairro do Avaréi – Jacaréi – São Paulo.

Livro de Registro de Sepultamento nº 21875-1880.

Livro Ano 1875 – 1264 à 3201.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
CAPÍTULO I: Preâmbulos Históricos Antropológicos do Vale do Paraíba.....	05
CAPÍTULO II: Patrimônio Histórico Cultural de Jacareí.....	23
CAPÍTULO III: Capela de Nossa Senhora dos Remédios.....	38
CAPÍTULO IV: A Extinção do Casarão Paiva.....	44
CAPÍTULO V: Museu de Antropologia do Vale do Paraíba.....	59
1.1 Solar Gomes Leitão.....	59
1.2 As Origens do Museu de Antropologia do Vale do Paraíba.....	59
CAPÍTULO VI: Conjunto Arquitetônico Ferroviário.....	89
CAPÍTULO VII: Edifício da Manufatura de Tapetes Santa Helena.....	103
CONCLUSÃO.....	107
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	108

INTRODUÇÃO

A configuração atual das cidades do Vale do Paraíba nos dá indícios de mudanças drásticas para suprir necessidades sociais e urbanas que se apresentaram contundentes no transpor dos sistemas econômicos e modo de produção dos séculos XIX e XX; perpassando as possibilidades do homem da região de se identificar inserido no perfil histórico das suas próprias origens.

A cidade selecionada para o enfoque foi a cidade de Jacareí, por ter apresentado no início do século XXI uma série de transformações apontadas que se enquadram nesse estudo como mutiladores para a preservação do Patrimônio Cultural, da memória histórica e da identidade cultural da cidade.

Partindo de um referencial visivo e contemporâneo de como se configura o Patrimônio Cultural da cidade, recorreremos a fatos e enunciados históricos relativos à preservação deste e, inicialmente se mostraram isolados, mas trazendo à luz da contemporaneidade, revelaram um amplo sistema conecto entre a preservação do patrimônio cultural, a ação dos atores sociais e seus mecanismos de ação; o ressurgir da consciência e responsabilidade social, através de contestação de uma classe descontente; e a ascensão de uma hegemonia política e cultural imperante e mutiladora dos resquícios deste Patrimônio.

Através do estudo dessa conjuntura orientou-me a professora Valéria Zannetti, a direcionar a pesquisa histórica observando as ações administrativas no âmbito da política cultural e da cultura política que permeiam a classe dirigente e da sociedade civil; para compor um quadro da conjuntura da Preservação de Patrimônio Cultural em Jacareí, domínios da História Cultural.

O tema se revelou amplo, complexo e abrangente, não historiado ainda, pois para se entender essa conjuntura contemporânea de processos mutiladores do Patrimônio Cultural fez-se necessária a observância de ação e reação social, alternância política e alteração da hierarquia de poder.

Acerca de bibliografia a que se refere o tema, na abordagem regional do Vale do Paraíba, fez-se presente literatura que aborda o processo de desenvolvimento da região no período de transição entre economia cafeeira e período pré-industrial (1850- 1930); mas, menos abrangente a produção literária no âmbito do antagonismo correlato entre esse

desenvolvimento e o apagamento da identidade cultural ao qual foi submetida à sociedade de Jacareí, estando coligada a esse dualismo cultural-econômico no Vale do Paraíba.

Sem precedentes a análise política cultural da preservação e do Patrimônio Histórico Cultural da cidade de Jacareí, bem como a historiografia relativa à preservação de alguns dos objetos patrimoniais selecionados para o campo de estudo:

- A Capela Nossa Senhora dos Remédios.
- A extinção do Casarão Paiva.
- O Museu de Antropologia do Vale do Paraíba.
- O Conjunto Histórico Arquitetônico Ferroviário.
- O Edifício da Manufatura de Tapetes Santa Helena.

A escolha do tema se deu a partir da observação direta da ausência de efetiva preservação do Patrimônio Cultural da cidade de Jacareí, como já foi observado em 1999, pelo professor Benedicto Sergio Lencioni em seu livro *Retalhos da Memória*.

“... Jacareí traz escondida nas dobras dos séculos, uma rica história, mas nem tudo poderá ser resgatado. A traça, o descaso, a ignorância vêm, pelo tempo agora, destruindo sistemática e inexoravelmente a memória local”.

A historicidade dos exemplares patrimoniais selecionados demonstra por si o percurso negligente traçado pela política relativa ao Patrimônio Cultural em Jacareí, e a fragilidade a que estão expostos os bens culturais.

“Poucas vezes percebemos a ênfase do assunto através de denúncias feitas pela imprensa circulante nos meios atuais “,... que é esse tema ligado às construções antigas e seus pertences; representativos de gerações passadas e que englobadamente, recebem o nome genérico de Patrimônio Histórico... essa expressão usual... abrange somente um segmento de um acervo maior que é o chamado Patrimônio Cultural de uma nação ou de um povo”. (LEMOS, 1987).

Visto não ser deste século que o ordenamento jurídico e a Administração Pública brasileira, bem como os estados e municípios possuem um ordenamento jurídico político e institucional que pontuam a conexão inter executivas e legislativas em três níveis de ação; ponderou-se problematizar a inércia, o conflito e a gradual descaracterização no âmbito do Patrimônio Cultural Jacareiense.

Quais fatores originários imperaram através dos tempos e da legislação, que corroboraram na contemporaneidade, para o atual perfil histórico cultural urbanístico?

Quais os mecanismos que surgiram, germinaram e prevaleceram na contemporaneidade que viabilizaram as lógicas dualísticas:

- demolir para rivalizar; (Colégio Antônio Afonso - 1976).
- não legislar para não instituir; (a persistente conduta de parte de todas as administrações municipais, em não criar mecanismos legais para composição jurídica do Museu de Antropologia do Vale do Paraíba).
- revitalizar para coexistir; (direcionamento do trânsito de automóveis, transporte público e congestionamento ao “Centro Histórico”).
- esfacelar para progredir; (Malha Ferroviária extinta para construção de fictício “Anel Viário”).
- reinventar para suplantar; (destituição das condições operacionais descritivas do Conjunto Histórico Arquitetônico Ferroviário para implantação de Parque Municipal).
- desmontar para recriar; (subtração da linha ferroviária e implantação de zonas esportivas em área de preservação do Patrimônio Histórico Arquitetônico Urbanístico Cultural).
- neutralizar para não evoluir, (cancelamento e destituição de pessoal e projetos técnicos avançados na dinâmica da política cultural como no Museu de Antropologia do Vale do Paraíba).

Quais pressupostos históricos estariam condicionando na atualidade as ações e iniciativas municipais depreciativas no que tange o respaldo jurídico institucional federal e estadual para salvaguarda do Patrimônio Cultural.

Que indícios comportamentais de agentes, atores e instituições, se caracterizaram na esfera sócio política jacareense que submeteram à indiferença e paralisação do vetor de cidadania favorecendo outros setores privilegiadamente mais avançados e organizados na ação para projeção de uso, aproveitamento do espaço urbano e do solo em detrimento ao Patrimônio Cultural?

Quais processos desencadearam a omissão de classes dominantes governativas frente a progressiva e consensual aplicação de recursos humanos especializados e interdisciplinares na dinâmica dos estudos e projetos que resultem em mudanças contundentes na ação preservativa cultural.

A metodologia utilizada nesta pesquisa fundou-se em bibliografia temática existente, artigos de revistas e jornais de época e atuais, documentos de registros de leis da Câmara Municipal; consulta ao Cartório Oficial de Registro de Imóveis de Jacareí-SP; Cartório Oficial de Registro Civil e de Interdições e Tutelas da Sede Comarca de Jacareí-SP, Acervos Históricos Fotográficos Particulares, Arquivo Público e Histórico de Jacareí, Biblioteca e Arquivos não instituídos do Museu de Antropologia do Vale do Paraíba. Cartas pessoais relativas ao tema. Entrevistas registradas por recurso áudio-visual, com cidadãos que fazem parte do poder público atual na ação cultural e cidadãos que fizeram parte dos processos sócio culturais referentes ao Patrimônio, evidenciam técnicas da história oral como fontes fundamentais disponíveis; visto a cidade não possuir um programa sistêmico de arquivos de documentação no âmbito da ação executiva e programas de pesquisa e difusão historiográfica local. Enquadramento de investigações através da Micro-História. Visitação investigativa de espaços públicos internos e externos, consultas à rede informatizada de comunicação - *internet*

No primeiro capítulo discutem-se os aspectos históricos e antropológicos do homem do Vale do Paraíba e fatores geopolíticos condicionantes.

No segundo capítulo discute-se Patrimônio Histórico Cultural de Jacareí.

No terceiro capítulo apresenta-se o estado de deterioração da Capela Nossa Senhora dos Remédios.

No quarto capítulo discute-se a extinção do Casarão Paiva.

No quinto capítulo apresenta-se uma introdução histórica das origens da criação do Museu de Antropologia do Vale do Paraíba, á partir do relato de seus idealizadores.

No sexto capítulo apresenta-se o esfacelamento do Conjunto Histórico Arquitetônico Ferroviário.

No sétimo capítulo apresenta-se a intervenção depreciável no Edifício da Manufatura de Tapetes Santa Helena.

Antecedendo os capítulos, foram incorporadas imagens da produção artística de pintores primitivistas da cidade de Taubaté e Jacareí: Pedro Peloggia, Scila Peloggia e Alex Peloggia; que retrataram espaços culturais e modos de viver delineados na região.

CAPÍTULO I

PREÂMBULOS GEOGRÁFICOS, HISTÓRICOS E ANTROPOLÓGICOS DO VALE DO PARAÍBA

O Patrimônio Cultural foi negligenciado historicamente no Brasil e em particular na cidade de Jacareí. A política cultural gerenciada por classe dirigente dominante com cultura política fundamentada na exploração do bem natural e público, na violência física para manutenção de exploração humana com o sistema escravista, no coronelismo implementado desde o século XIX; representada no século XX por imigrantes e migrantes oriundos de várias regiões brasileiras, em função da industrialização do Vale do Paraíba; neste século XXI submete o Poder Público Constituído e o mercado local às suas necessidades estruturais de manutenção de empregos e negócios. Visto ser essa política cultural, resultado de anseios políticos de classe dirigente descrita e caracterizada historicamente; configura-se desprovida de mecanismos de reconhecimento acerca da importância da historicidade Jacareense; e sempre intermediou o contexto social, o desenvolvimento econômico da cidade e o reconhecimento do pleno exercício da cidadania no âmbito da proteção e preservação do Patrimônio Cultural.

A determinação do capital internacional promoveu a extinção dos povos originários, deu origem às cidades e ao processo de desenvolvimento destas, traçou a trajetória e garantiu a manutenção no poder de grupos oligárquicos, institucionais e chefes locais, no Vale do Paraíba. Na concepção de Caio Prado Júnior,

“...vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma empresa comercial, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no social como no econômico, da formação e evolução histórica dos trópicos americanos. Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde, ouro e diamante; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu.

Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão-de-obra de que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, mercantil, constituir-se-á a colônia brasileira.

Este início, cujo caráter manter-se-á dominante através dos séculos da formação brasileira, gravar-se-á profunda e totalmente nas feições e na vida do país.”(PRADO JR., 1986)

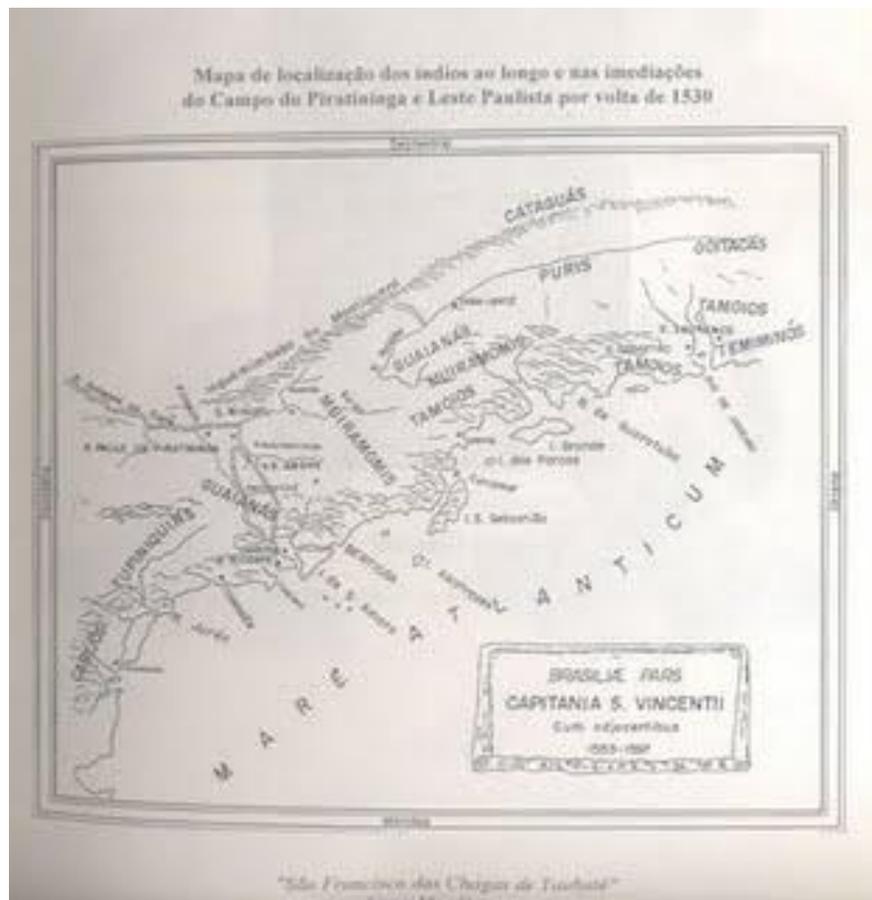
Através da iconografia e narrativas religiosas, de viajantes pesquisadores e cronistas que pelo Vale do Paraíba passaram á partir da invasão territorial praticada pelo colonizador português, encontramos literatura que nos informa sobre os povos nativos componentes das sociedades humanas que habitavam o Vale do Paraíba no início da colonização portuguesa. Além da literatura da época, as pesquisas arqueológicas que raramente são executadas e disponibilizadas para a grande maioria da sociedade, revelam sempre novidades acerca dos povos que na região habitaram, e significam nesse século XXI a fonte mais importante para a busca de reconhecimento e compreensão da história de culturas antepassadas que, com suas tradições, usos e costumes, colaboraram na formação diversificada, pluralista e homogênea da composição do Patrimônio Cultural do homem do Vale do Paraíba.

Fig. 1 Índios Tupinambás



Fonte: Jean de Léry

Fig. 2 Tribos do Leste Paulista



Fonte: Antonio Carlos Argôllo de Andrade

Os povos que ocupavam a costa litorânea do continente americano e zonas adjacentes internas no século XVI foram descritos por Alfred Métraux como:

“...aborígenes, cuja língua e civilização material apresentam uma profunda unidade, estavam divididos em numerosas nações que se combatiam escarniçadamente. Muito embora cada uma dessas nações ou tribos usasse seu próprio nome, eram todas, geralmente, de Tupinambás. Na realidade, porém, tal designação, que semelhantes indígenas se davam a si mesmos, historicamente cabia apenas aos tupis estabelecidos no recôncavo do Rio de Janeiro, na região da Bahia e na província do Maranhão.

Apesar de sua total extinção, os tupinambás se podem considerar os aborígenes sul-americanos mais bem conhecidos.”

Da religião dos Tupinambás, Métraux descreve as crenças no além-túmulo, assim como foram descritas por Thevet

“Quando morre o marido, ou a esposa, ou outro qualquer parente - pais, mães, tios ou irmãos - os selvagens curvam-no dentro da própria rede onde falece, dando-lhe a forma de um bloco ou saco, à semelhança da criança no ventre materno; depois, assim envolvido ligado e cingido com cordas de algodão, metem-no em um grande vaso de barro, cobrindo-o com a gamela onde o defunto costumava lavar-se, receando, segundo dizem, que o morto ressuscite, se não está bem amarrado, temor, aliás, muito grande, pois crêem que isso já aconteceu a seus avós, motivo pelo qual convieram em tomar tal precaução.”

Fig. 3 - Urna Funerária Tupinambá



Fonte: Jean Baptiste Debret

Sobre essa maior proximidade e percepção sobre os Tupinambás, Berta Ribeiro explica que foi o primeiro povo do continente que inicialmente estreitou contatos com o colonizador, pois;

“...pertencia à grande família Tupinambá, tronco tupi-guarani, que ocupava quase todo o litoral.

Eram recém-chegados à costa, de onde expulsaram as tribos inimigas, com exceção de alguns grupos, encaminhando-os para o sertão. Os tupi transmitiram aos primeiros cronistas e aos jesuítas a noção de que o mundo indígena se dividia em dois grandes blocos: o dos que falavam a sua língua e praticavam seus costumes e o de seus contrários, chamados tapuia (os grupos filiados à família lingüística jê e alguns outros de língua isolada), o que quer dizer escravo. Essa divisão dos índios no Brasil prevaleceu muito tempo e servia para distinguir os grupos do litoral daqueles do sertão. Com o devassamento do interior nos séculos seguintes ao da descoberta, passou-se a ter uma visão mais exata do mosaico indígena que habitava o país.

... Os índios do tronco tupi-guarani eram povos agricultores, com grande mobilidade espacial. Os primeiros colonizadores surpreenderam e até provocaram suas migrações. A localização precisa desses grupos foi, por isso mesmo, muito difícil. ... Os tupi viviam numa faixa de São Paulo até o Pará. Os tupi da costa eram conhecidos pelo nome genérico de Tupinambá e se dividiam em vários grupos locais.... Do Rio Paraíba do Sul até Angra dos Reis era domínio dos Tamoio que viviam em constante hostilidade com os Temiminó, ocupantes do baixo Paraíba.”

Paulo Reis Pereira relacionou indígenas que habitaram o Vale do Paraíba: Temiminós, Tupinambás, Puris, Tamoios, Goitacás, Guaianás, Maramomis.

Acerca de pesquisas recentes realizadas nos sítios arqueológicos de Jacareí, Vale do Paraíba e Estado de São Paulo os arqueólogos Érika M. Robrahn-González e Paulo Zanettini enunciaram que

“... o conhecimento atual sobre a ocupação de grupos ceramistas pré-coloniais no Estado de São Paulo é ainda bastante incompleto... são conhecidos cerca de 200 sítios, que estão longe de corresponder à sua totalidade. Isto se deve, pelo menos em parte, ao fato de contarmos com grandes extensões territoriais praticamente desconhecidas, como é o caso do próprio Vale do Paraíba.... os 200 sítios cerâmicos de São Paulo apresentam consideráveis variações... variações na indústria cerâmica levaram à definição de três grandes unidades classificatórias: a tradição Tupiguarani, a tradição

Itararé e a tradição Aratu/Sapucaí...informações indicam que os sítios com cerâmica Tupiguarani de São Paulo estão longe de constituir uma unidade. Ao contrário, fornecem indícios de especificidades locais e regionais...

O sítio Santa Marina de Jacareí apresentou material cerâmico relacionável à tradição Tupiguarani...”

Os arqueólogos relacionaram outros sítios cerâmicos de Jacareí, que denunciam e confirmam a presença de comunidades indígenas no território do Vale do Paraíba, antes da chegada do colonizador e subseqüentemente a extinção destas.

Sítio Arqueológico Vila Branca pesquisado por González e Zanettini;

Sítio Arqueológico Pedregulho escavado por Cristina Scatamacchia;

Sítio Arqueológico Mirante do Vale pesquisa realizada por Plácido Cali.

Fig. 4 Sítio Santa Marina Jacareí



Fonte: Paulo Zanettini

Fig. 5 Sítio Santa Marina Jacareí



Fonte: Paulo Zanettini

Fig. 6 Sítio Vila Branca Jacareí



Fonte: Walter F. Morales

Fig. 7 Sítio Vila Branca Jacareí



Fonte: Walter F. Morales

Fig. 8 Pedra Memorial ao Sítio Vila Branca



Fonte: Acervo Leonel Papera

Fig. 9 Pedra Memorial ao Sítio Vila Branca



Fonte: Acervo Leonel Papera

Fig. 10 Núcleo de "Armazenamento" de Fragmentos Arqueológicos Jacareí



Fonte: Acervo Leonel Papera

Fig. 11 Núcleo de "Armazenamento" de Fragmentos Arqueológicos Jacareí



Fonte: Acervo Leonel Papera

Fig. 12 Núcleo de "Armazenamento" de Fragmentos Arqueológicos Jacareí



Fonte: Acervo Leonel Papera

Fig. 13 Núcleo de "Armazenamento" de Fragmentos Arqueológicos Jacareí



Fonte: Acervo Leonel Papera

O Patrimônio Histórico Cultural pode historiar a trajetória Jacareense e os bens materiais podem contar a trajetória da ocupação do espaço regional. A preservação de território detectado como zona arqueológica, a manutenção deste como legado cultural, sua utilização parcial como Parque Arqueológico com núcleos de pesquisa científica e desenvolvimento de programa sócio-econômico para aproveitamento destes; proporcionaria, com cientificidade a inserção do reconhecimento do sujeito étnico indígena na formação de uma identidade cultural legítima e fortalecida ao homem do Vale do Paraíba; bem como uma via de aproveitamento e uso do solo que garantisse a sustentabilidade do planejamento urbano e, enfim uma aliança entre patrimônio cultural, ciência e desenvolvimento econômico.

Por meio da análise das camadas geológicas que comportam os sítios arqueológicos, seria possível retroceder e percorrer os períodos históricos, bem como mapear as etnias que povoaram a região, observando costumes e sistemas sociais. Possível seria através de uma leitura urbanística entender o processo de invasão do colonizador submetendo e acuando os

povos originários, mapear qual era a posição geográfica desses povos e modos de interação com o meio ambiente. Reconhecer os espaços onde se assentaram os primeiros colonos, vilas, capelas e igrejas construídas.

A 16 km de Jacareí, às margens da Rodovia Henrique Eroles -SP-066 se encontra a Freguesia da Escada, aldeamento indígena que foi chamado de Nossa Senhora da Escada; no caminho para Mogi das Cruzes que era vila desde 1611.

Fig. 14 Igreja Nossa Senhora da Escada



Fonte: Acervo Leonel Papera.

Processo de Tombamento da Igreja Nossa Senhora da Escada

Igreja Nossa Senhora da Escada

Aldeia de Guararema

Processos: 00345/73 Tomb: ex-officio em 21/9/72

Tombamento IPHAN em 25/1/41

Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 61, p. 4, 21/9/1972

O aldeamento de Nossa Senhora da Escada, cuja fundação data do século XVII, constitui o núcleo da atual cidade de Guararema. Este aldeamento, situado à margem esquerda da atual cidade de Guararema. Este aldeamento, situado à margem esquerda do Rio Paraíba, surgiu nas antigas terras do capitão mor de Mogi das Cruzes, Brás Cardoso, onde foram construídos uma igreja e um arraial. Inicialmente, este local abrigou oitocentos índios orientados por jesuítas que foram, nos primórdios do século XVIII, substituídos pelos franciscanos.

A igreja construída em taipa e pilão e pau-a-pique constitui-se em remanescente da arquitetura religiosa dos jesuítas, com planta em nave única, capela-mor e dependências nos fundos. O convento, situado no prolongamento da elevação da igreja, encontra-se dividido em dois pavimentos, muito alterados no decorrer do tempo.

Fonte: Processo de Tombamento

Fig. 15 Igreja Nossa Senhora da Escada e anúncio de Restauração



Fonte: Acervo Leonel Papera

O documento da “Criação da Villa de Jacarehy” escrito por Jorge de Souza Pereira, Tabelião do Público Judicial e notas da Villa de Santa Anna das Cruzes de Mogy-Mirim, de 21 de Novembro de 1653, relata o motivo pelo qual Jacaréi naquele momento histórico deixou de ser o povoado para se oficializar como “Villa” frente ao poder constituído representativo da “Real Coroa Portuguesa De Sua Magestade que Deos Guarde”.

Constam no documento as presenças do Capitão Diogo de Fontes e moradores de Paraíba que pediram ao Capitão Mor Bento Ferrão Castello Branco, que fosse criada uma Villa na zona onde habitavam, pois sendo os pedintes pobres e por ser o caminho para Villa de Mogy-Mirim, muito longe, tinham grandes dificuldades para levar até lá suas mulheres e filhos e portanto viviam e cresciam esses filhos sem serem batizados e sem ouvirem a Missa. Logo no dia seguinte veio a Jacaréi o Capitão Mor para ver o “Cittio” para o qual fora feito o pedido de criação da “Villa”. Tendo sido constatada a adequação das terras, foi

aceito o pedido e confirmada a criação da “Villa Nossa Senhora da Conceição da Paraíba”, foi ordenada a construção de uma igreja, levantado o Pelourinho e fincada a primeira pedra em nome “Sua Magestade da Coroa de Portugal”. Pela tradição oral dos povos de recontar o quê traz dentro de si sobre o passado, sabe-se da existência de uma pedra fincada ao lado da Igreja do Avareí, mas que nunca passou por investigação histórica ou arqueológica, visto a cidade não desenvolver programas de pesquisa historiográfica local.

Têm-se então, nesse entremear de escopos econômicos, políticos e religiosos que comandavam os destinos dos povos no território invadido, o surgimento de uma Villa por razões antropológicas; ou seja, pela necessidade do homem daquele tempo, do século XVII, de prestar contas a Deus. Precisavam perante Deus realizar os casamentos, os batizados, verem as missas e fazerem confissões. Portanto, Jacareí inicia sua história como Villa da Coroa Portuguesa, por uma condição geopolítica de ocupação e domínio de território; mas com uma determinação de origem antropológica, imprimindo em suas relações institucionais e sociais de submissão ao poder, um caráter antropológico que historicamente preponderou através dos tempos até os nossos dias.

Segundo Sérgio Buarque de Holanda em seu livro *Caminhos e Fronteiras*, o motivo da criação da Villa de Jacarehy foi a dificuldade de locomoção até o aldeamento Nossa Senhora da Escada e Villa de Santa Anna das Cruzes de Mogy-Mirim.

Da lenda resgatada através da tradição oral em pesquisa realizada por Érica Turci e Tatiana Baruel extrai-se a noção sobre a origem da região criada pelo imaginário popular, que narra a luta de um índio guerreiro que lutou e venceu o deus cobra para ganhar o amor de sua amada, causando a morte do inimigo que caiu sobre a terra desfazendo-se em água e dando origem ao Rio Paraíba do Sul.

Dos registros em documentos e narrações de viajantes que por Jacareí passaram, resulta que Jacareí era então uma grande várzea, cercada por morros forrados de florestas, que proporcionava ao imenso leito do Rio Paraíba do Sul o transbordamento de suas águas no período das chuvas de verão.

Dados enunciados à partir de dados revelados pela professora Ivana de Souza Cunha descrevem a flora e fauna da mata atlântica ainda abundantes na região;

“... o mameluco se tornava naquele momento o homem mais adaptado à essa terra, os portugueses que chegavam e os índios que aqui ainda se encontravam desfrutavam dos recursos naturais. Coletavam frutas do mato e do campo - jabuticabas, maracujás, araticuns, goiabas, pitangas, bananas, mamões, gravatás e pinhões ..como pacas, marrecos, patos, antas, capivaras, quatis e jacarés, lagartos, tatus, preguiças, macacos, veados, papagaios e aves várias. A caça e a pesca piraquara eram praticadas para subsistência e no processo de aculturação entre o índio e o branco, os instrumentos de produção e captação de recursos naturais para manutenção da vida na região utilizados pelos índios, foram apreendidos e absorvidos pelo colonizador português.”

Portando em seu território o Rio Paraíba que então era navegável desde o porto da Freguesia Nossa Senhora da Escada; sendo ponto importante de passagem e pouso no sistema viário dos Bandeirantes que partiam de São Paulo de Piratininga, conforme narra Raymundo Campos:

“... a primeira descoberta do ouro era resultado das inúmeras incursões dos bandeirantes pelos sertões, realizadas durante a segunda metade do século XVII, primeiro à procura de índios para escravizar e depois na ânsia de encontrar ouro, prata e pedras preciosas.

O caminho que saía da Vila de São Paulo passava primeiro pelo Vale do Paraíba, Mogi, Laranjeiras, Jacareí, Pindamonhangaba e Guaratinguetá. Depois se realizava a passagem da Mantiqueira...”

Em seu livro *Arte Sacra Colonial-Barroco Memória Viva*, Percival Tirapeli ilustra as vilas paulistas com mapas desenhados por Arnauld Juliene Pallière que em 1821 estivera em Jacareí e narrara a mudança fluvial e a existência do pelourinho na Vila.

“Jacareí, segundo revelam desenhos de Pallière, era uma cidade muito importante pelo porto e pela passagem. A mudança do rumo fluvial determinou a escolha da vila pelo porto, sendo o Paraíba utilitário, não paisagístico. A igreja e a praça se posicionam dando fundos para o rio... sua vista era barrada pelo casario. O templo determina apenas a praça, onde a Casa da Câmara, posicionada de modo lateral, não compete visualmente com a igreja. O sítio plano favorece uma circulação livre e em toda volta não possui construções contíguas. Essas terras planas que tanto favoreciam um traçado hipodâmico são tratadas de maneira displicente, nem sequer fugindo das próprias inundações.”

O pesquisador Adelmir Morato de Lima em seu livro *Os 14 do Vale – Pintores Primitivos do Vale do Paraíba*, explica que através de mudanças no processo econômico de

exploração de riquezas naturais, transferência de mão de obra e investimentos de capital nas monoculturas da cana de açúcar e posteriormente de café, no Vale do Paraíba; alterou-se a composição étnica regional, com a inserção do homem negro africano, que foi preponderante na formação sócio-antropológica-cultural do homem do Vale do Paraíba.

“Algum tempo depois da decadência do ciclo do ouro em Minas Gerais, no final do século XVIII, o plantio do café atinge o Vale do Paraíba.... No decorrer do século XIX, esse produto transforma profundamente toda a região, em seus aspectos políticos, sociais e econômicos...A riqueza gerada pelo café, o ouro negro, como também era conhecido, possibilitou o surgimento da aristocracia rural vale-paraibana, que tinha seu expoente na figura dos Barões do Café, homens influentes e poderosos, que acumularam fortunas com o maior fenômeno agrícola do século. Nesse período o Vale do Paraíba recebeu um contingente de escravos africanos jamais visto em sua história. O trabalho escravo nas fazendas foi vital para a cultura do café..

A cultura vale-paraibana estruturou-se em bases européias, indígenas e negras. Desde o período da colonização, os europeus receberam a influência dos indígenas, tanto na alimentação (uso do milho, feijão, mandioca), como na fabricação de cerâmica, esteiras, redes, além de uma série de conhecimentos peculiares da cultura indígena. Essa influência indígena também se faz presente nos nomes das cidades vale-paraibanas. Por sua vez, a cultura negra sobreviveu, mas teve que adaptar-se aos padrões dos colonizadores. Essa injunção pode ser observada no comportamento religioso, em que rituais da cultura africana permaneceram, só que invocando santos da religião oficial católica. Dessa maneira mantiveram-se vivas, de alguma forma, suas crenças e os valores espirituais. Mas, a cultura negra também se expressa na linguagem, na música, na agricultura e na comida, na utilização de instrumentos domésticos, nos mitos e crendices.

Outras manifestações demonstram a influência negra, mas a fusão da cultura do negro com a do índio e a do europeu tornou a questão tão complexa, que é praticamente impossível delimitar o que pertence exclusivamente a um ou aos outros.”(LIMA, 1987)

Nos documentos notariais e inventário que certificam ações financeiras do Alferes João da Costa Gomes Leitão, fazendeiro, escravocrata, juiz de paz; intitulado Coronel Leitão; nota-se as relações de direito de posse e decisão do proprietário sobre as mercadorias mais valiosas da região, na época. Além da monocultura do café, o proprietário de terras era detentor de poder nas relações com as pessoas, visto ser ele proprietário das

mercadorias mais valiosas: as terras, os escravos e as mulheres. Seus escravos e suas filhas garantiam o acúmulo e geração de riquezas. A origem da família do homem do Vale do Paraíba se dá nas relações permeáveis entre brancos, negros e indígenas; letrados e analfabetos, padres e benzedeiros, ricos e pobres, vestidos e pelados... “no espaço do campo, estradas e rios, seguindo a gênese da família patriarcal brasileira , no âmbito rural”. (FREYRE, 1958)

Fig. 16 Coronel Leitão



O Alferes João da Costa Gomes Leitão, riquíssimo negociante e cafeicultor de Jacareí, sustentáculo da guerra do Paraguai na região e um dos maiores acionistas da Estrada de Ferro São Paulo-Rio.

Fonte: Acervo Luiz José Navarro da Cruz

“... proprietários de fazendas de café, das áreas mais antigas situadas na Baixada Fluminense e Vale do Paraíba.

...Constituíam-se no importante setor cafeeiro até 1870. A produção nas fazendas dependia essencialmente de mão-de-obra-escrava.”(COTRIM, 1991)

Caio Prado Junior explica que social e politicamente, o café foi responsável pela criação da última aristocracia do país, depois dos senhores de engenho e dos mineradores. Os proprietários de terras e produtores de café formaram a elite social brasileira, que dominou o cenário político, pois São Paulo se encontrava na liderança e foi responsável

pelas transformações econômicas, políticas e sociais do século passado: a migração do Norte ao Sul, a imigração européia, a abolição da escravidão e inclusive a República.

Por estradas e fatos mapeamos as cidades do Vale, que passaram por um processo de assentamento para se adequarem às normas ditadas pela economia do mundo moderno e seu novo modo de ação e produção que prevera a ocupação dos espaços urbanos.

O período de declínio da monocultura cafeeira a partir de 1870, descrito na literatura de Monteiro Lobato, em sua obra *Cidades Mortas*, nos remete ao trâmite do poder patriarcal, coronelístico, monárquico; condicionante de sentido de proteção dos grandes senhores e líderes religiosos; para o novo paradigma da sociedade capitalista industrial, em que o homem do Vale do Paraíba teria que perder os elos, correntes que o atrelavam ao sistema escravista de composição social, acionado por ações combinadas e coordenadas, que haviam sustentado a monocultura do café.

Esse foi o período transitório entre o sistema de produção do século XIX, com seu poder político vigente, seu modo de se impor nas relações sociais, e o novo modelo de produção do século XX; que fez com que o homem vale-paraibano fosse lançado no sistema das ações individualistas do novo modelo econômico, caracterizando mais uma vez o processo mutilador e impositivo do poder constituído sobre o conjunto sócio-antropológico ao qual este homem pertencera.

CAPÍTULO II

PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL DE JACAREÍ

O meio ambiente e os bens culturais são partes integrantes do Patrimônio Cultural e conservam as marcas do capital em busca de riquezas. Jacareí se encontra entre as Serras do Mar e Mantiqueira, caminhos que os bandeirantes paulistas faziam na direção das minas de ouro. Repousavam em Jacareí nas pousadas e ranchos, reabasteciam as tropas e dali partiam para Minas Gerais. Esse percurso narra a história através das marcas presentes no Patrimônio Ambiental e Cultural, descrevendo o processo de formação e contenção geopolítico-cultural do homem do Vale do Paraíba. Por estradas e rios vemos as invasões das bandeiras guiadas pelo indígena conhecedor das trilhas; pelas ruas ocupadas por vilas e igrejas, casarões e casebres, é presente a ação do colonizador e as sequenciais transformações da paisagem cultural e ambiental, implementadas pelo sistema econômico que regeu a formação sócio-política e cultural do Brasil.

Interligadas pelo Rio Parayba, trilhas e estradas de aldeias e Vilas a partir de São Paulo até Guaratinguetá compunham a Antiga Trilha dos Índios, o Caminho do Gado, a ESTRADA REAL, percorrida para alcançar as Minas Gerais. A importância histórica dessas vilas e vias é evidenciada através das análises dos primeiros trabalhos cartográficos do século XVIII, realizadas pelo geólogo Antonio Gilberto Costa ao descrever os obstáculos geográficos impostos pela Serra do Mar à realização do processo de exploração de riquezas do interior do Brasil.

“... Empecilhos para a transposição da serra do Mar ao longo de boa parte do litoral sul do Rio de Janeiro e norte de São Paulo impuseram grandes voltas aos viajantes que se dirigiam à Vila de São Paulo ou à região das minas. Para alcançar os sertões, alguns viajantes deslocavam-se por via marítima até o porto de Santos, subiam o Caminho do Mar até a Vila de São Paulo e daí seguiam pelo Caminho do Sertão em direção às minas. Para lá chegar era necessário passar pelas vilas paulistas do Parayba, marchando de sol a sol em viagens que duravam cerca de 60 dias.”

Por estudos realizados a partir de 2001 pelo escritor, Doutor em História Social Marcio Santos:

“... o Caminho Geral do Sertão já era percorrido antes da descoberta das jazidas minerais, havendo mesmo a possibilidade de que tenha sido essa a rota seguida pelo fundador da povoação de Santos, Brás Cubas, numa expedição ocorrida em 1560-1561”.

Elucidações históricas por ele lançadas revigoram a existência de ESTRADA REAL em Jacareí e adjacências:

“... o Caminho Velho era o Caminho Geral do Sertão, via antiga que ligava São Paulo de Piratininga e as vilas do vale do Paraíba-Mogi (das Cruzes), Jacareí, Taubaté, Pindamonhangaba e Guaratinguetá-, através da serra da Mantiqueira...”

Em suas pesquisas Marcio Santos nos faz notar a ocorrência da expressão “ESTRADA REAL” nos Anais da Biblioteca Nacional através de relação de estampas publicadas na Flora Brasiliensis, de Von Martius e Thomas Ender, que descreve a mata virgem à beira da ER entre Jacareí e Aldeia da Escada, ano 1836.

Fig. 17 Estrada entre Jacareí e Aldeia da Escada



Fonte: Thomas Ender

Em 1976 o cidadão jacareense assistiu ao desaparecimento de uma edificação considerada modelo de arquitetura neoclássica do século XIX; o então conhecido prédio do Colégio Antonio Afonso. Desmoronamento na concepção de uns, e demolição na concepção de outros, mas o prédio do Colégio Antonio Afonso desapareceu.

Entrevista com Ayrton Vinícius Naves e Silva sobre o Museu de Antropologia, em que ele se refere ao prédio do Colégio Antonio Afonso.

P – E a relação com Solar Gomes Leitão? Em que momento aparece a idéia do museu de antropologia e a conexão com o prédio do Solar. Qual foi o precedente?

R - É que a gente tinha perdido o Antonio Afonso.

P - E como foi essa perda?

R - Lastimável. Foi no período do Toninho Nunes. O prédio estava lá. Tinha-se a condição de preservar. Era a única cidade que você tinha dois prédios. Era como um portal da cidade. Dois prédios com características neoclássicas e um de frente para o outro; com história. E você entra em Jacareí e é recebido por esse portal. Então a gente tinha essa, essa de querer preservar esses dois patrimônios. Um térreo e o outro sobrado. Com raízes na formação não só urbana, mas histórica da “aldeia de Jacareí”.

O portal da cidade, idealizado por Ayrton Vinícius Naves e Silva seria formado pelos dois edifícios, que margeavam a Estrada Real, atual Rua Quinze de Novembro.

Fig. 18 Solar Gomes Leitão 1944 Grupo Escolar Coronel Carlos Porto



Fonte: Foto Cambusano (Acervo Luiz José Navarro da Cruz)

Fig. 19 Prédio do Colégio Antônio Afonso. Foto 1944



Fonte: Acervo Luiz José Navarro da Cruz

Você formava um triângulo. Dois prédios e o Avaré, Igrejinha do Avaré. A pedra fundamental, e ali ficava fácil você contextualizar a história. Esse era o sentido, mas eu percebia uma vontade política que o Antonio Afonso fosse tombado literalmente. Aí, eles puseram um plástico e as águas de março conseguiram...Veio favorecer essa intenção política de desabar. Não sei se nessa intenção tinha uma idéia e consciência do tamanho que seria reformar isso. Não sei nem se o município tinha condição financeira para isso, não sei se tinha apoio do IPHAN do CONDEPHAAT, essas coisas para quem é idealista...Ele não entra por esses universos. Ele tem o idealismo. O idealismo não tem força para preservar, o que tem força é o poder.

Segundo o pensador francês Michel Foucault,

“Dispomos da informação que o poder não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação, como também da afirmação que o poder não é principalmente manutenção e reprodução das relações econômicas, mas acima de tudo uma relação de força.

... se o poder se exerce, o que é este exercício, em que consiste, qual é a sua mecânica?”(FOCAULT, 1986).

R - (continuação da entrevista)... E aí assistimos a esse desabamento lamentável. Uma perda grande não só para Jacaré...O que se preserva é a memória. Hoje com a

tecnologia você pode fazer o mesmo Antônio Afonso, mas ele não vai ter a memória, os mesmos materiais... Então no ano 3000 quando vierem fazer uma prospecção: UAI!...Mas existia esse material? Não. Não existia porque não foi aquilo. Então preservar a memória é que fundamenta o interesse de se trabalhar no sentido de ter esses pontos de referências para se alinhar um processo histórico, para se contextualizar um momento, para resgatar uma cultura que: esta sim, não tem como preservar... Não tem como você pensar como um homem da idade média para entender o quê foi As Cruzadas. Então a gente se apóia nessas coisas e memórias para ter referências, para criar um pensamento, para se aproximar.

Nota-se que com o fato ocorrido em 1976, abriu-se uma discussão em torno do assunto Preservação de Patrimônio em Jacareí, e isso desencadeou uma ação conjunta de cidadãos que naquele momento tiveram a possibilidade sensitiva e informações históricas, sociais e civis que tornaram possível o movimento acerca do Patrimônio.

Entrevista com a Professora Maria Ada Cherubini em 1º de Novembro de 2008, que teve participação no processo histórico cultural de Jacareí. Eu gostaria que a Senhora fizesse uma narrativa sobre o Colégio Antônio Afonso, os motivos do desaparecimento do Prédio, como era a relação do poder público municipal com a preservação do prédio como Patrimônio.

P – No tempo que eu estudei, então a cidade era muito menor, muito menos popular do que é hoje, então praticamente poucas escolas existiam e as mais importantes eram o Grupo Escolar Carlos Porto onde hoje funciona Museu de Antropologia e o Colégio Antônio Afonso. No local onde funcionou o Colégio Antônio Afonso, funcionavam duas instituições no tempo que eu estudei, duas instituições escolares. Durante a manhã e a tarde funcionava porque, o prédio próprio era da prefeitura, era da municipalidade, então ele foi cedido pra funcionamento de duas escolas, uma escola era estadual, que era a escola normal e o ginásio estadual de Jacareí, onde se formaram muitas turmas dos professores inclusive mais antigos da cidade e a outra instituição, ela era uma instituição formada, administrada por uma sociedade mantenedora sem fins lucrativos, visando então principalmente a profissionalização e a educação daquelas pessoas que trabalhavam durante o dia que não tinham condição, vamos dizer assim, que, poder estudar além do grupo escolar, daqueles quatro anos de educação elementar. Então existia um ginásio noturno Antônio Afonso e uma escola de contabilidade pra aquelas pessoas que trabalhavam e que era única, porque hoje existem, a nível de 2º grau, várias opções, vamos dizer, profissionalizantes. As opções eram limitadas e a opção

daqui da cidade era fazer contabilidade. Então, praticamente minha vida escolar, eu fiz o grupo escolar no local, onde hoje é o museu, depois o ginásio e a escola normal, atravessando a rua que é onde era o Ginásio Antônio Afonso e o curso de Contabilidade também. Então foi isso. Agora, essa sociedade mantenedora de ensino, existia um grupo, eu vou colocar muito rapidinho isso daí. Existia um grupo político que durante muitos anos administrou a prefeitura e administrou a sociedade mantenedora que foi um grupo político ligado à família Máximo aqui e o grande que é aquele que foi professor de matemática, diretor da escola de Contabilidade, o prof. Luís de Araújo Máximo, as pessoas conheciam como seu Tito, foi prefeito da cidade também, tudo isso. Então, depois porque o processo histórico, não existe nada, a vida é uma transformação então houve um determinado momento que se organizou um outro grupo político e assumiu a liderança da cidade que foi um grupo liderado pelo Sr. Antônio Nunes de Moraes Júnior e foi também liderado pelo José Cristóvan Arouca, pelo Aldo Lopes, irmão de uma educadora muito importante da cidade que foi dona Alba Lopes da Costa, esse grupo então, assumiu a liderança, porque a política é assim cíclica em função de liderança. Então, o que aconteceu em relação ao Antônio Afonso à famosa queda, que ele desmoronou foi, a origem tá lá adiante, primeiro quando você tinha, veja bem, uma liderança que administrava a sociedade mantenedora, daqui à pouco você tem uma outra liderança política que é contrária, aí já cria uma situação de conflito, não conflito aberto, porque houve assim uma, vamos dizer assim, uma alternância de poder mas o poder de um grupo não se extinguiu assim no ar. Então aconteceu que um dos prefeitos, depois houve o período que foi o período assim do regime de exceção que formaram dois grupos políticos e um dos prefeitos da cidade foi o Sr. Malek Assad que não era participante direto em nenhum desses dois grupos mais. Então por exemplo assim, na escola de contabilidade no ginásio noturno, funcionava assim, ela era uma sociedade sem fins lucrativos, então quem não tinha condição de pagar não pagava inicialmente e quem tinha condição de arcar com o pagamento das mensalidades, pagava mensalidades baixas, porque a finalidade era auxiliar, vamos dizer assim, a educação daqueles que trabalhavam e quem trabalha vivendo do salário não tem muitos dividendos. Então, no governo desse prefeito, os custos com o pagamento de professor oneraram uma escola, então a escola sempre vivia tentando equilibrar as contas.

C – Por que os recursos vinham da prefeitura?

P – Não, os recursos vinham assim, quem podia pagava pouco, quem não podia estudava de graça, inicialmente, depois a coisa foi ficando mais difícil com o tempo,

então os custos foram ficando maiores, porque eu dirigi um tempo a escola também, eu me formei, voltei a lecionar no Antônio Afonso, fui diretora um ano, porque não tinha...quer dizer, a minha vocação é lecionar, não é assumir a direção de escola que é uma função mais burocrática. Então eu assumi um ano enquanto não viesse alguém que tivesse o registro, porque eu tinha o registro de diretor também. Eu fiquei um ano lá... Então me interessou na escola pra lecionar no técnico de contabilidade, prática jurídica aquele tempo, uma pessoa que tinha formação jurídica e tinha formação também de diretor que era a Dra. Belmira Santos Costa que era casada com um Sr. que era juiz na cidade, então, a hora que ela chegou lá com registro eu já retornei para o que eu gostava de fazer e ela assumiu a direção e ela era uma pessoa muito eficiente, porque além de ela ter a condição de magistério, ela tinha uma formação jurídica.

C – Mas no período em que a Senhora esteve como diretora?

P – Eu voltei a lecionar e ela assumiu a direção, então ela passou a ser minha diretora. Eu era diretora quando ela iniciou magistério depois eu retornei, então ela se transformou em diretora, graças à ela eu voltei a lecionar, que era o que eu gostava realmente de fazer.

C – E no período em que a Senhora foi diretora, o que a Senhora observou...?

P – Eu observei a questão financeira que vinha desde o tempo que eu substitui esse Sr. Que era o Professor Tito que foi prefeito que dirigiu, que era daquele 1º grupo de políticos muito significativos na cidade.

C – E onerava a prefeitura...?

P – A prefeitura só cedia o prédio, porque inclusive, se o grupo antagônico ao diretor assumiu, a prefeitura não iria realmente.

C – E de onde vinham as verbas?

P – As verbas vinham dos alunos que podiam pagar, do pouco que os alunos pagavam...

C – E isso mantinha a escola?

P – Mantinha a escola, mas com os professores, porque geralmente os professores que trabalhavam lá, inclusive o Professor José Simplício que foi muito ligado à parte cultural e já não esta entre nós, ele lecionou lá. Eram professores que lecionavam em outras escolas e a noite lecionavam no Antônio Afonso, recebendo um salário baixo, mas eles todos tinham passado por lá, e outros vieram, que tinham uma consciência social muito grande, então as outras pessoas, por exemplo, que trabalhavam em outras profissões, por exemplo, o Professor muito importante que foi o Raul Porto, o Amauri

Vasquez, que trabalhavam em outras profissões mas ele na parte do curso de contabilidade, contadores da cidade como o Sr. Osmar Braga, pessoas assim; então graças ao esforço dessa equipe e aos poucos que podiam pagar a escola ia se equilibrando mais, as coisas foram ficando difíceis e quando assumiu a prefeitura esse Sr. que não era diretamente ligado, porque aí a gente estava no período da revolução, no período recessão, ele não era diretamente ligado a esses grupos, ele tinha uma independência política. Você não consegue, vamos dizer assim, embora ele possa ter tido aliados de um grupo ou de outro, mas ele tinha uma luz própria quando ele administrou, a esposa dele que é a Delma Assad, que fundou a JAM, que hoje presta, muito benefício aqui pra comunidade. Então, essa diretora que era casada com esse Senhor que era juiz, Dra. Belmira Santos Costa, hoje ela é viúva, ela tendo um tino administrativo muito bom, ela entrou em contato com o prefeito da ocasião que era o Sr. Malek Assad, e ela conseguiu bolsas de estudo da prefeitura então, além do próprio, ele fornecia bolsas de estudo. Agora, o que acontece,... esse Sr. o Antônio Nunes, ele voltou à prefeitura e ele, além dele praticamente não simpatizar com o grupo que tinha fundado a sociedade Mantenedora e nem podia, pela injunção política, aí era um critério político. Quando ele concorreu na eleição, eu não sei por que ele achou que ele foi prejudicado nos votos que ele poderia ter pelo juiz eleitoral que coincidentemente era o marido da diretora Doutora Belmira; não houve, eu acho, nada disso, mas você sabe como é a política,... então quando ele assumiu, ele praticamente em relação à Sociedade Mantenedora..., a boa vontade dele devia estar zerada. Você está vendo como a coisa é histórica e como que vai começando. Não que ele não tivesse seu valor, ele teve, todos tiveram o seu valor, porque você tem que analisar as pessoas não assim...de acordo com seus interesses, você tem que analisar num contexto histórico, porque quem conta à favor de um ou de outro, então vai desvirtuar os fatos. Estou tentando Cesira, ser bem objetiva, não sei se eu estou sendo. Então, e aí qual seria o interesse dele, cortar as bolsas inicialmente, mas aí o que aconteceu, um Senhor que era o chefe de gabinete dele, tinha sido professor na escola normal, o senhor José Canettieri ele era muito conhecido, muito amigo do professor José Carlos Cruz. Então, a polêmica das bolsas foi grande, um dia conversando com ele porque, algumas pessoas que lecionavam lá que eram da sociedade inclusive eu mesmo, tinha sido aluno e ele tinha sido professor, então eu conversei um dia com ele e disse o seguinte: Olha professor, o Sr. que é um educador ótimo, com todos os seus princípios e o senhor é chefe do gabinete, só o Sr. vai poder fazer com que isso não aconteça e ele ainda disse: nem que

seja a última coisa que eu faça na prefeitura e que depois eu vá embora, os alunos terão as bolsas. E eu achei de um princípio quer dizer, ele já era um educador que a gente respeitava, e o respeito cresce nessa hora. Daí o prefeito disse, vamos dizer assim, transferiu para ele a responsabilidade de resolver o problema, aí ele esteve lá, conversando com a direção, com o presidente da sociedade mantenedora tudo e acertou o problema das bolsas. Então... bolsas da prefeitura mesmo a contra gosto do prefeito da ocasião. E continuaram a vir a existir pro bem dos alunos, porque graças ao empenho desse senhor e dos outros professores que não tinham nenhuma implicação política, porque senão a perda seria dos alunos, porque como se diz, entre a briga do mar com o rochedo, quem perde é o marisco. Aconteceu isso tudo bem, aí depois com o tempo eu já nem estava lecionando mais lá, porque a escola já foi se equilibrando e tudo, mas não foi por nada... foi porque eu tinha mais outros compromissos então eu havia saído da escola mas eu participei de todo o acontecimento da destruição do prédio, porque a diretora e eu participávamos também da diretoria de um asilo da Associação Humanitária Amor e Caridade, que era presidida por um senhor que tinha uma liderança muito grande na comunidade que era o seu Cornélio que preside esse asilo que existe até hoje. Ele está muito bem administrado por uma psicóloga... então fazia um trabalho muito grande na cidade, porque eu acho que faz falta é exatamente esse envolvimento das pessoas da comunidade pelos problemas da comunidade porque a gente sente que na medida que foi havendo assim uma globalização, uma valorização do dinheiro e das coisas materiais decresceu muito essa disponibilidade de fazer coisas assim, voluntárias eu acho isso. Embora existam voluntários ótimos até hoje, mas o número eu acho que decresceu, pela luta, pela vida, pela estrutura que a gente tem aí...

C – Pelo grau de importância, das instituições em que esse voluntariado trabalhava. Como a Sra narrou que existiam os professores que por uma ligação afetiva com o colégio, trabalhavam à noite de acordo com as suas especialidades...

P – Verdade, inclusive o próprio professor José Carlos Cruz, que não sei se você chegou a entrevistar, mas ele foi uma pessoa que junto com outros se dispôs à isso, hoje já é mais difícil pelas condições, pelas dificuldades das pessoas se manterem, pela modificação de vida, pelos valores, os valores humanos que são tão fortes como também eram em relação a isto, mas tudo tem seu motivo, tudo tem suas causas. Então o que aconteceu. Aconteceu o seguinte, o teto, porque as telhas eram o mesmo tipo de telhas que tem lá no museu, com o tempo, o madeiramento foi se desgastando fora, cupim, fora tudo isso, então o teto estava na eminência de cair, como a sociedade

mantenedora...vamos dizer, a escola não tinha fins lucrativos, era impossível contratar uma empresa de restauro pra restaurar o teto, mas se deixasse o teto sem cuidar, ele vinha abaixo, inclusive ia provocar um acidente imenso, então o que foi decidido, eu já não estava lá mais, eu sei da coisa, porque eu convivia na outra entidade com a diretora. Então o que a sociedade mantenedora decidiu. Decidiu que faria isto, a parte do beiral iria conter com aquelas telhas, arrumando o madeiramento todo e telhas desse tipo eternit que são leves e quando houvesse condição, então iria fazer o restauro. Então agora, o que aconteceu...tinha que ser feito isso, porque se não ia ser provocado uma catástrofe, quando aconteceu isso, que foram colocar...e o prefeito soube disso, porque você sabe que informantes, você tem sempre de todos os lados. Então, ele entrou judicialmente com o embargo da obra, aí ficou uma batalha jurídica de embargar e desembargar, porque a diretora também tinha uma experiência jurídica muito grande. Quando era embargada, ela entrava com outro processo, mas nisso vai chovendo, a taipa, você sabe o que vai acontecendo com a taipa quando chove. Então esse senhor, o seu Cornélio que era líder comunitário e ele era presidente lá da Associação Humanitária do asilo, uma ocasião quando desembargou a obra. Quando ela conseguiu liberar o embargo, esse senhor falou o seguinte: olha, daqui a pouco vai cair aquilo lá, então ele resolveu fazer, começaram os pedreiros a trabalhar, o que ele fez? Ele falou o seguinte: Eu vou levar tipo roldana pra erguer rápido essas telhas pra conseguir cobrir pra não cair, aí o prefeito conseguiu embargar de novo, e aí vem aquela ordem do judiciário que tem que parar a construção e a ordem chegou pro empreiteiro que estava dirigindo a obra, a obra e os pedreiros continuaram trabalhando, porque eles não sabiam ainda, esse senhor foi lá com a roldana, nisso como eles estavam trabalhando, veio a polícia, porque tava descumprindo a ordem do juiz, e daí ele ia levar preso quem tava trabalhando, aí ele disse: “-Mas eu também estou aqui e trouxe uma roldana” e a polícia não queria prender esse senhor, porque ele era muito respeitado inclusive pelos próprios policiais. Ele falou: “-Mas não é justo, se eles forem (porque eles eram pessoas mais simples), eu tenho que ir junto”. E enfim, ele foi junto até a delegacia, aí prendeu pedreiro e prendeu seu Cornélio. Porque muita gente fica quieta, não sabe alguns detalhes e, talvez algumas pessoas poderiam ter também cerrado fileiras, mas a situação também não era propícia na época. Daí quando chegou lá e ficou explicado que os pedreiros não sabiam, que o empreiteiro não tinha aparecido por lá, que era de manhã cedo, aí liberou todo mundo, mas daí, o que quê aconteceu? Era época de chuva e a taipa cedeu e caiu. O prédio caiu assim...eu vejo às vezes o pessoal escrevendo Antônio

Afonso, algumas coisas que não correspondem muito bem a verdade, se fosse encontrada essa...ela deve estar residindo em São José, a Belmira poderia detalhar melhor essas coisas. Daí ele responsabilizou pela deterioração do prédio a direção da escola evidentemente e surgiram todos os procedimentos e algumas testemunhas foram testemunhar na delegacia. As poucas testemunhas que se dispuseram à ir foram a delegacia prestar os depoimentos, essas coisas e no fim foi prosseguindo, prosseguindo até que...a escola acabou funcionando nas instalações emprestadas, não sei se foi no SESI, foi uma instituição da cidade...eu não lembro...

P – A Senhora chegou a ver o estado do prédio depois do desmoronamento?

R –... a taipa são aquelas paredes grandes e com o movimento ali e com a infiltração das águas, se caiu uma das paredes que é das principais, praticamente a estrutura de madeira já estava comprometida, que era isso que se ia fazer... e depois poderia ir havendo o restauro devagar, nenhum dos prédios era tombado, não havia essa preocupação com o tombamento ainda como houve a preocupação do Grupo Osmar, pra tombar o outro prédio, depois do acontecido desse, surgiram assim algumas pessoas muito jovens pra época, pra não deixar acontecer com o que estava em frente, o mesmo que tinha acontecido com o outro prédio...

P – E o que as pessoas comentavam na época? ... Desmoronamento ou demolição?

R – Eu acho que as pessoas ficaram mais com a visão de desmoronamento...Porque vocês que são das gerações mais novas,...ouvem falar uma palavra que eu acho lindíssima, cidadania. ...Naquela época essa luta pela cidadania não existia, a cidade tinha menos habitantes,...a gente estava vivendo um período de repressão...então não tinha como divulgar e tendo que batalhar para que a escola não fechasse, para que os alunos continuassem estudando...

P – E o estado geral do prédio?

R – Na parte elétrica, pintura, hidráulica, na parte de conservação não era degradado, ele funcionava... o problema inicial foi o telhado.

... o Adelmir tinha conseguido um estudo, (realizado por Ricardo Ferraz) ...porque aquilo lá quando foi construído, passava pela cidade carroça, e carro de boi... quando vai passar caminhão, ônibus,... as telhas que eram grandes, que tem que mandar fazer porque não se fabrica mais... com as vibrações elas deslizam e dá goteira.

P – E a parte interna do prédio, ainda existiam características relativas ao período...

R – Existiam. A coisa que foi sempre muito bem conservada era o Salão Nobre... tinha a pintura, as cores, tudo guardava a característica... e no tempo da Escola Normal ...tinha um piano e as pessoas iam cantar... de tarde tinha o conservatório musical.

P - Ligado também à mantenedora?

R – Isso...obra mesmo da mantenedora... tinha o curso de piano porque já era uma tradição muito antiga,... as famílias mais tradicionais as filhas tocavam piano, ter uma formação musical.

Segundo Santos citada por Oliveira,

“... a abrangência conceitual da abordagem do patrimônio cultural está relacionada com a própria definição antropológica da cultura, como tudo o que caracteriza uma população humana ou como um conjunto de modos de ser, viver, pensar e falar de cada formação social. Todo conhecimento que uma sociedade tem de si mesma sobre as outras sociedades, sobre o meio material em que vive, sobre a própria existência, inclusive as formas de expressão simbólica desse conhecimento através de idéias, da construção de objetos e das práticas rituais e artísticas.

No âmbito do Estado brasileiro

“...a preocupação com bens culturais e imateriais já estava presente na década de 30 quando as fórmulas iniciais de políticas de proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional. Presente nas preocupações iniciais de Mario de Andrade, em 1936, e posteriormente, estabelecido como experiências pontuais, o patrimônio cultural – imaterial só foi objeto de reflexão mais detida a partir 1997, com a proposta da Carta de Fortaleza.” (SANTOS, 2004).

Segundo Carlos Lemos,

“Patrimônio Cultural é o conjunto de bens culturais, bens de preservação, monumentos artísticos, arquitetônicos, produção cultural humana e social, pertencente à sociedade. O movimento preservacionista no Brasil surgiu na década de 30 para garantir que a memória nacional fosse preservada, teve início a discussão de uma série de argumentos, temas e valores que corriam para se auto afirmar sobre novas concepções do moderno, inovador; submetendo a historicidade já presente nas manifestações culturais, movimentos sócio-

identitários, ao julgo do popular oposicionista sem valorizar o que já existia cristalizado na vocação multiétnica e diversificante do povo brasileiro.”

Fez-se então presente a preocupação em manter a identidade cultural, e para tal prescindia a observação sistemática e científica dos processos de evolução cultural influenciados por agentes externos mutiladores. E Lemos descreveu assim esse processo:

“Em 1936 originários de mentalidades absolutamente produtivas artisticamente, como sem travas ou imposições ditatorialmente impostas, surgiu o projeto de preservação de Mário de Andrade e Paulo Duarte. Era abrangente e amplo em oito categorias Mario de Andrade descreveu o elenco patrimonial brasileiro. Todo o patrimônio em sua materialidade e toda a abstração e introspecções imaginárias e mentalizadas. Criou o significativo conceito de valorização de uma referência material em função de fatos significativos permeáveis nessa materialidade, dando origem a uma concepção de prática de visualizar a história, ou seja, retirou a história dos fatos e descrições narrativas e situou-a permeável na materialidade do patrimônio e na percepção concreta da realidade.

O projeto de Mario de Andrade determinou no Brasil naquele período a possibilidade de alterar o código vigente de contenção do conhecimento e acesso à cultura porque reformulou o conceito de produção cultural e os modos de transmissão dela. Nesse momento Mário de Andrade transformou o patrimônio cultural que se encontrava no âmbito da vivência humana em potente, transmissor e dinamizador.”(LEMOS, 1987)

Jacareí possui rico Patrimônio Histórico Cultural, material e imaterial composto de arquivos notariais, sítios arqueológicos, prédios, igrejas, monumentos, estradas seculares, contos e lendas, produções artesanais e industriais, acervos de objetos documentais, fotográficos e bibliográficos, memórias remanescentes de colonizados, escravizados e imigrantes libertários que construíram no decorrer dos quatro séculos o contexto histórico cultural de hoje.

Abandonado, deteriorado e sem valorização histórica, geográfica, sociológica, filosófica e econômica, o patrimônio não se rege sózinho. O Patrimônio Cultural se torna prestigiado e permeia o processo de formação e desenvolvimento identitário dos grupos

humanos, a partir de suas valorizações sociais, educativas, pedagógicas e de exposição, apreciação, domínio público e tutela jurídica.

Para tal, é necessário a criação de política cultural que elabore esse projeto grandioso de reconhecimento e elaboração de registro e difusão do Patrimônio, e isso deriva de uma cultura política que absorva essas propostas inerentes à própria historicidade de cada patrimônio; uma política cultural que institua a cientificidade; que conceba o Patrimônio Histórico Cultural como instrumento de preservação e valorização da Vida Humana.

A Defesa do Patrimônio no Brasil se dá na esfera federal através do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional – IPHAN, e este substitui o precedente Órgão Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional SPAHN criado em 13/01/1937.

Na esfera estadual existe o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico Artístico e Turístico - CONDEPHAAT criado pela a Lei 10.247 de 22/10/1968 e confirmado na Constituição Estadual de 1989.

Na esfera municipal existe CODEPAC e o Fundo de Patrimônio Cultural FUPAC criados pela Lei 4557, de 26/12/2001.

Para que a legislação vigente se torne instrumento de defesa do Patrimônio Cultural se faz estratégica a difusão de educação patrimonial em abrangentes setores da sociedade visando a transformação da mentalidade brasileira, que permeada por cultura política vigente muitas vezes associa progresso a destruição ou revogação do passado; causando danos irrecuperáveis ao Patrimônio. Seguem os conceitos básicos primordiais enunciados pela Superintendência de Museus, órgão da Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais.

O que é patrimônio cultural?

“Entende-se por patrimônio cultural toda a produção humana, de ordem emocional, intelectual, material e imaterial, independente de sua origem, época, natureza ou aspecto formal, que propicie o conhecimento e a consciência do homem sobre si mesmo e sobre o mundo que o rodeia. Esse conceito se conjuga com o próprio conceito de cultura, entendida como um sistema interdependente e ordenado de atividades na sua dinâmica, em que não se separam as condições do meio ambiente daquelas do fazer do homem; em que não se deve privilegiar o produto-habituação, templo, artefato, dança, canto, palavra em detrimento das

condições históricas, socioeconômicas, étnicas e ecológicas em que tal produto se encontra inserido.

O que é bem cultural? Em seu sentido amplo, compreende todo testemunho do homem e seu meio apreciado em si mesmo, sem estabelecer limitações derivadas de sua propriedade, uso, antiguidade, ou valor econômico. Os bens materiais podem ser divididos em três grandes categorias:

- Bens naturais: rios, cachoeiras, matas, florestas, grutas, climas (patrimônio natural);

- Bens materiais: sítios e achados arqueológicos (patrimônio arqueológico); formações urbanas e rurais (patrimônio urbanístico); agenciamentos paisagísticos (patrimônio paisagístico); bens móveis como objetos de art, objetos utilitários, documentos arquivísticos e iconográficos; bens imóveis, como edificações rurais e urbanas (patrimônio artístico e arquitetônico); e

- Bens imateriais: tradições e técnicas “do fazer” e “do saber fazer” humanos, como polir, esculpir, construir, cozinhar, tecer, pintar, e outros (patrimônio intelectual); as expressões do sentimento individual ou coletivo, como as manifestações folclóricas e religiosas, a música, a literatura, a dança, o teatro, e outros (patrimônio emocional)”.

CAPÍTULO III

CAPELA DE NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS

A Capela de Nossa Senhora dos Remédios está na Confluência das rodovias Jacareí/Guararema e Presidente Dutra. Construída, nos setecentos pelos escravos, sob a ordem de Bartolomeu Fernandes de Faria¹, proprietário de terras e responsável pelos assentamentos humanos coloniais na região.

Fig. 20 Capela de Nossa Senhora dos Remédios



Fonte: Acervo Leonel Papera

¹Bartolomeu Fernandes de Faria é o mesmo cidadão que em 1710, formou um exército e foi “comprar” diretamente em Santos nos armazéns da Fazenda Real, o sal que faltava em Jacareí e causava a “doença do papo” na população. Este fato é narrado por cartas de jesuítas da Bahia e padres do Colégio de São Paulo. Fonte: Tereza C. R. E. Pereira e Edna H. M. Kamide. (Registro do Tombamento no Condephaat).

Segundo dados históricos apresentados no Processo de Tombamento do edifício:

“A Capela de Nossa Senhora dos Remédios foi construída em taipa e pilão no final do século XVIII, constitui-se em exemplar típico da arquitetura rural religiosa, com acréscimos posteriores: anexo lateral, ainda em taipa e pilão, e torre em alvenaria de tijolos. Possui um belo retábulo, com trabalho de talha, em madeira policromada.

Foi restaurada pelo Condephaat em meados da década de 1980, ocasião em que teve as telhas francesas substituídas por telhas do tipo capa e canal e a torre, à época em ruínas, eliminada. A estrutura da cobertura, em caibro armado, que havia sido alterada com a introdução de pontaltes de madeira, voltou à sua altura original.”(SAEZ, 1987)

Fig. 21 Furos para amarrar as telhas



Fonte: Acervo Leonel Papera.

Fig. 22 Beiral do telhado “Desamarrado”



Fonte: Acervo Leonel Papera.

Fig. 23 Parede e Assoalho deteriorados por umidade



Fonte: Acervo Leonel Papera.

Fig. 24 Assoalho deteriorado por cupinzama e umidade



Fonte: Acervo Leonel Papera.

Fig. 25 Porta Central da Capela N. S. dos Remédios



Fonte: Acervo Leonel Papera.

Fig. 26 Lateral da Capela Nossa Senhora dos Remédios



Fonte: Acervo Leonel Papera.

Fig. 27 Edificação residencial do caseiro da Capela Nossa Senhora dos Remédios



Fonte: Acervo Leonel Papera.

Ao lado da Capela Nossa Senhora dos Remédios se encontra a edificação de residência do caseiro. A alguns metros da Capela Nossa Senhora dos Remédios, encontra-

se um barracão de alvenaria e telhas galvanizadas em desarmonia com a Capela e com a legislação que protege o patrimônio tombado.

Segundo o arquiteto Ivo de Moraes Pisteco, que visitou a Capela e emitiu relatório de observações técnicas sobre o estado de preservação da Capela:

“A Capela Nossa Senhora dos Remédios apresenta grave risco de desmoronamento. As paredes estão se deteriorando em função do alto nível de umidade. O telhado apresenta um deslocamento acentuado em função das telhas utilizadas não terem sido amarradas. As telhas escorregam frequentemente e isto causa o destelhamento de todo o edifício. O nível de deterioração do material de madeira é comprometedor.”

A Capela Nossa Senhora dos Remédios se encontra abandonada e as festas religiosas não ocorrem mais ali. Em frente à porta central se encontra uma pedra com uma placa: São Cristóvão 2001. Os objetos sacramentais originais da Capela se encontram depositados no anexo lateral em péssimo estado de conservação.

CAPÍTULO IV

A EXTINÇÃO DO CASARÃO PAIVA

“Forse dovrei solo parlare delle recenti sciagure che pesano terribili sulle nostre anime; ma ora che nostre case sono distrutte, prima che la nostra gente si disperda, sarà necessário narrare per i sopravvissuti i casi piú notevoli successi nei nostri luoghi, in questi ultimi tempi, perché non vada perduta la memória degli uomini che l’abitarono.” (Francesco Jovine)

Em fevereiro de 2008, em Jacareí foi demolido mais um “Casarão”. Ao lado do antigo prédio que hospedava a antiga farmácia do Jarbas, ao lado do número 110 da atual Praça Conde Frontin, estava localizado o imponente Casarão Paiva. Era um edifício que possuía características históricas e dimensionais bem delineadas. A pesquisa sobre os motivos de sua demolição recebeu sempre a mesma resposta: ”a demolição foi muito rápida”. A maior parte das pessoas que trabalhavam no centro histórico da cidade, em torno ao edifício perceberam o fato como danoso ao patrimônio ou à memória, pois a ausência do Casarão Paiva deixou um vão imenso e sinistro do lado esquerdo da praça para quem se posiciona em frente à Igreja do Bom Sucesso.

Fig. 28 Casarão Paiva



Fonte: Acervo Luiz José Navarro da Cruz

Algumas pessoas ainda têm lembranças do Casarão. Pascoalina Alberigi, uma senhora nascida em 1924, discorreu sobre as lembranças da casa: “Era o Casarão Paiva, do seu Aníbal Paiva que era casado com a professora Maria, eles moravam em cima, e embaixo da residência, tinha um bar em que todos que desciam na estação ferroviária vinham tomar um café ali”.(ALBERIGI, 2008).

O Casarão Paiva possuía características claras e definidoras do seu período histórico e sócio – econômico: Ingresso lateral duplo com escadas internas que levavam ao plano superior, à zona residencial; com janelas e balcões fronteiros debruçados sobre a rua principal do centro urbano daquele período, a Praça João Pessoa, atual Praça Conde Frontin; a ferrovia e o trem; debruçado sobre a história urbana da cidade. No térreo, se encontrava a área comercial do imóvel, onde se desenvolvia a atividade comercial, mormente do proprietário, Aníbal Paiva Ferreira A sobreposição da residência à atividade econômica que se desenvolvia no imóvel está ligada ao elo homem – espaço – produção e sobrevivência, do período Esse conjunto de características habitacionais e produtivas demonstra o estatuto seguido arquitetonicamente para conservação e afirmação do poder da classe dominante. ..

Fig. 29 Praça João Pessoa, atual Praça Conde Frontin-Estrada velha Rio-S.Paulo



Fonte: Acervo Luiz José Navarro da Cruz

Desde 1924 habitou ali a família Paiva, o piso superior possuía duas residências interconectadas por passagem interna, mas com espaços habitacionais independentes. Na lateral fronteira à direita habitava a família de Aníbal Paiva Ferreira, na lateral fronteira à esquerda os seus pais e no piso térreo, a zona de trabalho. De 1924 á 1946 funcionou como sede da 1º agência automobilística Ford de Jacareí. Ao lado a 1º oficina mecânica, que formou os 1º profissionais mecânicos de Jacareí. Ali cidadãos Jacareenses tiveram acesso às ferramentas e equipamentos que haviam já inaugurado o mundo moderno corroborando com a nova mentalidade de criar mecanismos de dominar o tempo em função da necessidade de acumular e reproduzir capital.

A partir da revolução industrial e do advento dos motores automobilísticos bem como o engendramento das sociedades na nova dinâmica das relações sociais, políticas e econômicas, foi gerada a dinâmica do capital, que culminou em 1947 com a criação do primeiro Banco do Vale do Paraíba, por iniciativa de detentores do capital financeiro da região que visavam tutelar e gerenciar com autonomia, no próprio território, o destino do próprio capital. Em entrevista especial para elaboração deste trabalho, Doutor Celso Paiva Ferreira discorreu sobre as memórias do Casarão Paiva e da família Paiva Ferreira:

... “Em 1906, eles abriram uma fazenda em Igaratá que se chamou Fazenda São João da Boa Vista, que eu não peguei. Em 1922 eles vieram para Jacareí e em 1924, eles construíram o Casarão. Meu pai nesta altura já tinha o projeto de criar a agencia FORD em Jacareí em 1924 quando terminou a construção do prédio. Moraram no Casarão meus dois avôs maternos e avó paterna e meu pai com a família.

Em 1924 fundaram, com Nicola Capucci a Agência Ford. O Edsel é afilhado do meu pai porque nossos pais foram amigos e sócios durante muito tempo.

Em 1924, eles fundaram a agência FORD e esta agência FORD viveu até 1948 por aí, não me lembro exatamente quando, porque depois meu pai criou uma oficina mecânica em continuação daquele serviço que a FORD prestava; porque o Casarão era bem típico de construção européia; você tem um hall em cima e um negócio para pessoas no térreo, era exatamente isso. O Casarão tinha um salão muito grande que era salão de demonstração de automóvel etc, e no fundo tinha um enorme tamanho, talvez uns 1200m² que era oficina, a oficina da Agência FORD e depois a oficina mecânica Aníbal Paiva, mais tarde o Casarão se prestou a uma Sede do 1º Banco daqui de Jacareí, o Banco do Vale do Paraíba que meu pai era gerente, depois do Banco do Vale do Paraíba desapareceu e depois o Banco Novo Mundo, depois o Banco Econômico, e

depois os bancos todos desapareceram e o salão virou casa comercial... E a garagem virou fábrica de caixinha e embalagem, etc... Essa é a idéia mais ou menos, da história.

Fig. 30 Casarão Paiva



Fonte: Acervo fotográfico Luis José Navarro da Cruz

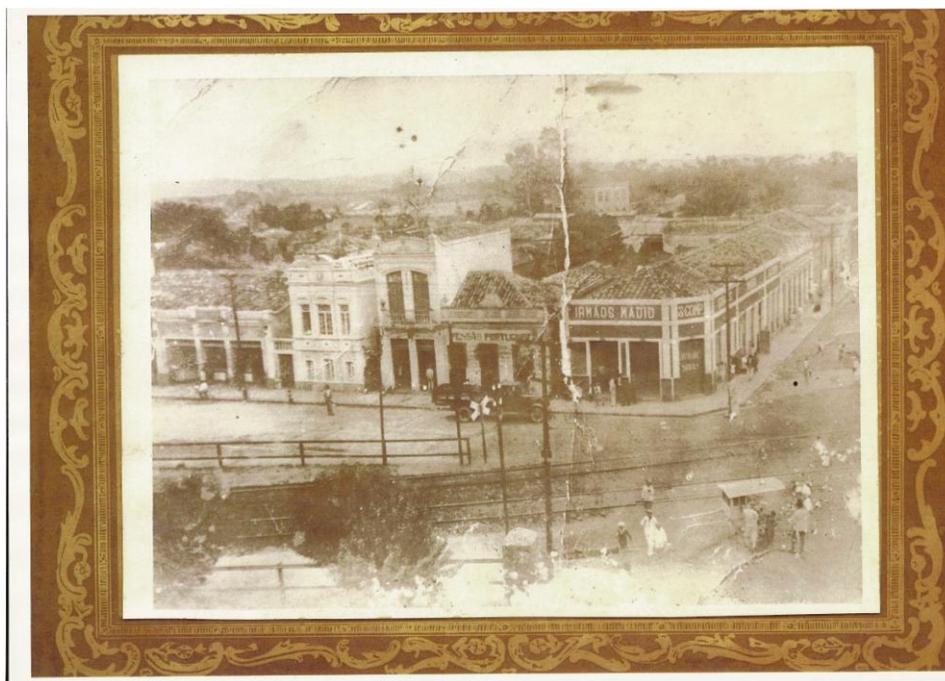
Meu pai viveu naquela casa até os seus 87 anos, morreu em 1987.

Minha mãe viveu naquela casa até 1997 e depois que minha mãe faleceu a casa ficou vazia, conservada por nós até a decisão da família vender a casa porque... Foi uma decisão da família vender...

Era um casarão mesmo, até porque abrigava duas famílias... A gente sempre morou no andar superior, com muito espaço.

Tinha lembranças de infância... Por exemplo,... Saber que ali era a Estrada São Paulo-Rio, por exemplo, todo mundo sabe que era a Rua Alfredo Shuring, depois caía na praça João Pessoa, depois Barão de Jacareí e depois ia para a Estrada Velha São Paulo-Rio. Então a Estrada São Paulo-Rio, tanto de rodagem quanto à de ferro passavam ambas ali na Praça; então a movimentação toda, agente via e todos os acontecimentos também: procissão, desfiles comemorativos, política, discursos... Eram todos ali. Uma outra lembrança importante... que eu acho que se perdem,... Talvez, seja o fato que...

Fig. 31 Estrada Velha Rio São Paulo



Fonte: Acervo Fotográfico Luiz José Navaro da Cruz

O quê dividia a praça era a linha do trem que era uma linha só... Ali era a Estação de trem, então o trem vindo do Rio para São Paulo, ou vice-versa, obrigatoriamente parava aqui; bom... Então, como a praça era dividida pela estação de trem criou-se um jardim para lá da linha, que era do lado da Igreja do Bom Sucesso e na outra parte se instalou a estátua em homenagem ao expedicionário, que não era nesta posição de hoje, ela era praticamente era em frente do Casarão num jardim que foi feito por um prefeito que se chamava Carvalho Rosas e o jardim era constituído de carvalhos e de rosas. Isso se perdeu no tempo... Mas antes da praça ser Carvalho Rosas, que aconteceu por causa inclusive da vitória dos pracinhas brasileiros, eu me lembro da minha irmã em cima de mim e, dela ter me acordado para que a gente jogasse papéis picados para as pessoas que estavam comemorando o fim da segunda guerra. Lembro-me disso, eu tinha seis anos de idade... Estávamos esperando o retorno de dois funcionários de meu pai que foram convocados e me lembro do dia que eles voltaram, teve um desfile, um baile e dança no Trianon.

A nossa sacada era local privilegiado para ver todos eventos, o ponto do ônibus que levava as pessoas para São Paulo ou São José dos Campos era ali. Eu me lembro daquele passeio por terra, não era nem calçada, era estrada Rio-São Paulo de terra. A estrada passava na praça chamada de João Pessoa. Políticos que passavam por aqui

passavam andando. Eu me lembro de Getúlio Vargas passando por aqui e multidão muito grande, quando ele desembarcou na estação de trem e passou pela praça toda e foi fazer um comício... Não sei onde. Meu pai acompanhou porque nessa época era candidato a prefeito... Ele foi levado, convencido com muita resistência dele, a ser candidato a prefeito justamente pelas suas atitudes e pelos seus feitos aqui em Jacareí. Veja bem: a primeira agência de automóvel, a primeira agência bancária do Vale do Paraíba, a primeira comissão de esportes. Ele foi presidente, foi criador da Guarda Noturna de Jacareí, fundador da Associação Comercial de Jacareí, membro da mesa administrativa da Santa Casa durante trinta e cinco anos..., Mas para prefeito ele não foi eleito. Um ponto importante da memória dele é a criação da Sociedade Mantenedora de Ensino que deu origem ao Colégio Antonio Afonso, numa época que Jacareí não tinha nem ginásio.”(FERREIRA, 2008).

Pela fachada do Casarão Paiva, via-se o ritmo da cidade, as relações sociais estabelecidas, uma história se passando. O Casarão Paiva foi, em sua existência Patrimônio Histórico Cultural de Jacareí, apesar de ter permanecido silencioso e esquecido pelo Inventário do Patrimônio Arqueológico e Arquitetônico de Jacareí de 2003, não constituído legalmente.

Fig. 32 Em fundo se vê o Casarão Paiva -1950



Fonte: Acervo Luiz José Navarro da Cruz

“Uma hora decorreu. Outras passaram”. (AUGUSTO, 1945)

Decorreu, no espaço público de Jacareí, a história do mundo. No espaço privado da família Paiva observou-se a história que passava entre balcões e fachadas do Casarão; que foi demolido em fevereiro de 2008.

Na edificação do Casarão ocorreu a introspecção da memória privada através da história pública promulgada ou construída, criada ou destruída, modificada ou destituída. O Casarão Paiva encarnava em sua edificação a existência concreta do memorial historiográfico do espaço público que ocupava, pelo seu potencial histórico urbano de suscitar lembranças, transpor o tempo. Se tivesse sobrevivido, redimiria ao público contemporâneo o que fora outrora: posse do privado; memória histórica. De acordo com Chauí:

“A memória, seja como história da sociedade, seja como crônicas das classes sociais e de seus homens ilustres, tem o papel de nos liberar do passado como fantasma, como fardo, como assombração e como repetições” (CHAUI, 1992, p.37)..

Parece que a esse ponto, com o referencial teórico de Marilena Chauí podemos ponderar que teria sido cauteloso investigar frente às hipóteses de relevância e significado do Casarão Paiva; pois ligado ao tema da demolição surgiram outros temas.

“... Estas alturas da discussão sobre história, memória, patrimônio, passado; sabemos que nenhuma destas palavras tem um sentido único, formam um espaço de sentido múltiplo, onde diferentes versões se contrariam porque saídas de uma altura plural e conflitante. A noção de “patrimônio histórico ” deveria evocar estas dimensões múltiplas da cultura como imagens de um passado vivo: acontecimentos e coisas que merecem ser preservadas porque são coletivamente significativas em sua diversidade.”(PAOLI, 1992, p.25).

O vão deixado pelo Casarão Paiva é uma lacuna na própria historiografia Jacareense. Portanto,

“... Quando propomos o debate e as reflexões sobre políticas de patrimônio histórico, queremos tratá-lo não apenas no âmbito restrito das técnicas de intervenção ou dos critérios de identificação e preservação e seus conceitos operacionais. Para além desses aspectos, é preciso politizar o tema, reconhecendo as condições históricas em que se forjaram muitas das suas premissas e articulando – as com as lutas pela preservação do meio ambiente, pelos direitos à pluralidade e, sobretudo, pelo direito à cidadania cultural. Com isso esperamos retornar um sentido de patrimônio histórico que nos permita entendê-lo como prática social e cultural de diversos e múltiplos agentes.

No social, esta luta se concretiza entre diferentes sujeitos históricos, assumindo formas diversas e resultando diferentes memórias. Cultura é mais do que as belas artes. É memória, é política, é história, é técnica, é cozinha, é vestuário, é religião etc. Ali onde os seres humanos criam símbolos, valores praticas, há cultura. Ali onde é criado o sentido do tempo, do visível e do invisível, do sagrado e do profano, do prazer e do desejo, da beleza e da feiúra, da bondade e da maldade, da justiça e da injustiça, ali há cultura.” (FENELON, 1992, p.31) ..

O preenchimento das lacunas culturais historiográficas, causadas pelo desapego e abandono das práticas civis de preservação que são eminentes em nosso país; são imprescindivelmente urgentes. A transformação dos centros históricos, suas ruas e edifícios confluentes, em anéis viários, estacionamentos, parques municipais colaboram para o

apagamento da memória histórica visiva urbana antropológica e civil. Conforme ressalta CHAUI:

“O reconhecimento do direito ao passado, está, portanto, ligado intrinsecamente ao significado presente da generalização da cidadania por uma sociedade que evitou até agora fazer emergir o conflito e a criatividade como critérios para a consciência de um passado comum. Reconhecimento que aceita os riscos da diversidade, da ambigüidade, das lembranças e esquecimentos...” (CHAUI, 1992, p.25).

Uma política cultural que visa fortalecer a identidade cultural de uma sociedade prossegue Chauí,

... Não teme restaurar e preservar o patrimônio edificado sem pretender conservar o “antigo” ou fixar o “moderno”. Orienta – se pela produção de uma cultura que não repudie sua própria historicidade, mas que possa dar conta dela pela participação nos valores simbólicos da realidade, como o sentimento de “fazer parte” de sua feitura múltipla....”(CHAUI, 1992, p.25).

Na investigação documental sobre o processo demolitório do Casarão foi constatado que o imóvel não fazia parte do inventário do Patrimônio Arqueológico e Arquitetônico de Jacareí de setembro 2003; e este inventário não foi constituído legalmente.

A história da preservação patrimonial de Jacareí, através da demolição do Casarão Paiva mostrou a negligência com a memória local. Teria sido um mecanismo de preservação a legalização do Inventário do Patrimônio Arqueológico e Arquitetônico de Jacareí Propostas e diretrizes para lei de uso e ocupação do solo, que foi elaborada em setembro 2003; mas que apresenta questionamentos, pois não relacionou os imóveis da lateral esquerda da Praça Conde Frontin, ou Estrada-velha Rio-São Paulo, para quem se encontrar na posição de frente à Igreja do Bom Sucesso. Ou seja, a zona de frente á esses imóveis que aparecem nas próximas fotografias.

Fig. 33 Imóvel da Praça Conde Frontin



Fonte: Inventário do Patrimônio Arqueológico e Arquitetônico de Jacareí 2003

Fig. 34 Imóvel da Praça Conde Frontin



Fonte: Inventário do Patrimônio Arqueológico e Arquitetônico de Jacareí

No inventário do Patrimônio Arqueológico e Arquitetônico de Jacareí de 2003, encontramos justificativa para os atos de preservação ou degradação, do município, que permitem as demolições.

“...A atuação administrativa ao criar uma legislação e um conselho específico para o patrimônio cultural, procura conciliar crescimento urbano com preservação, tentando adequar a política de preservação do município à sua verdadeira dimensão de alcance.” (Inventário Patrimônio Arqueológico Arquitetônico de Jacareí, Setembro 2003, sem paginação).

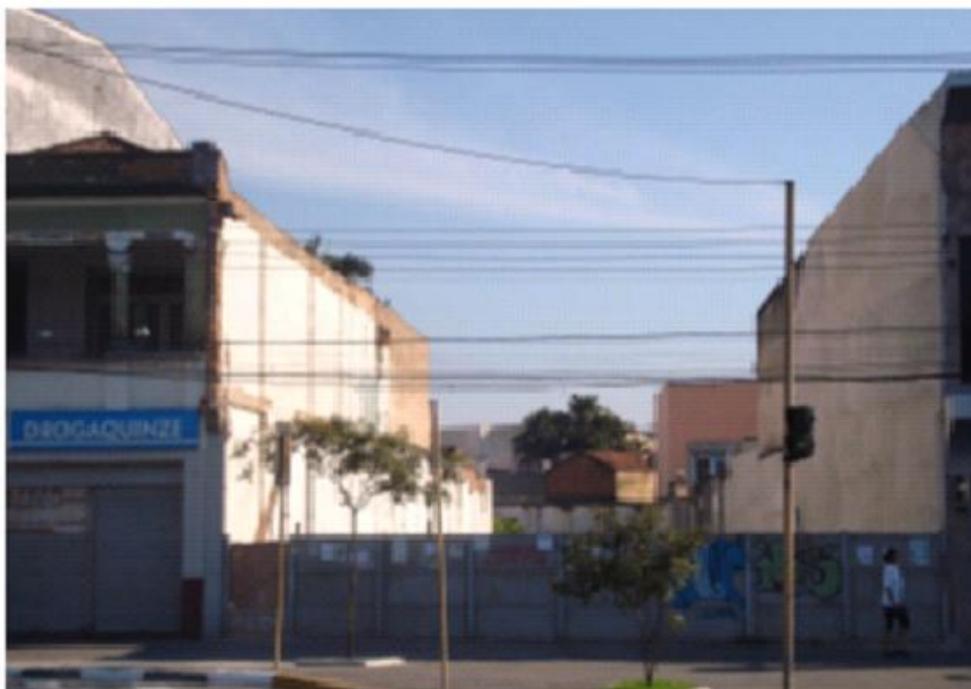
O Casarão Paiva não foi incluído no inventário e a crença que ele tinha só “valor fotográfico” o submeteu à dimensão e alcance de quem o avaliou, com base na legislação vigente:

“...A legislação atualmente existente inovou em vários aspectos, principalmente porque não procurou dissociar o planejamento do desenvolvimento urbano da necessidade de preservação e da afirmação da identidade cultural da cidade. Por isso, não instituiu a tradicional figura jurídica do “tombamento” que é um ato unilateral do poder Executivo, preferindo utilizar o conceito de preservação que é uma figura jurídica associada ao zoneamento urbano” (Inventário Patrimônio Arqueológico Arquitetônico de Jacareí, Setembro 2003, sem paginação).

A legislação decretou o “tombamento” literal do Casarão Paiva, ou seja, permitiu que o edifício fosse demolido ao não criar mecanismos de defesa suficientes para impedir as multiplicações infringidas ao patrimônio histórico, arquitetônico, arqueológico; fragilizando-o e fazendo-o se tornar de “valor fotográfico” (a definição para esse conceito “valor fotográfico”, transmitido pelo professor Edson Aníbal de Aquino Guedes e enunciado pela Secretaria de Planejamento do Município em setembro/2008 não consta em literatura ou legislação relacionadas ao tema e nem mesmo em bibliografia pesquisada). Do Casarão Paiva restaram os escombros, o vão e as fotos conservadas pelos acervos fotográficos, bem como a lacuna historiográfica patrimonial e a comprovação do apagamento cultural sofrido por cidadãos desse século XXI.

“... Deste modo, busca - se, senão o consenso da sociedade para a necessidade de preservação de certo sítio ambiental, arqueológico ou arquitetônico, mas, no mínimo uma maioria na Câmara” (Inventário Patrimônio Arqueológico e Arquitetônico de Jacareí de 2003).

Fig. 35 O vão, depois da demolição do Casarão Paiva



Fonte: Acervo Leonel Papera

Passou despercebida a importância patrimonial do Casarão pelas autoridades e pela sociedade civil que sofreu, conseqüentemente, um processo de mutilação da memória, sociologicamente explicado pelo apagamento cultural.

A Câmara Municipal que vem se aperfeiçoando nos mecanismos e na cátedra de geração de votos e sofre, pela política adotada, um apagamento no reconhecimento de suas funções.

A própria Fundação Cultural de Jacarehy - José Maria de Abreu, através de seu Diretor de Preservação da Memória Municipal também não apreciou o valor histórico cultural, pois é cidadão de São José dos Campos e não sabia da existência do imóvel.

Ao pontuar os prováveis motivos que determinaram o desperdício de Patrimônio sagrando a demolição do Casarão Paiva, visto que a legislação foi consultada e assegurou o fato; apostamos no ápice da análise em questão:

A cultura política preponderante da classe dirigente, desprovida de cientificidade e técnica não atribui relevância à legislação relativa ao Patrimônio Cultural, e por isso a

preservação efetiva do patrimônio municipal passa paralela à legislação estadual, que teria salvaguardado o Casarão Paiva através do Tombamento.

Assim, cautelosa e minuciosamente se faria necessário que a sociedade civil ponderasse acerca da inclusão de requisitos básicos para a ocupação de cargos no setor cultural de preservação de patrimônio:

- É necessária a elaboração de programa específico para criação desenvolvimento e promoção de corpo técnico adequado e compatível as exigências do setor;

- A divisão de cargos e funções e atribuições entre o corpo técnico é importante para existir maior abrangência na percepção da realidade patrimonial da cidade;

- É primordial o conhecimento atualizado e abrangente no âmbito de legislação relativa ao patrimônio cultural para que o profissional não se embaralhe, ou seja, embaralhado em meio aos códigos e artigos; o acompanhamento do desenvolvimento das ciências que estudam e pesquisam a temática ligada ao espaço urbano, bem como formação historiográfica abrangente sobre a história e cultura local.

- A educação patrimonial auxilia nos meandros do reconhecimento da identidade cultural de todo cidadão para auto-reconhecimento como sujeito histórico capaz de determinar ações que passam despercebidas pelos setores competentes.

- É quesito básico e abrangente; que se faz urgente: preservar a memória! Memória visiva, memória histórica, memória social, memória dos movimentos civis e urbanos e geopolíticos da cidade; bem como criação de programas que permitam revalidação e difusão de conhecimentos históricos, geográficos, patrimoniais que alicercem a formação ética identitária do cidadão jacareense.

- Os votos eleitorais dão uma proporcional e relativa representatividade política, mas infelizmente não garantem a manutenção dos interesses políticos culturais do cidadão;

Seria importante preponderar:

“... o instituto e as instituições, as idéias e as práticas estabelecidas, as legislações vigentes, a alternância entre a valorização indiscriminada do antigo e a ação predatória do moderno, o modo de relação dos serviços públicos de preservação e o espaço privado, isto é,... tabus perigosos, estão politizando a antiguidade e a modernidade”.
(CHAUI, 1989, p.41).

Em 1970 os relatórios históricos elaborados pelo SEPEDOC, haviam já mostrado o CASARÃO Paiva como sendo uma das construções históricas do centro, pois havia abrigado em 1924 a primeira Agência Banco do Povo do Vale do Paraíba, e primeira Agência e Oficina Ford do Vale do Paraíba, às margens da estrada velha Rio-São Paulo, onde os primeiros profissionais de mecânica tiveram contato com automóveis, equipamentos e ali então se prepararam os primeiros trabalhadores mecânicos de Jacareí.

Supõe-se então que se os cargos de responsabilidade pela preservação do Patrimônio Cultural fossem ocupados por profissionais providos de conhecimentos sobre a história da cidade, história da urbanização, história da legislação criada em defesa dos vários segmentos representativos do Patrimônio Cultural, história do desenvolvimento econômico do Brasil, história cultural dos povos, dos grupos sociais, das famílias inseridas no contexto do desenvolvimento mundial; o Casarão Paiva talvez não tivesse sido demolido e ao seu lugar hoje, na Praça, não teria restado somente o enigmático vão representativo do desprezo que a classe dirigente desprovida de informação técnica está historicamente imprimindo na identidade e imagem de Jacareí.

Para defesa de Patrimônio Cultural que continuamente sofria risco de ser destruído em todo o mundo; estudiosos, pesquisadores, profissionais e artistas criaram na década de 30 do século XX, um grupo de estudos e de ação para emitir documentos que registrassem e divulgassem para o mundo, o surgimento de uma mentalidade que privilegiava a preservação de bens ambientais naturais, artísticos, históricos e culturais existentes e construídos pelos homens ao longo da história da civilização humana, presentes em todo o mundo e que reunidos e analisados sob vários aspectos das ciências ligadas à preservação deveriam compor em todos os lugares do mundo, os Patrimônios Culturais a serem defendidos e protegidos de ações destrutivas.

Essa série de estudos, pesquisas, revelações e conclusões foram codificadas e apresentadas ao mundo em várias décadas à partir de 1931 com a Carta de Atenas e constituem um abrangente e representativo relatório de documentos legalizados e oficialmente aceitos pelas entidades constituídas representantes da preservação do Patrimônio Cultural no mundo. Esse relatório documental oficial recebe a denominação de Cartas Patrimoniais e são mundialmente reconhecidas por profissionais, autoridades

governativas, nações e povos que já tiveram a possibilidade de entender a importância da preservação de identidade cultural e prezam o Patrimônio Cultural.

Fig. 36 Último edifício da década de 20



Fonte: Acervo Leonel Papera

CAPÍTULO V

MUSEU DE ANTROPOLOGIA DO VALE DO PARAÍBA

“Dizemos: afinal, somos aquilo que pensamos, amamos, realizamos. E eu acrescentaria: somos aquilo que lembramos. Além dos afetos que alimentamos, a nossa riqueza são os pensamentos que pensamos, as ações que cumprimos, as lembranças que conservamos e não deixamos apagar e das quais somos o único guardião”. (Noberto Bobbio.).

1.1 SOLAR GOMES LEITÃO

Processo de Tombamento CONDEPHAAT.

Rua XV de Novembro, 143.

Processo: 20546/78 Tom.: Res. De 6/12/78 D.O. 7/12/78

Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 127, p. 23, 13/7/1979.

“Em meados do século XVII iniciou-se o povoamento de Jacareí, na região do Vale do Paraíba que era utilizada como passagem para a penetração bandeirista. No século XIX, seu desenvolvimento foi impulsionado pela economia cafeeira”.

O alferes João da Costa Gomes Leitão, participante ativo da vida política local e um dos maiores traficantes de escravos da província mandou construir, em 1857, o edifício conhecido por Solar Gomes Leitão, em que se misturam as tradições coloniais e elementos do neoclássico, em taipa de pilão e pau-a-pique. Com planta retangular e implantada em lote de esquina, o Solar possui, no interior, paredes e forros com pintura decorativas e artísticas.

De 1895 até fins da década de 1970, o edifício sediou o Grupo Escolar Coronel Carlos Porto e, atualmente, nele encontra-se instalado o Museu de Antropologia do Vale do Paraíba”. (Pereira, 1979).

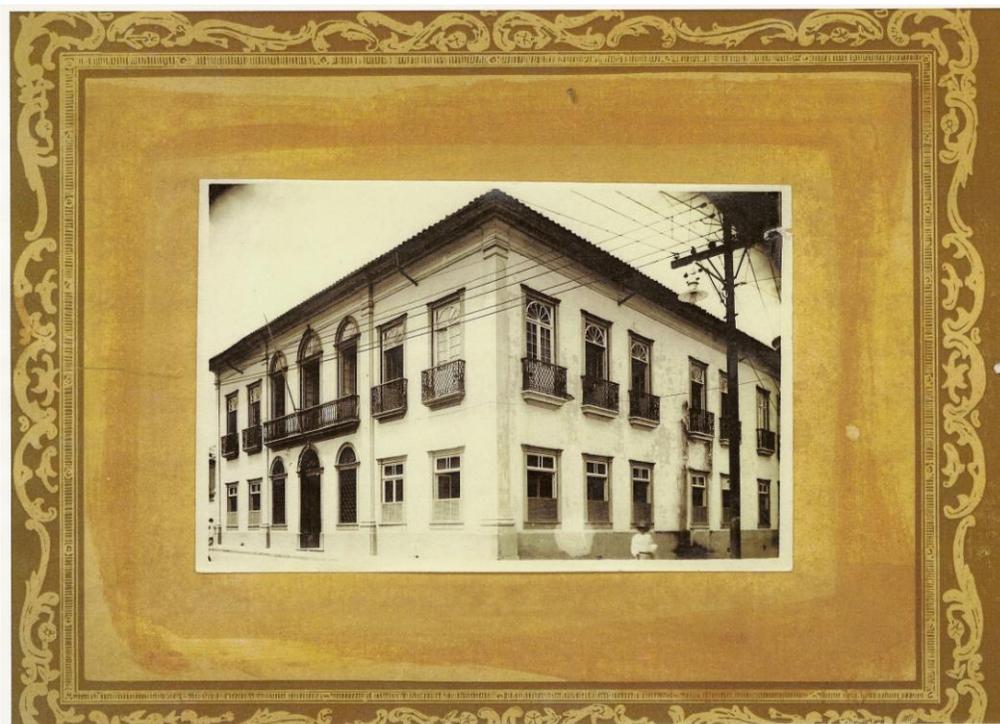
1.2 AS ORIGENS DO MUSEU DE ANTROPOLOGIA DO VALE DO PARAÍBA

Em 1976, assustados com a perda do Prédio do Colégio Antônio Afonso, Osmar de Almeida, a professora Maria Lucia Sant’Ana, Ayrton Vinicius Naves Silva e um grupo de

amigos, cidadãos jacareenses, conversaram sobre a necessidade e o sonho de se criar em Jacaré um Museu. (ALMEIDA, 2008).

Esse ideal se concretizou com a criação do Museu de Antropologia do Vale do Paraíba, instalado no interior do Casarão “Solar Gomes Leitão”, tinha no seu projeto de criação, uma ambição de ser absolutamente grandioso, inovador, científico, autônomo e competente em sua função museológica; de fomentar na cidade um ambiente de discussão cultural acerca das origens do homem do Vale do Paraíba. (ALMEIDA, SILVA, 2008).

Fig. 37 Solar Gomes Leitão – 1944 Instalação da escola: Grupo Escolar Coronel Carlos Porto



Fonte: Foto Cambusano (Acervo Luiz José Navarro da Cruz)

Para a análise da preservação do Patrimônio no âmbito do citado Museu, tivemos que dar início ao processo de elaboração histórica do mesmo, pois para entendermos a sua preservação, a política cultural que o conduz e a cultura política que o permeia, faz-se necessário buscar em sua historicidade ainda inédita os fatores determinantes que criaram o seu contexto atual. Através de documentos notariais, reportagens de época e entrevistas com os sujeitos históricos participantes do projeto inicial de criação do Museu, apresentarei o citado objeto de estudo inserido na temática proposta.

Em meio à conjuntura política repressiva do momento histórico que viviam, os criadores do Museu de Antropologia do Vale do Paraíba almejaram dar início a ilustração da cidadania jacareense através da busca de conhecimento sobre o homem do Vale do Paraíba e suas origens, visando fortalecer sua identidade cultural de cidadão e inserindo-o na ação de sujeito da história e seu potencial transformador através de um patrimônio sócio cultural que é a constituição de um museu.

Osmar de Almeida fala sobre a criação do Museu de Antropologia do Vale do Paraíba:

“...acho que o importante a falar sobre a história do museu, acho que o fio condutor de toda história do museu é a participação popular. Na verdade tudo começou foi em 1976,...quando havia uma efervescência cultural em Jacareí. Fins de semana, teatro, concerto de jazz uma série de atividades que as pessoas participavam, então sempre depois dos espetáculos,ou até mesmo antes do cinema, é importante lembrar isso...no cine Rosário tinha o chamado cinemão toda sexta feira e era o cinema de arte em que a gente assistia os filmes que passavam no cine Belas artes em São Paulo; então tínhamos muitas discussões. Nós tínhamos um grupo de pessoas que discutiam a questão da cultura na cidade. Antes do cinema, antes da meia noite, nas sextas feiras ...então havia uma efervescência cultural. E foi nesse clima que a gente começou a discutir uma coisa muito séria. A prefeitura na época havia derrubado o casarão em frente ao Museu, que era a Escola Antonio Afonso e o mesmo destino ameaçava a Escola Carlos Porto,.. Inclusive comentava-se na cidade que aquele prédio era velho e que ia ser derrubado como o outro. Então começamos a discutir a possibilidade de salvar aquele prédio....a canção do Milton Nascimento que falou: nada de novo que não se discuta na mesa de um bar. Lembra daquela canção?...as discussões surgiram em volta da mesa de um bar chamado Xodó, que havia na esquina do Rosário, ali em frente da loja Riachuelo....Então ali começamos a discutir sobre o que fazer com o nosso patrimônio cultural. Daí que surgiu a idéia de se fazer um museu no lugar para salvar o prédio.

Ninguém tinha uma idéia de como seria um museu. Mas aí estive em São Paulo no Museu de Arqueologia da USP, e vendo aquelas exposições de arqueologia, eu pensei se nós poderíamos ter em Jacareí um Museu que contasse a história pensando muito na questão arqueológica da região. ...Quando nós fizemos nossa primeira

reunião, que definitivamente o grupo se decidiu a lutar pelo museu. Foi no dia 26 de fevereiro de 1977, às 6 horas da tarde, sábado, na casa da Maria Lucia Sant'Ana.

É importante colocar o contexto histórico da questão também, quem havia assumido a prefeitura em janeiro foi o professor Benedicto Sergio Lencioni, que havia sido nosso professor literalmente. Então, nós o convidamos. Uma das pessoas que fazia parte do grupo era a professora Maria Lúcia Sant'Ana, ela era bastante amiga do professor e o convidou para participar dessa reunião, que nós fizemos informalmente na casa dela...Posso citar algumas pessoas que participaram:...Hebe Esper, Silvia Esteves Mintelovsky, Stanislau da Silva Salles, Odair de D. Pinto, (Ayrton começou a participar em novembro de 1977). Agente não sabia bem como fazer...o Stan sugeriu que nós procurássemos em São Paulo a museóloga Waldisa Russio Camargo Guarnieri que era a maior autoridade da época em assunto de museologia do país. E nesse primeiro dia já se discutia com as duas advogadas que participavam a Maria Honória e Alcebildes Lague, que nós fizéssemos essa fundação.

...A Doutora Waldisa era coordenadora do curso de museologia e Pós-Graduação da Escola de Sociologia e Política de São Paulo e membro do Comitê Internacional de Museus da Unesco em Paris do ICOM. Conversando com a Waldisa ela me disse: ...Bom, o quê vocês querem é fazer um Museu de Antropologia do Vale do Paraíba. Ela começou a dar diretrizes do que seria esse museu. Ela sugeriu que nós deveríamos criar um SETOR DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO, o SEPEDOC, para que desse origem a esse museu. Isso foi muito importante porque o SEPEDOC foi a origem desse museu. Waldisa estava implantando na época o Museu da Indústria de São Paulo e ela se encantou com a história industrial... de Jacareí e do Vale do Paraíba. No dia 25 de agosto de 77 fizemos uma reunião... e apresentamos o projeto ao Diretor de Cultura na época que era o irmão do prefeito, o Frederico Lencioni,...ele se entusiasmou demais, achou interessante a idéia. E foi nesse mesmo ano de 77 que nós apresentamos a proposta ao prefeito... esse grupo se reunia toda semana no Salão Nobre da Prefeitura para discutir como seria o Museu de Antropologia do Vale do Paraíba... e a Waldisa orientando o projeto,... e é importante salientar isso , o Benedicto Sérgio Lencioni deu todo apoio ao projeto e liberdade para que o grupo discutisse o que deveria fazer. Foi até interessante que ele convidou mais três pessoas: Osiris Médici, Luís José Navarro da Cruz que tem um trabalho de preservação de fotografias...Romeu Cime Junior de Taubaté. Eu convidei o arquiteto José Roberto Naves Silva e o irmão dele o Ayrton Vinícius Naves Silva.

Eu comecei a trabalhar em 78 no SEPEDOC, e o meu trabalho foi essencialmente... Organizar o quê seria a Fundação Cultural, uma interação com os advogados da prefeitura de como seria isso: Fundação Cultural de Direito Privado, Direito Público, ninguém sabia como funcionava isso direito. Nessa mesma época eles estavam fazendo terraplanagem do terreno do Santa Marina, então foram encontrados os sítios arqueológicos, eu recebi as primeiras peças no SEPEDOC. Começou a crescer tanto que a Waldisa sugeriu que alguém fizesse o curso de museologia e o grupo designou a Maria Lúcia Sant'Ana para fazer o curso. Eu continuei no SEPEDOC e a Waldisa orientando. Por exemplo: ela disse: o Museu tem que ter um departamento de arqueologia... Então era um dos objetivos do museu a pesquisa... Que deveria trabalhar com a questão da antropologia cultural. Não seria um museu saudosista. Nós consultávamos na época o professor Bezerra de Menezes, arqueólogo da USP, o professor Rui Gama que escreveu a história da Ciência no Brasil para que a gente pudesse ter mais orientações de como contar a questão antropologia e arqueológica. ... o nosso seria um museu de busca contando a história.é... como disse o historiador Orlando da Silva Bruno: da pior sociedade! Quer dizer, desde o simples homem que vivia no campo até o poderoso, não teria que contar a história só de um tipo de gente... Então essa linha guiava a criação do museu e houve embates. ... Um jornal comentou que o grupo do museu estava querendo implantar um museu... Que nós éramos comunistas,... Da esquerda... Querendo implantar um museu da pior sociedade. E que o prefeito deveria agir. Mas o Lencioni deu total apoio ao projeto.”(ALMEIDA, 2008)

Ayrton Vinícius Naves Silva fala sobre a criação do Museu de Antropologia do Vale do Paraíba:

“A idéia do museu, surgiu dentro de um processo de desenvolvimento que a gente começou a trabalhar aqui à partir de 78. Eu e o Osmar de Almeida começamos a desenvolver um trabalho que desembocou na 1ª semana ecológica do Vale do Paraíba. Naquela época o termo ecologia...a gente tinha que explicar como era. Meu irmão era secretário do planejamento do governo do BSL, o Túlio César Naves e Silva, e tínhamos um contato com a administração e promovemos a Semana Ecológica e foi um sucesso. ...Trouwemos em pauta o Rio Paraíba.Eu tinha estudado cinema na USP e a minha área de interesse era o cinema documental. Então a minha linha de interesse era a cinematográfica antropológica. Conversando com o Osmar nasceu a idéia de criar um museu”. (SILVA, 2008).

Esse grupo sabia dos crimes cometidos pelos representantes da ditadura militar e que qualquer movimento individual e social seria punido com tortura e morte. A posição política desses cidadãos idealizadores do museu era considerada subversiva, pois eles agiam como cidadãos com um projeto amplo; que almejavam a abertura política e o retorno às condutas civis de respeito pela vida humana e a busca da reconstituição e recomposição dos princípios da cidadania que as oposições políticas repressivas haviam sempre aniquilado no processo de formação da cultura brasileira. Atualmente, o modo populista e instrumentalizado que se põe em pauta a palavra cidadania não pode exprimir o quê significou na década de 70 esse posicionamento.

Não era pouco querer colocar em pauta os direitos do cidadão de reconhecer suas próprias origens e os processos de formação dessa sociedade tão conturbada em relação aos direitos humanos e deveres do cidadão, e construir um museu que tivesse uma função científica de redimensionar as relações que envolveram o homem do Vale do Paraíba e sua trajetória histórica era um insulto à hierarquia do poder instituído.

Faz-se necessário atentarmos para esse processo que intrinsecamente refletia a ânsia popular de liberdade e retomada de consciência de suas origens e direitos. Como teve origem e se desenvolveu frente à ideologia imposta pelo Estado repressor da década de 70; impulsionando a ação ambiciosa de Osmar de Almeida, Prof. Maria Lucia Sant'Ana, Ayrton Vinicius Naves e Silva e o grupo que se formou, para contrariar a ordem ideológica imposta. A Professora, museóloga Maria Lucia Sant'Ana narra sua participação:

“Eu fiz mestrado na área de museologia e a monografia foi o Museu de Antropologia do Vale do Paraíba, dentro do contexto na época da mudança de eixo cultural que era do meio do Vale, para o início do médio Vale, que era Jacareí. Então, nós mudamos. Era Guaratinguetá, Taubaté e pós-museu ele voltou-se para o início do médio Vale que era Jacareí, a primeira cidade do médio Vale do Rio Paraíba, então a coisa mudou um pouquinho de figura naquela época porque foi o interesse total das pessoas ditas intelectuais do Vale, em virtude de um trabalho novo, uma temática nova, uma visão de um processo cultural, de uma política totalmente diferenciada do que era aquilo que era o cotidiano tradicional. E o museu está inserido dentro desse contexto, então a minha tese está em cima disso, mas na realidade ela foi calcada em cima da prática, né? Eu sempre brinquei que museologia é uma ciência prática, não existe isso, mas eu falava exatamente porque ela necessitava de um projeto hábil no mostrar. A

habilidade da museologia é mostrar as coisas corretas, dentro do lugar correto, no momento correto; então, a peça fala por si, a obra fala por si, o vestuário fala por si; o que seria a peça em si, não precisa você ter ninguém, ela sozinha está contando toda sua história. Essa é a beleza da museologia quando ela é aplicada corretamente, ela não fica solta no tempo e no espaço, ela tem um objetivo próprio e alcança esse objetivo quando ela é manipulada adequadamente, buscando evidentemente um trabalho de equipe porque a museologia, ela não existe sozinha, ela existe junto com todo o processo científico, da química, da física, da arquitetura, da música, da dança e nós podemos montar todo um esquema em cima disso “. (SANT’ANA, 2008)

É importante ressaltar que o museu passou por várias fases desde a sua idealização. Essas fases foram muito distintas quanto às atividades que foram propostas em plano inicial de funcionamento do museu. E nesse processo pautado na inter-relação de ensejos sócio-culturais da comunidade e poder público instituído, durante 13 anos, da fase inicial até a inauguração oficial do MAV, fez-se presente o psicólogo e museólogo Adelmir Morato de Lima:

“Olha Cesira, primeiro é um pouco difícil e um pouco complicado relembrar tudo isso, agente conversou bastante sobre isso, não deixei claro, mas conversamos muito sobre isso; mas é assunto que eu tenho de entender de maneira geral. Eu acho que você está criando uma possibilidade muito interessante de eu dar uma forma a tudo isso. Acho que é uma história bonita, não é uma história só minha, é de um grupo de pessoas e uma história muito bonita, história muito cheia de contradições, mas acho que, sobretudo é uma história muito cheia de violência né? Acho que relembrar tudo isso, um pouco minha dificuldade é de ainda relembrar de coisas, de atos de violência muito grande que foi cometido nesse processo todo que é uma coisa que deixou muita mágoa. Mas, acho que é necessário entender e acho que é importante dar uma perspectiva política a tudo isso, talvez a grande contribuição que você traz; porque eu já nem queria falar sobre esse assunto, é agente dar um sentido político porque não deixa de ser uma história pessoal de mágoa e uma história política, talvez seja essa a grande contribuição que você vem trazer.

Eu entrei meio por acaso nessa história da defesa do patrimônio cultural. Isso começou acho que mais ou menos no final da década de 70, eu entrei mais por acaso; havia um grupo de jovens de Jacareí que estavam pensando a possibilidade de criar um museu, mas um museu mais moderno com visão política dentro de uma visão ideológica de esquerda né? E a partir desse grupo acabei entrando, no final da década,

acho que mais ou menos 79, eu entrei participando de um programa que eles chamaram de museu de rua, era uma experiência muito nova, muito interessante onde se faziam painéis contando a história do município e esses painéis fotográficos eram colocados na rua então já se contém um primeiro paradigma aonde as pessoas iam lá como se fosse uma igreja, um tempo onde as pessoas iam reverenciar uma história. Já produzidas pelos vencedores e a idéia nossa era exatamente o oposto, era pensar numa historicidade contada a partir dos vencidos e levar essa história para rua, e foi aí que eu entrei meio cambaleando, meio sem saber onde estava entrando; fazendo entrevistas, talvez um pouco parecido com o quê você está fazendo agora quer dizer, não com a esperança e conhecimento que você tem, porque a gente não tinha essa formação teórica, por exemplo, que você tem.

Então agente fazia as histórias, era a memória oral, basicamente que agente tinha o nosso objeto de pesquisa, e agente ia fazendo levantamento de histórias, ia produzindo esses conhecimentos e isso ia se transformando em textos bem sintéticos, bem escritos e tal e depois esse museu foi para rua, então as pessoas podiam comparar alguns edifícios antigos que tinham sido marcos importantes da cidade, que já tinham sido destruídos, então você mostrava a fotografia de hoje e contava aquela história, e foi uma coisa muito interessante, foi emocionante. As pessoas verem aquilo e descobrirem que a cidade teve um passado muito rico, muito interessante e a partir disso surgiu um grande movimento. A idéia era criar o museu de antropologia, quer dizer, essa discussão, essa questão de que tipo, a característica que teria esse museu, já foi uma discussão ferrenha, porque se queria na verdade era continuar com o padrão de museus que era determinado pela Secretaria de Estado de Cultura, eles tinham um departamento lá chamado...acho que era Divisão de Museus, onde eles incentivavam os municípios a criar o que eles chamavam de museu histórico pedagógico. Então, em todas as cidades, mais antigas tinha um museu histórico pedagógico e botava o nome de um figurão da cidade, aí contava essa história oficial, tinha a galeria dos prefeitos, as galerias das autoridades e agente tinha uma aversão muito grande a esse tipo de coisa, então vamos pensar no Museu de Antropologia, se agente conseguir ter outros elementos nessa interpretação.

A história não é única, tem o outro lado dos vencedores, então nessa polêmica toda acabou prevalecendo a idéia de se pensar no MAVP. Quer dizer, esse grupo, ele já tinha começado o trabalho então não fui eu que comecei, esse grupo já tinha pensado.

Eu acho que o idealizador desse projeto foi o Osmar. Foi ele que pensou em tudo isso e eu entrei já no segundo momento imediatamente após se pensar nesse projeto; o Osmar saiu, já por divergências políticas. E eu continuei, quer dizer eu continuei, mas continuei um projeto que ele já tinha pensado, quer dizer, o meu papel foi... com o tempo eu fui me encantando com esse projeto, com a idéia do Osmar.

Eu achei que o projeto era muito bonito. Eu acho que uma das características do Osmar é ter essa capacidade de enxergar 50 anos na frente. Ele sempre foi assim. Eu fui me encantando com esse projeto. O Osmar teve problemas políticos e se afastou e eu fui o fio condutor. Talvez por isso eu tenha ficado mais exposto politicamente né? Então muita gente começou esse projeto e depois parou. Cada um foi cuidar da sua vida e eu fiquei ligado a ele.

P - A maior parte das pessoas que estava envolvida nesse projeto estava ligada a esfera da administração ou existia trabalho voluntário?

R - Trabalho voluntário. A maioria das pessoas era voluntária. Pessoas que não tinham vínculo nenhum com prefeitura, não eram empregados não eram concursados. Era trabalho voluntário. Era até porque Jacareí não tinha, nem existia concurso publico naquela época. Pessoas da comunidade que se sensibilizavam com esse projeto e entravam de corpo e alma. Pessoas que se dedicavam, faziam pesquisas, faziam reuniões mais ou menos toda semana à noite, se entusiasmaram. Quer dizer foi um projeto, como diz bem o Osmar, quer dizer é um projeto que nasceu da comunidade, e o prefeito da época Benedito Sergio Lencioni, ele tinha identidade com esse grupo se identificava com esse grupo, então ele acabou trazendo essa idéia para... vamos dizer assim ele institucionalizou esse projeto aí ele se torna um projeto oficial.

P: Esse grupo tinha denominação específica?

Não, não tinha. Eram pessoas da comunidade que na verdade, tinham algumas afinidades, eu acho que essas afinidades eram muito mais ideológicas, havia uma afinidade ideológica e acho que no final da década de 70, não tinha muito espaço de participação, as pessoas não tinham muito que... Agente estava vivendo uma fase de acho que de abertura política, mas ainda na cidade do interior essas coisas não eram muito claras ainda e essas pessoas viam na possibilidade de um projeto cultural de reascender essa esperança, era a esperança da abertura política então, havia um clima, um desejo muito grande de que as coisas pudessem ser diferentes, que agente pudesse romper com os paradigmas antigos, esse clima de abertura de liberdade eu acho que aí agente entra com a história do patrimônio, entra exatamente nesse momento.

P - E você se lembra de alguns nomes além do Osmar, alguns nomes da época que trabalhavam próximas a você e ao Osmar?

R: Tinha muita gente assim que vinha, saía, vinha, ficava um tempo, mas acho que a Maria Lúcia Sant'Ana, é uma pessoa importantíssima nesse processo; o Osmar de Almeida, o Benedito Sergio Lencioni, que era o prefeito, haviam outras pessoas, a Alicia Nodherman, pesquisadora do INPE, e pessoas que sempre davam suporte. Havia uma pessoa que sempre dava suporte, havia uma pessoa que foi uma maestra nossa nesse processo todo, chamada Waldisa Russio Camargo Guarnieri, era uma museóloga ligada a Secretaria da Indústria em São Paulo e o projeto dela era o Museu da Indústria. Então ela tinha uma concepção. Era uma pessoa de um intelectual, muito bem articulada, quer dizer ela era uma referência para agente, e ela trazia essa coisa viva de romper os paradigmas, num clima de romper as estruturas políticas, abertura política, uma nova proposta museológica, a história dos resíduos, então ela foi um suporte teórico muito importante para agente. Ela foi um parâmetro durante todo esse processo, uma pessoa extremamente importante.

P - E é nesse momento que você começou a trabalhar na administração pública?

R - Bom, o Osmar tem alguns problemas políticos lá com o irmão do prefeito, ele saiu e o Osmar me convidou para dar continuidade ao trabalho dele. Aí o Osmar saiu, acho que eu devo ter entrando em 1981, quando o Osmar saiu, já era funcionário da prefeitura, quer dizer não começou como funcionário; e eu fui incorporado a esse quadro, aí ele saiu e eu entrei, aí foi uma história longa, eu fiquei acho que uns 13 anos.

P - Então você entrou já trabalhando nessa área?

R - Exatamente trabalhando dentro do museu. Porque o projeto inicial, qual era? Foi feito o museu de rua, se levantou uma série de coisas importantes e agente começou a pensar a questão do patrimônio, era muito mais amplo do que inicialmente agente imaginava, quer dizer não era só um museu de rua, recolher fotografias e entrevistar as pessoas. A partir disso começou a surgir uma série de outras indagações também e aí tinha o próprio prédio do museu que é por si só um objeto museológico importante, um edifício neoclássico de 1857 e havia o projeto de restauração desse prédio. E o projeto de restauração também já era uma área muito abrangente. Quer dizer, essa restauração tem que rever todas as intervenções, todas as épocas, quem morou, a própria história do prédio é a história do Vale do Paraíba também? Não é? E aí começaram a surgirem muitas outras oportunidades, quer dizer patrimônio cultural não é só preservar um prédio é ver a questão da arqueologia, a questão da cultura popular, a questão da

construção do acervo, que tipo de acervo, ele é significativo, que tipo de acervo não é significativo, e tudo isso é uma escolha política, não é? Então Cesira, isso foi para a gente... Isso era um processo, (12:07) o Osmar estava lá fora, mas ele estava mais dentro do que fora; ele acompanhava tudo, tudo. Ele nunca deixou de fazer parte daquilo nunca, nunca. Ele nunca tirou o pé lá de dentro e nem a cabeça. Então para agente era um processo angustiante, porque agente estava numa época de abertura política e agente contestava tudo que era história oficial, mas era para agente uma relação muito ambígua, quer dizer, como é que você estava dentro de um poder, um prefeito que tinha sido eleito, da ARENA; e agente propondo uma coisa nova, era uma coisa muito angustiante para agente quer dizer como é que agente conserva um prédio de um coronel da época do café, que foi escravocrata, se nos éramos da esquerda? Então era uma coisa de juventude mesmo, de dizer, olhar de separar coisas que às vezes não se separavam e agente queria fazer um corte que isso aqui era de direita isso aqui era de esquerda, e agente já viu lá na frente que as coisas estavam mais misturadas do que agente imaginava; que essa divisão era muito mais complexa e muito mais difícil. Então acho que a restauração do prédio... Foi a primeira grande tarefa.

P - E todo esse processo foi administrado por você?

R - Não. Aí tinha a Maria Lucia Sant'Ana que era a museóloga, que era a pessoa responsável, tecnicamente era responsável, ela fazia o curso de museologia das primeiras turmas que estavam se formando no Instituto de Museologia de São Paulo e agente dava todo o suporte da formação dela; agente fazia os trabalhos agente ajudava ela, mas aí...

P - Aí nesse período a sua formação era? (13:60)

R - Não. Eu não tinha. Eu vim adquirir essa formação técnica depois, porque só havia o curso de museologia. E, na verdade eu só recebi o título muito tempo depois, quando a profissão de museólogo foi reconhecida no Brasil, quem já vinha um tempo atuando na área a comprovado, recebia o título de museólogo. Eu comprovei tudo, a minha passagem e tudo mais, na verdade eu nem requeri o diploma eu achei que não havia... Eu já estava afastado e tal, mas....

P - Então nesse período, como formação acadêmica você era?

R - Eu estava estudando ainda psicologia depois é que eu fui fazer o curso de patrimônio cultural na USP, um curso de patrimônio cultural, curso de especialização de patrimônio cultural que foram os primeiros cursos, depois eu fiz administração de cultura na Fundação Getulio Vargas que também foi a primeira turma.

Quer dizer, com o tempo é que foram surgindo essas coisas porque nem havia academia para isso; a preocupação com o patrimônio cultural ele não tinha essa preocupação acadêmica era muito raro né, depois é que começaram a surgir esses cursos, foi então um processo e no meio do caminho foi se embasando teoricamente.

P - Então o Museu de Antropologia do Vale do Paraíba se formou enquanto uma necessidade abrangente de... vamos dizer, de um espaço cultural, de criação de uma mentalidade...

R - Criação de uma mentalidade. Não era só o projeto do museu; e é interessante pensar isso hoje, não foi só no museu. Acho que talvez essa seja a grande percepção do que eu estou começando a ter hoje quer dizer, aqui era um espaço físico onde um grupo de jovens que sonham com abertura política, que desejam se expressar desejam criar coisas novas, desejavam ter uma atuação social e encontraram naquele espaço, uma possibilidade de realização do sonho, então não era só o museu tanto que se agregam a esse discurso a questão da ecologia, muito da questão dos partidos de esquerda do município que havia uma identificação muito grande com o próprio PT, que tinha uma identificação muito grande com esse projeto e acho que aquele espaço era reconhecido como espaço de atuação de esquerda, de história reconhecida. (16:17) Agora o que era mais interessante de tudo é que era um prefeito da ARENA, né? Era um prefeito da ditadura militar. E é interessante agente observar hoje é que ele tinha uma tolerância muito grande com relação a esse grupo. Ele tinha uma tolerância grande, o que a gente vê depois lá na ponta quando essa abertura política se consolida e tudo mais, que as pessoas que eram da esquerda na época que se posicionavam de maneira ferrenha contra tudo que era da direita e tudo mais, elas passam a ser extremamente intolerantes e a rejeitar com muita violência esse grupo. É uma coisa muito estranha.

P - Praticamente deu origem à essa discussão que...

R - Que deu origem, que impulsionou a discussão no partido, que canalizava os anseios da sociedade, que sonhava com espaços públicos como possibilidade de implementação e projetos sociais, de interesse popular, etc, etc, etc; depois eles se identificam com isso, crescem com isso e quando assumem o poder, negam a existência de tudo isso, até porque parece que os interesses eram outros né, a gente vai perceber isso depois. (17:30)

Mas, acho que a sua pergunta para mim é a chave de tudo isso. É a chave; então não é a história do museu, é a história talvez de uma mentalidade. História de um grupo de jovens que dentro de um cenário político;... é importante a gente entender que

cenário é esse que aconteceu no final da década de 70, início dos anos 80 abertura política, sonho de liberdade, desejo de participação social, articulação do discurso que se dava muito em torno da participação popular e aquele projeto, aquela idéia do museu era o que estava, era o que possibilitava essa expressão, e tudo que era pensado nessa questão do museu era pensado do ponto de vista ideológico. (18:07) Se você constitui um acervo e coloca dentro de uma casa, cada objeto que tem ali é da história de um vencedor e de um vencido, então a gente tinha um critério, aliás, acho até que era excessivo, porque hoje penso algumas coisas de maneira diferente, mas agente tinha um pavor na possibilidade de pensar que esses objetos fossem testemunhas da história dos vencedores. É claro que nisso é muito mais complexo lá na frente agente vai ver que não é tão fácil. A história é mais complexa do que isso.

P - Depois foi um outro prefeito Osvaldo da Silva Arouca, que conseguiu concretizar o projeto de restauro?

R - É, mas só que antes de Arouca, teve um, se você pegar aquele artigo da revista de museologia, aliás, aquela foi a 1º revista de museológica do Brasil. E eles tinham um respeito tão grande pelo que se pensava em Jacareí, era um laboratório, era uma experiência com relação à área de patrimônio cultural, que a Waldisa que era uma pessoa intelectual da área das academias, ela via naquilo uma experiência fantástica. Ela achava que dali surgiriam novos parâmetros para pensarmos a sociedade. Aí você começa com Arouca.

P - E você me disse que antes disso, antes do término do restauro existiu uma ação da Waldisia, da museóloga.

R - Aquele artigo que está escrito na revista de museologia, aliás, só falando um pouco dessa revista ela foi a 1º revista de museologia feita no Brasil e eles dedicaram e pediram para eu escrever um artigo grande sobre a história do museu e por quê? Porque a Waldisa, ela achava que o quê se fazia em Jacareí era um laboratório muito interessante; que aqui se pensava a questão da museologia de maneira muito original, peculiar. Ela achava que a gente rompia com esse paradigma de museuzinho histórico tradicional, e tudo mais. Então acho que foi uma grande homenagem que ela fez para agente, quer dizer, no Brasil inteiro você escolher uma cidade do interior e contar essa história, então ali é um pedaço daquela história e o que se segue depois. Esse prefeito o Bene, ele sai e entra um outro prefeito que era mais identificado com as idéias de esquerda, mas que também não traz muita contribuição para esse processo. Quer dizer eles não conseguiam pensar essa idéia de patrimônio cultural como política pública,

então as coisas ficavam muito em idéias muito etéreas muito: “Precisamos preservar isso, é muito bonito; isso é importante”; mas não destinava recurso público: X% do orçamento vai para a restauração do prédio, vai para a preservação do patrimônio histórico; vai para mancha urbana, aquela área central da cidade onde estavam os edifícios antigos, e isso não se transformava em recurso financeiro, então não havia uma política pública, e isso foi uma coisa terrível porque agente continuava sonhando, continuava pensando, fazendo projeto, mas não tinha recurso financeiro.(21:50)

P - Você tinha um grupo de pessoas consistente nesse período que te acompanhava em decisões, ou programações?

R: Não Cesira. Oficialmente tinha eu como funcionário, tinha mais dois funcionários auxiliares, mas de quem eu tinha apoio era só das pessoas de fora. O museu continuava uma pessoa só oficialmente de dentro um grupo de pessoas que continuava ajudando, contribuindo, torcendo, levando informações, chegaram a criar a Sociedades Amigos do Museu que era uma maneira de você fazer pressão política sobre o prefeito para que isso se tornasse recurso financeiro.

P - Por que, as verbas para o museu vinham só da prefeitura? (22:28)

R - Só da prefeitura, as verbas eram escassas, mínimas, mínimas...

P - Era através da Secretaria de Educação ou o Museu era autônomo?

R - Não. O museu na verdade é..., ele era ligado vamos dizer assim... Oficialmente ele era ligado a Secretaria de Educação mas politicamente éramos separados. Não havia interferência entre a educação e esse museu, porque a idéia era se criar uma fundação para se administrar o museu; então na verdade era um espaço meio solto dentro da administração que ninguém queria: “O prédio não cai porque eles ficam olhando lá”. Então a gente se tornou um pouco vigia daquele espaço já que não tinha recurso financeiro.(23:45) Tinha um projeto de restauração definido, muito bem definido, muito bem feito, muito bem elaborado,... mas não tinha recurso financeiro. Aí é uma fase terrível, muito angustiante também porque chovia, caíam paredes, não tinha recurso financeiro não é?... E isto não se transformou em política pública, até que mais ou menos no final do governo do Thelmo Almeida Cruz se cria uma Fundação Cultural, mas na verdade era uma fundação para administrar o Museu; não era uma fundação que fazia teatro e tinha outras atividades culturais. (24:21) Uma fundação para administrar o Museu que continuava não tendo recurso financeiro. Então este foi o grande problema, nunca se transformou numa política pública, nunca! Era um sonho que estava escrito no

papel, mas quando você pega recurso financeiro era insuficiente para manutenção do próprio prédio quanto mais para o restauro.

P - Trabalhava ali na época, você e o historiador Sávio?

R - Não. Essa época não. Depois eu começo agregar algumas pessoas à esse projeto. Alguns historiadores; agente fazia contratações temporárias porque eles não queriam abrir o concurso publico, eles não queriam montar uma equipe técnica e aí eu achei interessante observar porque na verdade esse projeto era muito, tinha identificação de pessoas que pensavam muito diferente, isso estava muito evidente, né? Então não era muito interesse que se aplicasse recurso financeiro a esse trabalho aparecesse de alguma maneira, não havia, claramente não havia esse interesse, então o máximo que agente fazia era contratar historiadores, antropólogos, e nesse período curto que eles eram contratados eles produziam algumas pesquisas historiográficas, faziam um trabalho muito interessante, então era um trabalho de formiguinha, coletava aqui, coletava ali, coletava acolá, com pouco recurso; agente comprava acervo basicamente no começo, foi acervo de arte popular, agente chegou a fazer levantamento em toda região do Vale do Paraíba sobre... reunimos um acervo muito rico sobre arte popular é... eu acho que na época agente produziu um documentário muito interessante sobre os pintores populares os chamados pintores primitivos e isso saiu inclusive um livro em edição bilíngüe. (26:25) Não havia vídeo naquela época, então fizemos um áudio visual que inclusive ele foi selecionado na época lá na USP para representar o Brasil no Canadá, então quer dizer com toda as faltas de recursos agente conseguia produzir coisas dentro daquela linha de originalidade, burlar todas as dificuldades, todos os problemas, a gente conseguia ter um produto cultural; na bacia das almas! Esse trabalho tinha esse reconhecimento, e não tinha reconhecimento só da cidade, mas de todas as instituições culturais. Eu me lembro que a Folha de São Paulo fez um artigo muito interessante elogiando o trabalho que agente fazia aqui em Jacareí.

P - O encaminhamento desses projetos, eles passavam pelo crivo do administrador público, ou de algum assessor direto do prefeito?

R - Não passava. Eles não davam dinheiro e deixava agente ficar à vontade lá, então o que agente fazia, corria atrás de empresas, conseguia dinheiro e fazia livros de arte, conseguia dinheiro por fora, por doações agente conseguiu comprar o acervo de arte popular.

P - Era uma auto gestão praticamente do próprio museu sobreviver. Era uma auto gestão?

R – Exatamente, era uma auto gestão; a sociedade amigos do museu arrecadava um pouco de dinheiro, financiava às vezes viagens que agente tinha que fazer.(27:40) Financiava a confecção desses documentários que agente fazia sobre os artistas. Então era uma coisa assim que, é: ”Deixa eles lá, deixa eles lá” E agente se virava na medida do possível.

P - E esse período é em torno da década de 80?

R - Acho que é final da década de 80. Não sou muito bom para data, mas acho que é final da década de 80, então criaram, oficializaram uma fundação; então havia uma instituição, a lei votada na Câmara. Fundação que administrava o Museu que tinha objetivos muito nobres tal e que se for você olhar não tinha funcionário, quer dizer tinha eu, né! Tinha eu e dois funcionários da limpeza. Quem mantinha aquilo tudo eram as pessoas que estavam fora da prefeitura.

P: E não existiam diálogos? Diálogos com administração ou com a assessoria. E o legislativo, como que se comportou até esse projeto, até esse período que você descreve. Qual foi a posicionamento do legislativo com relação a isso, com relação ao Museu; ou aos projetos que deveriam ser encaminhados pelo Museu?

R - Acho que eles viam com uma certa estranheza, quer dizer meio complicado falar de patrimônio cultural, falar de museologia, isso era conceito totalmente desconhecido desse povo, eles não davam muita importância para isso, eles achavam meio exótico um bando de estranhos. Eles não entendiam por quê o Museu não acabava nunca, um restauro que não... Não acabava porque não tinha recurso financeiro, mas também não acabava porque não tinha recursos financeiros; mas também, nunca ninguém chegou lá, falou: “Vamos votar, vamos aumentar essa verba”. Eles não sabiam o que é que agente fazia, eles não tinham noção disso, era uma coisa muito elementar, muito... quer dizer não mudou o perfil da Câmara né? (29:30) Não mudou nada; eles na maioria, um rol de sessões com gente ignorante, estúpida, que não sabia de nada e que não tinha muita importância; quer dizer aquilo não era uma área de interessante deles. Não tinha nenhum, quer dizer, como era o dialogo com a administração, com o prefeito Thelmo. Não dava recursos financeiros; acho que a resposta esta dada. Acho que a mulher dele é quem tinha um pouco mais de interesse, mas um pouco mais na frente ela vai se tornar inimiga número um desse projeto todo, né?

P - Em algum momento ela demonstrou um interesse?

R - Ela demonstrou interesse sim. Ela tinha uma sensibilidade maior para essa questão. Aparecia pouquinho de recurso financeiro que foi muito mais por iniciativa dela e não do prefeito.

P - Da Sonia Bonano?

R - Então se conseguiu fazer algumas coisas, trocar o telhado, fazer o piso, quer dizer algumas coisas foram feitas, mas por sensibilidade dela. Acho importante agente ter claro que não havia uma política publica. (30:52)

P - E ela estava na esfera administração do Museu ou não?

R - Não. De maneira nenhuma. Ela estava mais no Fundo Social de Solidariedade, era uma coisa que ela se identifica, às vezes ela exercia alguma influência no marido para que saísse algum recurso financeiro para a fundação, mas isso não é uma política pública, então quer dizer eu acho que é um aspecto interessante dessa história, você vive da gratidão do político: “Agora sim”, “Agora esquece”.

P - A possibilidade ou a sensibilidade de quem tem a influência junto ao político, de sensibilizar ...

R - Exatamente. De alguma influência de alguém que se sensibilize em algum momento e diz: “Vai lá da um pouco de grama lá” e diz “ não deixa o prédio cair”. Então vivíamos dessas migalhas o tempo inteiro. (31:35)

P - Visto que o Legislativo também não tinha possibilidade de diálogo.

R - Não tinha, porque não tinha interesse, não reconheceu isso como uma coisa importante para cidade.

P - Nesse período já tinha se iniciado um movimento em termo de defesa de patrimônio?

R - Eu acho que ampliou mais acho que se ampliou um pouco mais esse grupo aumentou com a criação da Sociedade Amigos do Museu; eu acho que agente tinha um grupo de pressão política, mas o problema é que esse cada vez mais esse grupo se identificava mais com os grupos de esquerda, quanto mais ele se organizava fora, mais por dentro eles diziam não! Então ele crescia fora, quer dizer a pressão, carta para imprensa, denúncia na imprensa. “Esta chovendo ali dentro do Museu e ninguém faz nada. O museu está largado!” Não tem recurso financeiro. Havia essa pressão, ela foi aumentando, quer dizer aumentava a pressão cada vez mais quer dizer, a minha situação ali dentro ficou mais difícil, porque eles achavam que eu era porta voz desse grupo, então porque eles iriam colocar recurso financeiro, né? Se esse grupo era identificado com outras ideologias?

Essa era uma briga um pouco freada, quer dizer ninguém estuda isso de maneira clara, mas todo mundo sabia.

P - Você em algum momento se sentiu ameaçado com relação à sua função, ao seu emprego, trabalho?

R - O tempo inteirinho, o tempo inteirinho era andar em um fio da navalha o tempo inteiro havia pressão da câmara municipal para minha demissão, havia pressão muito grande porque eles diziam: “esse rapaz é de esquerda. Isso é um absurdo, aquilo é um antro de gente de esquerda. Eles ficam fazendo reunião até altas horas da madrugada”. Como se agente tivesse o grande poder de mudança. Então eles achavam que aquilo era um antro de esquerda eles falavam isso! Talvez esteja aí uma das explicações para não dar recurso financeiro “Vamos matá-las a mingua”. Mas acho interessante essa coisa bipolar, quer dizer você tem uma instituição oficial sem dinheiro, sem recurso nenhum, sem política pública definida e um grupo da sociedade exigindo que eles tomem providência, então eu no meio da história, tentando equilibrar; então algumas coisinhas foram feitas no governo do Thelmo, mais por iniciativa da mulher dele. Ela é uma pessoa mais sensível à área cultural. Bem, aí ele sai entra o outro governo do Oswaldo Arouca, aí a coisa toma um rumo meio diferente.

P - Mas toma um rumo diferente por quê?

R: Porque quem passa a presidir a Fundação Cultural é a Ada Arouca, aí você tem uma pessoa com uma formação intelectual muito f..., muito consistente. Uma boa formação filosófica. Aí você senta, deixa rolar. Aí você conversa, aí você tem uma dimensão; aquilo, quer dizer ela entendeu o quê agente queria ela se identificou com aquilo que agente queria.

P - É a professora Ada Cherubini.

R - É a Ada Cherubini Arouca, aí o que acontece, ela diz... não! Quantos anos vocês estão lutando para restaurar esse prédio, há quantos anos? Então nós vamos fazer isso!

Aí o que acontece, começa a aparecer recursos financeiros, aí começa à aparecer a questão do patrimônio; aparece como política pública. Não sei quantos milhões de reais que eram destinados por ano para desenvolver esses projetos, aí se transformam, pela primeira vez aí agente tem recursos financeiros para implementar essas políticas e aí a coisa toma dimensão extraordinária ela torna dimensão extraordinária. (35:20)

P - Mas era esse objetivo quando foi criada a Fundação, na administração anterior do Thelmo, foi criada a Fundação, era esse o objetivo?

R - Era esse o objetivo, porque essa fundação administra...

P - Mas a fundação, como aconteceu o processo da efetivação da fundação como ela foi efetivada, em que termos ela foi discutida, em que âmbito da esfera do poder ela foi discutida, foi discutida entre vocês e a Senhora Sonia Bonano que tinha sensibilidade para perceber que tinha necessidade de uma institucionalização para o museu? (36:05)

R - Não... Esse trabalho saiu desse grupo, o Osmar; Osmar foi uma pessoa que ajudou a desenhar esse estatuto. Eu, quer dizer... todo esse grupo quer extra oficial, agente compôs agente desenhou esse estatuto.

P - Da Fundação Cultural de Jacareí?

R - Não essa fundação que tem hoje. Da fundação que administrava o Museu. Nós fizemos o estatuto e a Câmara aprovou e ficou lá, não se cumpriu. Quanto a Ada Arouca entra, ela diz, “Não vamos dar recurso financeiros, vamos transformar isso em Política Publica”. Aí começa a surgir o orçamento, né. Aí você contrata uma empresa, faz processo de contratação, uma empresa especializada. Executa todo o projeto de restauração e aí começa a surgir coisa um bem muito interessante. Quer dizer, talvez Cesira, uma das coisas mais importantes é que toda atividade que agente fazia era sempre uma possibilidade que agente tinha de ensinar as pessoas, de envolver as pessoas no projeto, é uma das condições que agente exigiu da empresa que fez o restauro é que boa parte dessas pessoas que fariam a restauração de pintura, as restaurações mais delicadas fossem contratados em Jacareí.

Então vinham os técnicos, mas boa parte com o pessoal era treinada aqui em Jacareí e uma dessas meninas a Maria Luiza Recco, que trabalhou no restauro dessas pinturas que tiravam doze, treze camadas de tinta até chegar na pintura original; essa menina hoje ela mora em Paris e ela trabalha com um dos maiores restauradores do mundo, eu não lembro o nome dele e eu sei que é grande especialista em restauração de arte Egípcia. Ele trabalha para o Museu Livre e a Maria Luiza trabalha com ele, ela é daqui de Jacareí.

P - Iniciou o trabalho aqui?

R - Iniciou aqui, a paixão dela começou aqui, aí surgiram uma serie de outros restauradores de cerâmica, que hoje estão na Espanha. Vários deles seguiram essa linha. Aí bom... tem recurso financeiro, tem dinheiro, foi feita toda a restauração do prédio, foi fantástico, foi muito bonito, toda a restauração. Se pensou em espaço de atividades lá dentro, se montou um auditório muito bonito, porque a idéia era que aquilo fosse um

espaço de discussão de se pensar o Vale do Paraíba. A concepção: um museu que pensasse o Vale do Paraíba, a realidade do Vale do Paraíba; que discutisse o passado, mas que se discutisse a realidade também.

Era um grande fórum de debates para se pensar o Vale do Paraíba, então se montou o auditório.

P - Esses espaços criados ali dentro tiveram uma predominância do que vocês imaginavam para o museu ou teve um projeto museológico distinto que especificou a criação daqueles espaços como o auditório, como a sala de aula que trazia as memórias do “Grupão”?

R - Não. Tudo foi pensado, e mais uma vez esse grupo, fora do poder público, ele estava separado do poder público, eles estava separado do poder público! Então era o que, que tipo de Museu nós vamos fazer? Essas idéias surgiram das pessoas, que uma das coisas que predominou, é que as pessoas opinavam.

P - Você conseguiria fazer agora uma viagem pela casa me descrevendo os cômodos; como vocês imaginaram de utilizá-los e a conotação que tiveram depois de prontos. Começando do lado direito, começando pela sala das memórias.

R - Bom, a primeira preocupação que agente tinha era na entrada da casa, era que tivesse, respeitasse toda a suntuosidade da casa, que a arquitetura falasse por si só, que agente não queria muita interferência, poluição visual. O que agente discutiu com a empresa de restauração é que no processo de restauro agente deixasse marcas de outras épocas. Isso ficou, isso foi uma coisa legal. Bom, do lado direito tinha, nós reconstituímos uma sala de aula de aula e esse foi um dos pontos talvez mais fortes do projeto do museu, porque o prédio Solar Gomes Leitão funcionou como escola, escola pública durante muito tempo, acho que desde o começo do século XX. Ele funcionou como escola, então a referencia que a cidade tem do prédio, não é a referencia neoclássica, essa é uma visão mais dos intelectuais, dos arquitetos. Para a cidade aquilo é uma memória afetiva: “É ali que eu estudei, é ali que eu comecei minha história de vida”.(41:2) E agente ouvia muito disso: “ah eu lembro disso, eu lembro daquilo”, aí o que agente percebeu; em uma das reuniões com várias pessoas, até que uma pessoa disse: “Ah, o que vamos colocar? É só ouvir o que às pessoas estão dizendo para agente”. Quando as pessoas chegam aqui o que é que elas falam? Quando elas entram no prédio o primeiro lugar que elas querem descobrir é o lugar que elas estudaram, então isso é uma memória afetiva. Então falamos, então é isso. Então quer dizer as próprias pessoas que freqüentavam a casa já deram uma pista para agente. Então fomos

atrás de todos os materiais, as cartilhas da época, aí agente colocou cartilhas de períodos diferentes, porque o público era imenso, quer dizer desde o começo do século XX, então foram varias gerações que passaram por ali e então agente reconstituiu uma sala de aula, com livros de épocas diferentes porque em algum momento você ia se identificar com sua época, às carteiras reconstituímos os sons das salas de aula, foi uma coisa que fez um sucesso muito grande; o som de crianças subindo escada, que eles se referiam muito, aí o que, que nós fizemos; nós começamos a ouvir melhor o quê que as pessoas... “O que é que te lembra essa escola? Ah! eu lembro do som da escada, eu lembro da hora do recreio, eu lembro do barulho do sinal, sai na hora do recreio”. E agente reconstituiu tudo isso, tudo, tudo, tudo. (42:50) Então as pessoas sentavam tinha uma iluminação muito interessante bem adequada, tinha um sistema de som todo muito bem projetado. Então as pessoas sentavam na carteira e ficavam ouvindo esse som. Então aquilo causou uma verdadeira comoção. Então você veja, um projeto de extrema simplicidade as pessoas que sentavam ali e a idéia era preservar a memória afetiva das pessoas, a história de cada um, então essa a primeira coisa. (43:20)

P - Criando um elo de ligação com aquele prédio que inicialmente era do Coronel João da Costa Gomes Leitão.

R - Justamente era de um coronel. Não era reconstituir a casa do coronel, mas era, mas era um pouco da história da casa, história dos comuns né? De todo mundo que passou por ali. Então foi reconstituída essa sala de aula, isso mereceu muita matéria em jornais, no Estado de São Paulo, a Folha de São Paulo. Isso circulou muito no Brasil inteiro. Foi um projeto muito copiado também. Muita gente procurou agente para saber como agente tinha pensado aquilo. E um projeto de extrema simplicidade.

P - Ele surge em Jacareí como uma inovação e ele se expande, a idéia desse Museu não fica em torno desse grupo de pessoas que pensavam ao museu, nem em torno do prédio e nem em torno de uma administração que não sabia bem o que fazer com esse patrimônio, e essa idéia teve autonomia; ele cresceu.

R - Ela cresceu. Ela cresceu, ela cresceu, de repente cresceu é... Eu me lembro, me lembro de um artigo uma vez que saiu, acho que saiu no jornal, acho que foi na Folha de São Paulo não sei se ainda se acha essa matéria, se chamava Primitivos e Valentes em Jacareí. Primitivos porque era uma exposição que agente tinha de pintores primitivos e ela falava, a Haddad Abraão que era uma critica de arte, sobre a valentia de pessoas que trabalhavam sem (44:24) recursos financeiros; que ela não conseguia entender como produzia tantas coisas interessantes e rompendo coisas que ninguém via,

ninguém tinha visto um museu daquela maneira. Bom,... ai voltando, reconstituição dessa sala que foi uma das melhores coisas que foi feita, depois do lado esquerdo ali foram feitas muitas coisas ali, foi arqueológico ali, (45:31) tinha uma sala de materiais de arqueologia, aliás, o capítulo de Arqueologia é uma (45:36) história a parte; com arqueologia depois você encontrava ali um corredor embaixo, onde nos transformamos em um bar, era uma idéia muito interessante que o museu fosse um ponto, continuasse a ser um ponto... Ele já era um ponto de encontro, o que agente queria (45:55) fazer com aquilo na verdade era dar uma situação mais agradável, um café, ou fazer um bar, fazer com que aquilo se tornasse um ponto de encontro que circulasse idéias ali, e foi (46:08) uma coisa muito interessante, uma coisa muito legal que deu um resultado extraordinário. Tinha espetáculos de Jazz, de Bossa Nova de instrumentistas, pessoas maravilhosas, de muitos pianistas jovens do Vale do Paraíba se apresentaram ali. Era uma (46:30) loucura, quer dizer, era uma loucura, estava se transformando em um negócio... E... Cresceu tanto que eu acho que agente não tinha muita dimensão de onde é que ia parar tudo isso. Depois, no fundo tinha a parte de... Tinha uma parte onde agente mostrava a taipa, (46:48) como é que foram as técnicas de intervenção no prédio que era uma parte maior, tinha a parte administrativa, como não tinha muita parte técnica, quer dizer eram poucas né? Depois agente subindo, tinha o Auditório um grande auditório muito bem montado, agente teve a preocupação de montar este auditório sem ferir o madeiramento, depois eles, depois eles desmontam esse auditório e montam em outro lugar e dizem que criaram um teatro em Jacareí. (47:14) Depois tinha nas outras salas tinha uma grande exposição, uma imensa exposição sobre arquitetura. História da arquitetura do Vale do Paraíba e acho que essa exposição foi uma das mais importante que agente fez; ela teve a curadoria do Dr. Antonio Luiz Dias de Andrade era do IPHAN – Instituto Patrimônio Histórico Artístico Nacional. Era, era a única pessoa que tinha um levantamento de todas técnicas construtivas no Vale do Paraíba. Ele levou muito tempo, acho que levou mais, quase dois anos para montar essa exposição.

P - Com o material dele? (48:00)

R - Com todo material, o que faltava ele montou uma equipe com estudantes novamente o gancho: “nós queremos que você pegue estudantes de arquitetura do Vale do Paraíba para ajudar a montar essa exposição, a pesquisa e tal. Então se formavam grupos extraordinários de estudantes. Era uma algazarra, aquele povo. Era muito interessante.

E aí eles foram pesquisar fazer todos levantamentos das fazendas de café, outras técnicas construtivas mais rudimentares, das igrejas; então nós montamos uma enorme exposição, uma exposição muito bonita foi feita inclusive um documentário também. Eu acho que basicamente é isso; quer dizer, tinha outra sala que nós usamos do acervo de arte popular. Que nós levamos mais de três anos coletando a produção de arte popular em toda a (49:02) região do Vale do Paraíba. A idéia é que agente, é que as pessoas ao entrar naquele prédio tivessem uma noção clara do que se produz em termos de arte popular da arte figurativa e de arte popular de artesanato, de bom artesanato, artesanato que tenha habilidade manual. Então acho que foi uma coisa muito rica, muito interessante. (49:15)

P - E esses materiais utilizados para vocês conservavam ou era sempre devolvido para quem fornecia?

R - Não esses aí eram acervos. Tinham as alcovas também, que agente transformou em reserva técnica. Não era o espaço adequado porque a idéia como tinha crescido muito o projeto do museu, a idéia era que fosse desapropriada a área em volta, que se fizesse jardins em volta, aí agente já estava unindo um outro conceito. Que era questão da cultura e lazer.

Agente acha que essas coisas poderiam conviver juntas, né? Era fazer grandes jardins em volta do museu, espaço de lazer, feira de flores no final de semana, e ser um ponto de encontro também. E aí você faria uma reserva técnica à parte. Porque o prédio não tem muitas condições técnicas para abrigar acervo. É uma condição complicada. Tem um trânsito muito complicado na frente do prédio. (50:16)

Mas para isso foi feito um estudo muito interessante, do impacto que causaria o trânsito; olha naquela época há quantos anos, há mais de 20 anos atrás e aí entrou o Ricardo Ferraz com todo o conhecimento dele, ambiental. Ele fez uma pesquisa, por exemplo, sobre quantos automóveis passavam, qual impacto que causa, por exemplo, da fuligem, nas pinturas do prédio, e ele se utilizou conhecimento de grandes especialistas do Brasil na época; se produziu uma serie de relatórios, esses relatórios novamente eram manchetes no Brasil inteiro. (50:41)

“Jacarei apresenta estudo inédito de impacto da poluição sobre o acervo do museu e sobre o próprio prédio do século XIX”; pessoas ficaram encantadas e a partir disso muitos museus passaram a fazer esses estudos de impacto. Havia proposta de se pensar o anel viário respeitando o patrimônio desse prédio e daquela mancha urbana que tinha no centro da cidade. (51:20) A coisa ia sempre tomando uma dimensão maior.

P - Com relação às alcovas, você se lembra qual era a utilização delas antes; quando era ainda escola, quando vocês entraram no museu que ainda não tinha sido restaurado, aquele espaço das alcovas, você lembra o que era ali?

R - O quê era antes da gente...?

P - Antes do restauro do prédio. É... Naquele espaço, você lembra de alguma coisa ali... Existia? Ou tinham tirado as paredes e feito um corredor. O que eram as alcovas na configuração anterior?

R - O que eu sei é que no projeto, o quê estou lembrando agora é que no projeto de restauração se descobriu que houve uma alteração, que eles derrubaram algumas paredes e tal, não se sabia precisar exatamente o que era. E que depois eles recolocaram as paredes no (52:20) devido lugar. Isso eu lembro que eles fizeram, e foi uma coisa muito complicada porque tinha que mexer em algumas paredes que tinham pinturas então não podia ferir as pinturas então foi um processo bem complicado.

P - Mas era clara a existência daquelas alcovas ali, no período em que a casa era utilizada com residência?

R - Ah sim, através de introspecção na parede eles descobriram tudo isso. Tudo isso estava no projeto. Quer dizer essa utilização da casa, que eu lembro aqui, foi quando nós deixamos o museu. E que a idéia que tinha é isso, mas o projeto era... Mas a (53:06) idéia era, vamos continuar constituindo esse acervo. E que acervo é esse. Que acervo é importante? Essa era uma discussão permanente, permanente, permanente. Enquanto isso acho que se desenvolveu paralelamente e é importante deixar muito claro, que agente tinha (53:19) uma preocupação, muito grande com a documentação histórica. Aí agente já estava extrapolando, já não era só uma questão do museu. Ah, mas você pode perguntar, mas você poderia fazer um inventário. Essa história do inventário do patrimônio, ela vem surgir depois. Não havia isso, não havia essa concepção nem em Jacareí, nem em outra cidade. Hoje você vai desenvolver um projeto cultural um projeto de preservação numa cidade faz um inventário; você levanta tudo que tem, registra em que condições esta e aí você tem aquele documento mostrando um retrato. (53:40)

Observou-se que desde o início mesmo na fase de restauro o museu promovia atividades freqüentes ligadas ao seu projeto inicial.

Desde sua origem Osmar de Almeida, encaminhou o projeto com fundamentos técnicos especializados. Por orientação de Stanislau da Silva Sales, entrou em contato com a professora Waldisa Russio Camargo Guarnieri, autoridade máxima na época em museologia, que teve papel importante na criação da discussão museológica brasileira. A museóloga Waldisa foi itinerante na implantação de uma política cultural avançada e autônoma adequada à nova concepção de museu que visava dar vida livre aos museus e suas realizações. Visava modificar o quadro de relações da política de museus atrelada ao poder político partidarista e seus vícios de utilização de bens culturais públicos para as próprias realizações e perpetuações.

Para esse grupo idealizador do museu não pairava a dúvida de que esse museu seria autônomo e livre em suas atividades. Todo o empenho do grupo foi respaldado pelo então prefeito professor Benedito Sérgio Lencioni, em apoiar a ação política cultural advinda do grupo de Osmar de Almeida.

Do grupo criador do museu era permeável a iniciativa em querer rever a lógica de conduta imperante ao cidadão. Mas como entender o apoio do Professor Lencioni, que pertencia às forças ideológicas opostas, a esse grupo de jovens idealizadores culturalmente revolucionários daquela época? Fomos buscar na sua ligação com a História a possível abertura e desenvoltura filosófica do professor Lencioni, que o levou a referenciar naquele momento a política cultural voltada para preservação do Patrimônio Cultural.

São várias as realizações desse Professor que pontuou sua importância na política cultural de criação de instrumentos legais e dinamizadores incentivando o desenvolvimento de mentalidade voltada à cientificidade e elaboração historiográfica capaz de instigar e imprimir uma identidade à sua própria e próximas gerações; numa demonstração de cidadania superlativa em prol do bem comum; como se entende falar, de pessoas da esfera institucional partidária “Homem de Política”. “Homem de História”, na verdade! Porque só com o referencial da ciência histórica pôde romper com os dogmas do seu tempo, do período ditatorial ao qual pertenceu e se aliar às forças então ditas de “esquerda” e cristalizar a criação do Museu de Antropologia do Vale do Paraíba.

A inauguração oficial do museu restaurado e pronto para receber o público se deu em 22/09/1992 e nessa determinação política de empreender esforços para finalmente depois de onze anos inaugurar o MAV, colaborou o Prefeito Osvaldo Arouca, assessorado pela professora Maria Ada Cherubini, na presidência da Fundação Cultural de Jacareí, com o museu sob a direção de Adelmir Morato de Lima.

A temporada de política cultural voltada à preservação do Patrimônio Cultural, adotada pelo Professor Lencioni, não se difundiu em algumas outras administrações e, portanto, o ideal do Museu livre das amarras políticas partidárias e tradições oligárquicas não se concretizou.

A fundação não foi capaz de assegurar vida livre ao museu e, segundo seus idealizadores, ele não pode cumprir o projeto para o qual havia sido criado.

O museu se tornou vítima da historicidade do próprio edifício em que foi instalado, que se originou das relações antropológicas pertinentes às condições sócio econômicas que permearam a exploração humana na produção cafeeira, o tráfico de escravos para manutenção da oligarquia regional, comandada pelo Coronel João da Costa Gomes Leitão, construtor do edifício em 1857 e com a determinante ação do capital inglês. Essa existência e supremacia calcada nas relações ilícitas se refletiram na evidente fragilidade do Museu gerado por legítimos anseios libertários, mas gerido circunstancialmente por quem interessar ao poder constituído.

O Museu de Antropologia do Vale do Paraíba foi criado a partir da Fundação Cultural de Jacareí, atualmente Fundação Cultural de Jacarehy - José Maria de Abreu. Ele foi o motivo de origem da criação da primeira Fundação Cultural em 1981; mas não foi constituído juridicamente. Ele existiu a partir da existência dessa fundação. Por este motivo nunca chegou a ter os direitos e deveres preservados, pertinentes a todo museu que faz parte do Sistema Brasileiro de Museus. No estatuto da Fundação Cultural de Jacarehy – José Maria de Abreu, Capítulo V - Da Estrutura Administrativa Artigo 6º, item 3: Diretoria de Preservação de Memória Municipal; o Museu de Antropologia do Vale do Paraíba aparece inserido como: número 2 - Equipe de Museu. Ele é submetido às ações de dirigentes e presidentes da Fundação Cultural que, porventura não apresentem especialização técnica na área museológica, pois não existem no Museu o cargo de museólogo, um plano

museológico, uma curadoria, uma reserva técnica para o seu gerenciamento; como relata a museóloga Waldisa Russio de Camargo Guarnieri

“...os museus são, assim, pequenos feudos onde as relações são pessoais e não em função de cargos com atribuições formalmente definidas... Esta prevalência de um “status” que não encontra raízes na profissionalização e na especialização ...coloca os museus, assim dirigidos, em antagonismo flagrante com a dinâmica das demais organizações que se estruturam estrategicamente, objetivando seus fins, com a própria sociedade que se moderniza.” (GUARNIERI, 1977)

“A situação dos museus sem regularidade jurídica se faz presente no Projeto Lei 7568 Estatuto dos Museus, ainda em tramitação no Legislativo Federal haverá regras detalhadas a serem seguidas pelos responsáveis, para a manutenção dos museus brasileiros”.(BLOISE, 2008).

E então, incorporou-se ao Museu o modo mais amador de conduzir um projeto e o corpo técnico composto deveria se adequar aos “novos padrões”. O conjunto de profissionais responsáveis pelas atividades direcionadas à ação museológica científica foi gradualmente desarticulado e começou a dissolução das forças que deram origem à criação do museu.

Os relatos enunciados pelo sujeitos inseridos na historicidade do Museu de Antropologia do Vale do Paraíba aprofundaram as informações relacionadas à Política Cultural voltada a preservação do Patrimônio Cultural, naquele período e enunciaram um processo de opressão relativa aos sujeitos históricos pertinentes à origem do museu; portanto observou-se que esse grupo sofreu o impacto inicial do processo de desmilitarização do Estado Brasileiro que através de seus aparelhos ideológicos não deixaram de coexistir imediatamente. Então, aos sujeitos envolvidos com a legitimidade dos objetivos do MAVP, coube também receber as reações da classe dominante que não poderia abdicar de seus poderes, privilégios e autarquias; neutralizando os avanços no âmbito de direitos e pleno exercício de cidadania almejados. O poder constituído, para se legitimar destituiu as competências com especialidades, representadas pelo Diretor do Museu Adelmir Morato de Lima equipe técnica e Sociedade Amigos do Museu, fundada em 1984 com a intenção de um gerenciamento autônomo que buscasse o consenso a favor de uma política cultural prioritária que favorecesse a realização do projeto museológico.

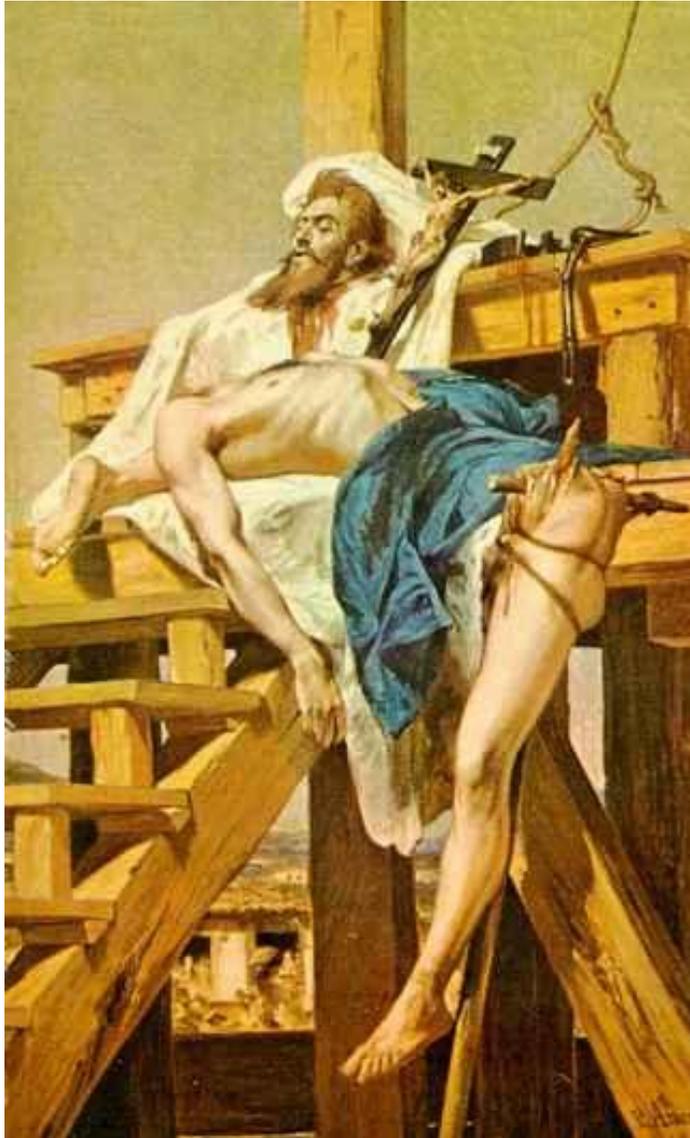
Não foi possível garantir uma dinâmica museológica e criou-se uma relação de forças entre grupos de posicionamentos políticos diferentes inseridos na dinâmica da superestrutura da Administração Pública. A permanência de representantes do grupo originário do museu fortaleceria a política cultural, que possuía mecanismos técnicos especialistas para manter, através da linguagem museológica a participação ativa da sociedade e cientificidade nas abordagens sócio-culturais. A competência técnica e profissional gradual no avanço da construção do sistema autônomo do museu não passou pelo crivo das autoridades e o único e último representante dessa política cultural, Adelmir Morato de Lima, que por sua condição trabalhista legal não podia ser excluído do quadro de funcionários da Prefeitura Municipal de Jacareí, logo recebeu as penas e punições. No contexto sócio-político cultural jacareense cabe bem a teoria do pensador francês Michel Foucault que em suas lições de genealogia e poder explica como o poder é essencialmente repressivo:

“... o poder é o que reprime a natureza, os indivíduos, os instintos, uma classe. Quando o discurso contemporâneo define repetidamente o poder como sendo repressivo, não é novidade. Hegel foi o primeiro a dizê-lo; depois Freud e Reich também o disseram... não será então que a análise do poder deveria ser essencialmente uma análise dos mecanismos da repressão?... o poder é guerra, guerra prolongada por outros meios.”(FOUCAULT, 1986)

Mais uma vez, Foucault exprime, através de sua literatura, as ocorrências derivadas das relações do poder. Em sua obra *Vigiar e Punir* Foucault denuncia uma tecnologia política do corpo, ou seja, a utilização de punições e penas infringidas pelo mecanismo do poder para dominar almas e tornar os “corpos dóceis”.(FOUCAULT, 1982, p. 121).

“Em 1757, o esquartejamento era a prática punitiva, em meados do século XIX a pena passa a ser um procedimento burocrático, e coercitivo. Não se pune mais o corpo latente, mas sim, se aprisionam as almas vertentes. Ao poder interessa apossar-se do tempo do indivíduo para controlar suas ações, transformando-o através da disciplina em corpo dócil”. (FOUCAULT, 1982).

Fig. 38 Tiradentes Esquartejado. Obra de Pedro Américo (1893)



Fonte: Imagem Wikipédia Brasil.

“Os museus não valem como depósitos de cultura ou experiência acumuladas, mas como instrumentos geradores de novas experiências e renovação de cultura.”

Carlos Drummond de Andrade.

“Os museus não valem como depósitos de cultura ou experiência acumuladas, mas como instrumentos geradores de novas experiências e renovação de cultura.”

Carlos Drummond de Andrade.

“Muito mais que existirem para os objetos, os museus existem para as pessoas.”

Hugues de Varine-Bohan

Citações lembradas por Waldisa Russio de Camargo Guarnieri em seus trabalhos:

“MUSEU, um aspecto das organizações culturais num país em desenvolvimento”.
São Paulo/1977

“Um museu de indústria em São Paulo” São Paulo/1980. museu de indústria em São Paulo” São Paulo/1980.

CAPÍTULO VI

CONJUNTO HISTÓRICO ARQUITETÔNICO FERROVIÁRIO

“Há um quadro de Klee que se chama *Ângelus Novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da historia deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-los. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso”.(Walter Benjamin)

Fig. 39 Placa publicitária de obras municipais – fictício anel viário



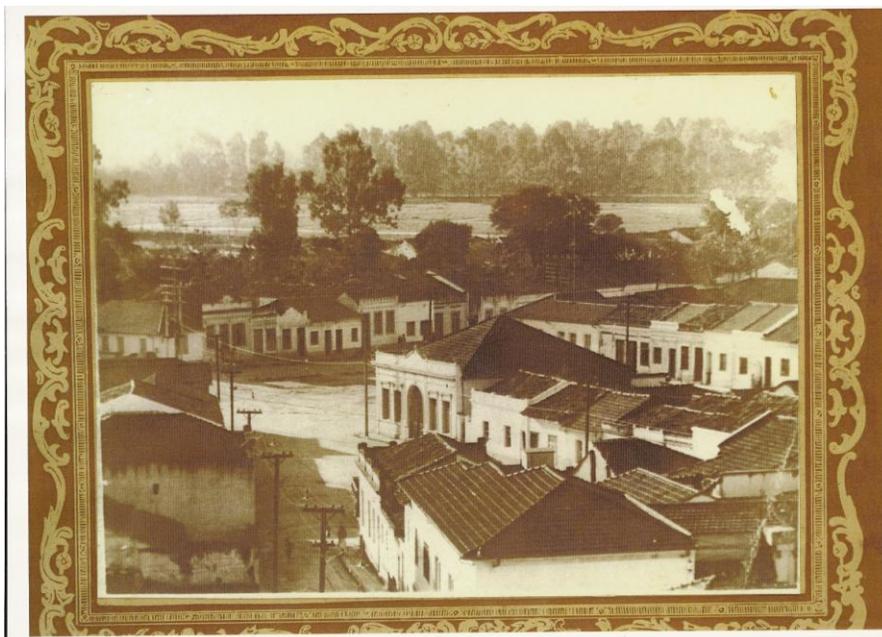
Fonte: Acervo Leonel Papera

A cidade de Jacareí apresenta dados remanescentes de antigos períodos históricos e indícios muito claros não só da ação do homem como do capital, em seu espaço urbano. Como exemplo a transferência do centro comercial da cidade logo após a implantação da rede ferroviária em 1876; mudança essa observada nas narrações de João Baptista Denis Netto em seu livro *Pelas Ruas da Cidade*.

“É quase centenária a denominação oficializada do logradouro, o famoso Largo do Riachuelo, com acesso para a então Rua 11 de Junho...agora chamada Rua Luiz Simon, sempre tiveram apelidos consagrados: um sendo o Largo do Circo; a outra, a de Rua de Baixo. Todas as Companhias circenses que passavam por nossa cidade, antes daquela urbanização e ajardinamento, estabeleciam como regra firmada armarem sua lona no Largo do Riachuelo. E alguns circos maiores chegavam até a bloquear totalmente a passagem de veículos, pela então Rua Sete de Abril. Daí o nome popularizado de Largo do circo, embora naquela área tantas vezes tenham se instalado Parques de Diversões, desses itinerantes. E mesmo casas de espetáculo que nem era de lona, porque de zinco, que foi o caso do Mazzaropi, lá por volta de 1944.

Mas, o Largo do Circo, sem dúvida, se configurava no Largo do Riachuelo, independente do Largo da Quitanda Velha, que é agora a Praça Da. Elvira Lopes da Costa, respeitável e saudosa parteira, mãe do ex-vice prefeito Aldo Lopes da Costa. São dois logradouros, por assim dizer, ligados, porém cada qual com o seu perímetro definido e com sua história. Uma área de circos de cavalinhos; o outro, ponto de convergência para os roceiros que traziam o produto da terra, para os comercializar, ali no Largo da Quitanda Velha...No fim da Rua de Baixo existe hoje o chamado Largo do Rossio, com um santo Cruzeiro. E o povo jacareense mais antigo sempre se referiu ao local como sendo Largo da Forca, evidentemente Largo do Pelourinho, que ficava em lugar freqüentado, já que fazia parte do castigo o escárnio público. Entretanto,...- incontestável é que a praça Elvira Lopes da Costa, o Largo do Riachuelo e a Rua de Baixo, todos se incorporavam na dita “Quitanda Velha”. E quitanda, genericamente, era o ponto comercial da cidade. Eis aí o pólo de atividades afins. Vinda do século passado, a casa de pasto de Madame Simon, a indústria pioneira de Luiz Simon e a Casa Comercial de Nicolau Mercadante.”

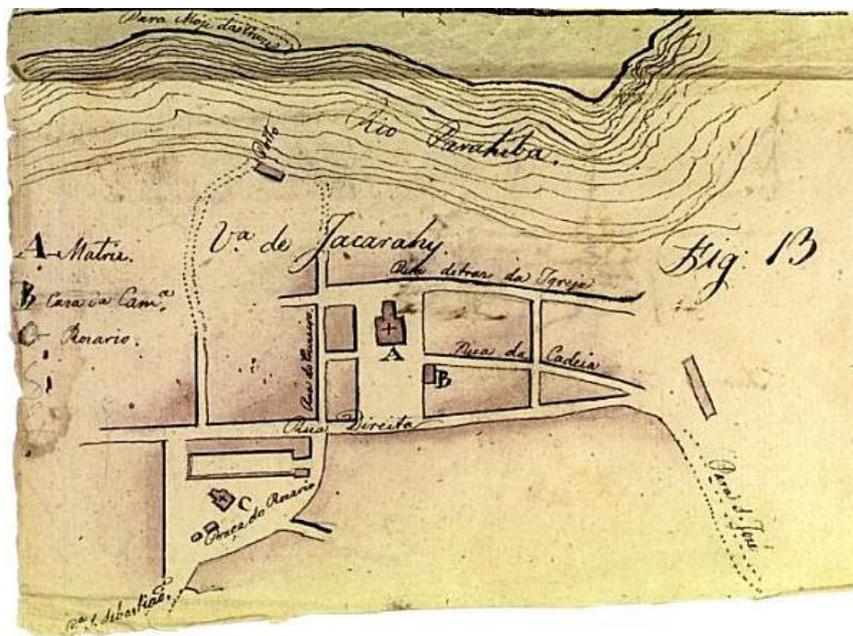
Fig. 40 1º Centro Histórico de Jacaref



Fonte: Luiz José Navarro da Cruz

De documentação de época extrai-se confirmações sobre a primeira mancha urbana da Vila Nossa Senhora da Conceição de Jacarehy ter se dado em torno da Igreja da Matriz e da mudança do leito do Rio Paraíba; conforme desenhos de Arnauld Juliene Pallière presentes na Coleção YAC, no IEB São Paulo.

Fig. 41 Mapa da Vila de Jacarehy 1821 A. J. Pallière



Fonte: Plantas, Pallière, Coleção YAN, IEB, São Paulo.

A partir da implantação da Ferrovia em Jacareí, observa-se uma movimentação da mancha urbana que se desloca da citada Rua de Baixo e entorno da Igreja da Matriz verso a Estação Ferroviária e Largo do Bom Sucesso. Os relatórios resultantes de pesquisa histórica realizada em 1978/79 pelo SEPEDOC –Setor de Pesquisa e Documentação da Prefeitura Municipal de Jacareí, coordenado pelos professores Osmar de Almeida e Maria Lucia Sant’Ana demonstram de modo efetivo como se deu essa mudança.

“A construção da Estação ferroviária em Jacareí iniciou-se em 1875. Sua inauguração oficial data de 2 de julho de 1876 e a linha férrea, de bitola estreita entre a capital e esta cidade data de 3 de julho do mesmo ano. Construída com o objetivo de escoar com maior rapidez toda a produção cafeeira do Vale do Paraíba,...

...No Vale do Paraíba, os principais acionistas da construção da Estrada de Ferro foram João da Costa Gomes Leitão e o (seu genro) Conde Moreira Lima, de Lorena...

... O Largo do ‘Bão Susseço’ possuía residências de taipa, alinhadas, ladeavam a igreja cuja construção data da primeira metade do século XIX, deixando no centro um espaço que é o mesmo hoje ocupado pelas praças e separadas pelos trilhos da Central do Brasil... O Largo começa a mudar o seu visual urbano.

...As novas aspirações sociais, políticas econômicas e o avanço tecnológico atingem o Largo da Estação que gradativamente sofre transformações arquitetônicas, constituindo-se hoje não em uma praça tranqüila, mas um aglomerado de edifícios...

... O Largo sofre modificação em 1877, época em que os trilhos da bitola estreita da Estrada de Ferro do Norte dividem o largo em duas alas, trazendo com elas um novo estilo à arquitetura local. Posteriormente vão se instalando construções mais arrojadas, como a do Cinema Rio Branco (antigo Cinema Popular) e Banco do Vale do Paraíba...

...Desde suas origens, o Largo da Estação caracterizou-se como área comercial. Nele destacavam-se, além dos quiosques, a casa Edison, especializada em discos, fonógrafos e gramofones; a Economizadora Bazar Alfredo de Lima, o Bar do Tônico, a Serraria Lameirão, posteriormente Serraria Comercial, a qual possuía um desvio da Central em seu interior, para carga e descarga de material; e outros estabelecimentos. Como ponto de embarque e desembarque de passageiros, era o local preferido das charretes, tradicional veículo de transporte da cidade...

...Local de intensas atividades econômicas, políticas e sócio-culturais, o Bom Sucesso sempre se caracterizou como centro comercial. É de lembrança o Bar e Restaurante do Pascoal, do Pascoal Marrelli, o Bar Jacarehiense, a Casa Recreio, de Adolpho Arnaldo, a Padaria e Confeitaria Aurora, de Ângelo Niscia, o Salão de

Barbeiro de Caetano Carlos Fernandes, a Casa Norte-Americana de Max Gumberg, a Pharmacia São José de Jarbas de Mattos, o Bar do Bernardo, como também lojas, armazéns, pensões, alfaiatarias, etc. Em decorrência da proximidade com a Estação Ferroviária, concentraram-se na praça os pontos de charretes, táxis e as agências do Malerba e Pássaro Marrom, funcionando dentro do Bar Brasil durante muitos anos...

...Em decorrência da concentração comercial, ao mesmo tempo em que ponto de partida e chegada, (o Largo) a Praça Conde Frontin sempre foi ponto de ‘bate-papo’ cotidiano. As atenções dividiam-se entre o pipoqueiro, o vendedor de amendoim, de algodão doce...

...Na Estação, entre as guloseimas dos quiosques e o frescor do Bar do Paschoal, os trens iam e vinham e a paquera surgia entre um prato de canja quente servido na hora e uma espera. Uma festa que marcou época foi a da inauguração da bitola larga em 29 de novembro de 1905.”

Fig. 42 2º Centro Histórico de Jacaré



Fonte: Luiz José Navarro da Cruz

Jacaré tem um desenvolvimento muito sinalizado pelo avanço do capitalismo internacional, e esse processo pode ser historiado no âmbito local e regional através do Patrimônio Arquitetônico que deu origem ao segundo Centro Histórico da cidade em 1876

com inauguração da Estação da Estrada de Ferro em Jacareí, conforme assinala o pesquisador Adelmir Morato de Lima em seus registros pioneiros sobre a iconografia Valeparaibana, no livro “os 14 do Vale: Pintores Primitivos do Vale do Paraíba”.

“... Com o crescente aumento da produção cafeeira, aumentaram também as dificuldades para escoar com maior rapidez toda a produção. Para resolvê-las, capitalistas e fazendeiros vale-paraibanos financiaram a construção da estrada de Ferro do Norte, que colocou a região em contato com o mercado mundial, através dos terminais de exportação. A ferrovia também trouxe uma nova realidade, facilitando o escoamento de outros produtos agrícolas, trazendo novas informações aos habitantes e provocando o fenômeno da urbanização.... A história da industrialização do vale também está intrinsecamente ligada ao estabelecimento das estradas de ferro, que permitiram o transporte das primeiras máquinas e a comunicação rápida com outras regiões do país”.

Fig. 43 Estação da Estrada de Ferro, 1905



Fonte: Acervo Luiz José Navarro da Cruz – Foto: Rosário Blois

Este conjunto de bens culturais, os imóveis e objetos pertencentes à Estrada de Ferro, denominados aqui Conjunto Histórico Arquitetônico Ferroviário, não foi tombado,

ficou à mercê da necessidade política cultural eleitoreira e foi esfacelado. Ações políticas como essa ocorrem em função da falta de informações por parte da classe dirigente, dos conceitos atuais de educação patrimonial que visam dinamizar a valorização da historicidade do bem material, tornando-o referencial propulsor numa sociedade de reconhecimento da própria história e criador ou fortalecedor de auto-estima no contexto sócio-patrimonial.

“... A ferrovia, que desempenhou papel fundamental para o crescimento de Jacareí, construída com um investimento de um jacareense, sofre um golpe desta magnitude. Aquela área de Jacareí onde passam os trilhos era uma área periférica, um local semi-pantanosos. Com a passagem da Ferrovia, aquele lado da cidade passou a se desenvolver, tomando impulso comercial e habitacional, e de certa forma, crescendo desordenadamente para os lados da Ferrovia que tanto ajudou Jacareí, é considerada um estorvo, a culpada de todos os males no trânsito da cidade e outros mais. Imagine então se todos os projetos ferroviários relacionados com Jacareí, como ligações ao Litoral Norte, Sul de Minas, tivessem vingado? É uma ocasião que lembraremos com tristeza.”(CHRISTOFFER, 2004)

Com a justificativa de escoar o trânsito e de resolver os problemas de congestionamento de automóveis no centro, foi decidido pela prefeitura realizar um projeto de construção de um “anel viário” que fora idealizado pelo ex-prefeito Antonio Nunes de Moraes Junior, alterando a avenida que fora desde a sua existência, a Estrada Velha Rio-São Paulo e destruindo a Ferrovia.

O problema de tráfego congestionado continuou existindo porque o centro continuou sendo a passagem principal para quem precisa atravessar a cidade. Na história das cidades que prezam e preservam a memória histórica cultural, não é comum encontrar ação semelhante. Ação como esta de construir uma estrada esfacelando Patrimônio Cultural foi observada no Governo de Mussolini, na Itália. As críticas e hostilidades à iniciativa do governo fascista se deram em função da construção da “via dei Fori Imperiali”, que une Praça Veneza ao Coliseu; enterrou uma parte da Roma Antiga e Medieval, zona de interesse arqueológico e histórico. Note-se que Praça Veneza era zona de interesse como aparelho ideológico do governo fascista. Ali, se encontrava o prédio com a sacada de onde Mussolini fazia seus discursos ao povo italiano.

Em entrevista realizada no dia 30.10.2008 o Engenheiro Osny Telles Orselli relata sua participação na história recente do patrimônio cultural de Jacareí, no âmbito das mudanças urbanas demolitórias implementadas no Conjunto Histórico Arquitetônico Ferroviário:

P: Qual a sua ligação histórica com a ferrovia em Jacareí e sua participação no movimento de preservação sócio cultural que visava salvaguardar os bens culturais do processo de demolição implementado em Jacareí à partir de 2001?

R: Eu nasci em Santos, morei em São Paulo... e a questão de doze anos eu me mudei para Jacareí. Moro num sítio e comecei à participar da cidade ... e percebi que a cidade tinha um acervo cultural, tem peculiaridades especiais; ela tem detalhes não só no seu conjunto arquitetônico e das obras históricas, mas até pelas ruas, pela parte urbana, pela população em geral que guarda muitas coisas ricas em cultura. Então trouxe uma empresa de produtos ergonômetros e comecei à desenvolver essa empresa aqui em Jacareí e sendo empresário me filiei `a FIESP, à Associação Comercial de Jacareí e aí eu percebi que existia uma série de cidadãos notáveis que queriam montar o Conselho de Segurança aqui em Jacareí e é uma maneira de fazer serviço voluntário para servir a comunidade e fazer a ponte entre as pessoas e as autoridades policiais .Estou falando de 7 ou 8 anos atrás mais ou menos, e um dia virei conselheiro do CONSEG, Conselheiro da FIESP daqui, Conselheiro do Rotary; eu sempre gostei de ajudar as pessoas e sempre fiz isso de maneira despretensiosa, porque nunca quis ser nada político; faço parte porque me convidaram para participar de um partido político mas nunca concorri a nenhum cargo político e; através destes contatos fui convidado à participar do Conselho de Turismo da cidade , do CONTUR. Você sabe que a partir da Nova Constituição as cidades são obrigadas a constituir Conselhos: Conselho do Idoso, Conselho do Adolescente... Tem uns que são bem estruturados e outros a prefeitura, a comunidade é obrigada a compor esse Conselho. Através desse conselho que é composto de pessoas que representam alguma coisa na cidade. Então você pega, por exemplo, o Conselho Municipal de Saúde, que eu também participei, e como é que eu participei? A CIESP me disse: Você quer representar o CIESP (Centro Indústrias Estado de São Paulo)? E Jacareí tem uma sede muito importante porque Jacareí tem muitas indústrias; então eu fui lá para o COMUS representando a CIESP, e aí tem o Rotary dentro do COMUS e assim por diante. E com as novas eleições, porque evidentemente o sistema é dinâmico, a presidente que estava sendo eleita para o CONTUR era a arquiteta Vivien Anselmo, criamos uma chapa com várias pessoas e eu fui como vice-presidente e através do CONTUR que teve um trabalho muito

interessante da arquiteta Vivien Anselmo, queríamos criar o FUNTUR, um fundo de turismo e precisava de um presidente, eu fui e fiquei até pouco tempo lá. E nós tínhamos que traçar o plano de turismo para Jacareí; descobrimos uma série de coisas interessantes. Uma delas é que Jacareí tem o cultivo de flores. É uma das primeiras do Estado de São Paulo e do Brasil. Flores, plantas; poderíamos ter feira e exposições e uma das coisas interessantes que a gente viu era a linha ferroviária. Então o pessoal da Associação Nacional da Preservação Ferroviária (7:32), é uma entidade sem fins lucrativos, pessoas que gostam de preservar a ferrovia, eles nos procuraram porque queriam fazer um projeto que Jacareí seria parte dele, haja vista que nós temos uma tradição antiqüíssima de uma linha ferroviária. Tudo passava por Jacareí, a estrada Rio-São Paulo passava por Jacareí, como passa até hoje; Jacareí foi um importantíssimo centro e continua sendo importante, é uma pena que ela diminui em termos de importância no Vale por forças diversas que não vem ao caso comentar... Mas a tradição de Jacareí sempre foi importante e nós começamos a levantar essa história da ferrovia junto com o pessoal da Associação e o objetivo era ligar basicamente Jacareí com Mogi das Cruzes através de um leito que já existia, que deveríamos renovar esse leito e criar um trem turístico, absolutamente turístico. A primeira coisa era justamente preservar a ferrovia, preservar a estação ferroviária, os terminais, os trilhos, os desvios, porque nós verificamos que aqueles trilhos, os desvios já estavam ali há mais de 100 anos e uma coisa que tem 100 anos estava lá meio abandonada, mas deveria ser preservada. Então... a própria estação que a prefeitura queria mudanças, por que não incluir no plano de urbanização, o plano diretor da cidade como um componente turístico, no sentido de fazer com que esse projeto de trem fosse viável. E começamos a ter reuniões constantes com essa associação. E o interessante é que eu nunca vi ninguém que não goste de trem... Eu que morei também fora do país; me lembro ainda nos Estados Unidos, uma cidade que tem o privilégio, que teve um terminal, uma estação de trem tem que preservar. Uma estação de trem é sempre uma atração turística. Feliz daquela cidade que pode ter um passado ferroviário. Todo mundo gosta. E o Contur entrou de cabeça nesse projeto. Havia um conflito muito grande com a prefeitura porque eles queriam preservar a praça principal da cidade e a praça principal passava ali nos trilhos e deveria deixar os trilhos ali, esse trem viria pelo menos uma Vaz por semana fazendo euforia e toda pompa. O interessante é que a CIESP que significa as empresas grandes e médias de Jacareí, ela começou a patrocinar com dinheiro. Precisava fazer o projeto. Precisava fazer um

estudo de como estavam os dormentes, os terminais; porque nós temos terminais aqui ao longo da zona rural de Jacareí, que são verdadeiras coisas lindas. Onde tinha pequenas paradas e pequenas obras de manutenção de vagões, e tudo isso era um projeto de restaurar tudo isso. Nós visitamos tudo e tiramos fotos. E interessante é que nunca vi nenhuma empresa dizer não. A Petrobrás daria o Diesel porque no início a máquina ia operar a Diesel e depois a gente ia transformar em outra coisa e o governo federal através do Ministério de Transportes com suas linhas férreas; porque o governo federal tem duas linhas grandes. Uma é a rodoviária, e a outra é a ferroviária. O chefe do serviço, logo abaixo do ministro esteve aqui em Jacareí e esteve em Mogi.

Mogi começou mais cedo, já estava pronto. Guararema já estava pronto. Só faltava esse pedacinho aqui para a gente conseguir essa jóia. O próprio governo federal pediu, por favor, vocês do Contur, todo mundo estava apoiando: “Não deixem esse projeto terminar!” Infelizmente não deu certo, acho que a municipalidade achou que eu tinha alguma política.

Por que eles arrancaram muita coisa. Eu tinha foto de tudo, trilho de trem de 130 anos, aquilo foi cortado com maçarico desvio de entroncamento, peças de 120 anos cortado, deixadas na terra e o pessoal roubava e vendia como sucata. Uma tristeza infeliz. Só ficou a estação mesmo assim, eu tecia críticas para o tipo de instalação que foi feita.

Eu me lembro que tinha gente que dizia na rua: “Não deixe tirar o trem!” Eu mesmo convidei o prefeito a fazer a viagem rural, eu e a arquiteta Vivien, achamos que ele não acreditou. E houve uma disputa porque a municipalidade dizia assim: “Esse pessoal é retrógrado, eles querem a volta do trem que matava gente quando passava na cidade”, e não era nada disso. Mas aí eles jogavam o Conselho contra a gente. A metade da população ficava a favor, a metade ficava contra.

O pessoal do governo federal me telefonava e dizia: “Não deixem eles tirar”.

Eu me lembro que eu tirava fotos porque tudo isso foi arrancado na calada da noite.

As cidades como Guararema que implantou o trem, só ganhou com isso e nós ficamos sem a ferrovia e nós ficamos com a história. Em resumo é isso que aconteceu.

P: Você considera que houve um esfacelamento do centro histórico da cidade?

R: Você sabe que as cidades crescem em torno de um Rio ou da via rodoviária ou férrea, uma linha de comunicação nos tempos romanos.

Jacareí foi criada em torno da ligação ferroviária. Justamente no centro. Toda a parte histórica, o Largo foi esfacelado ficou de uma maneira pequena. E nós poderíamos estar com o projeto turístico.

No CONTUR listamos 70 projetos de turismo em Jacareí e fomos levar para ANITUR – Associação dos Municípios de Interesse Turístico do Estado de São Paulo e o presidente disse que com aquela lista de projetos nós poderíamos nos candidatar a ser estância turística.

Pensamos ali no Campo Grande tem o viveiro municipal e ali terá uma parada e um centro ecológico. Temos as fazendas que poderíamos aproveitar tudo isso e transformar em viagens turísticas históricas e preservando nossa origem, e do ponto de vista econômico interessante. Vamos pegar a principal – Mogi – Jacareí.

Nunca precisamos pedir nada sempre tivemos oferta de tudo Petrobrás Diesel, Votorantim. E nesse trajeto divulgaram-se as surpresas, o comércio, todos lucrariam.

P: Qual foi grau de envolvimento entre vocês, legislativo, executivo.

R: Legislativo não participou, ficaram em cima do muro, ninguém nos procurou, tinha vereador a favor e contra. O executivo tinha o secretário do planejamento arquiteto Pedro Ribeiro Moreira.

Nós fomos ao Ministério Público denunciarmos que estavam dilapidando o Patrimônio Histórico. Você precisa mudar o processo urbanístico da cidade; mas você tira as peças, cataloga e apresenta para a história.

Aqui houve idéia muito clara de destruição. Como era destruição de Patrimônio fomos ao Ministério Público Federal. O Estadual ficou assim, mas o Federal abraçou a causa, ela embarcou inclusive a gente tinha bastante contato com ela. Ela sofria muita pressão e depois de dois meses foi transferida.

Vocês desistiram e chegou a existir posição do Ministério, na época a prefeitura foi pouca ética e pediu 10-12 assinaturas a mais contra e a favor do projeto deles e nós pedimos exoneração do cargo, eu recebia em casa ligação de Brasília, do pessoal de Brasília do Ministério dos Transportes que ligava e pedia: “Seu Osny, faz alguma coisa aí, aqui a gente tem pressão dos deputados”. O pessoal do transporte ficava com a gente em off. porque a pressão era grande.

Então existia pressão a nível federal a favor do projeto da política.

Interessante, uma das ocasiões que fomos ao Ministério Público em São José e lá eles diziam: “Não estou conseguindo entender, aparentemente o negócio é pequeno e a prefeitura aqui esteve com 4,5,6 advogados caríssimos”. E nós sabíamos que esses

advogados custam milhares de dólares por hora, porque sabe como é direito essa parte jurídica; você sabe que bons advogados sempre conseguem na lei descobrir coisas dentro da lei.

Ela disse que nunca viu um advogado tão caro defendendo o projeto da prefeitura.

Hoje tem lá uma praça, com cobertura de ônibus, aquela fonte, aquele coreto... Bem em frente lá da Igreja, eu acho que nós perdemos.

P: Engenheiro Osny, você já viu um anel viário passar no centro da cidade?

R: Não eu nunca vi. Isso não é anel. Como associado, um anel tem que começar, ter início, meio e fim.

Esse projeto da nova praça estava no esboço do anel viário. Mas um anel não é assim; ruas com desníveis ruas de todos os lados com obstáculos, anel viário não é assim, ruas com paralelepípedos. Isso não é anel e nós continuamos com problema de transporte. (Orselli, 2008)

Fig. 44 Placa publicitária de obra pública municipal – fictício anel viário



Fonte: Acervo Leonel Papera

O Conjunto Histórico Arquitetônico Ferroviário compreendia:

Trilhos e Dormentes da Ferrovia.

Estação de embarque e desembarque passageiros.

Equipamentos, móveis, objetos de uso funcionais da Estação de passageiros.

Galpão depósito de carvão, e oficina de equipamentos e utensílios ferroviários.

Galpão armazém de cargas e bagagens.

Caixas de água de abastecimento locomotivas.

Pátio de manobras dos veículos ferroviários.

Vilas residenciais dos ferroviários.

Esse conjunto foi esfacelado com a construção do fictício “anel viário” e Parque Municipal implantados no Centro Histórico da cidade; sobre o Patrimônio Histórico Cultural da Ferrovia.

O fictício “Anel Viário” é previsto no Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Município de Jacareí Lei Complementar Nº 49/2003 e Lei Complementar 62/2007. Não foi encontrado estudo de impacto histórico social e ambiental relativo às transformações efetuadas no centro histórico. Nem mesmo é utilizado o termo centro histórico na composição de determinações legais.

No dia 22 de novembro de 2008 o Jornal Comunidade em evidência anunciou que a

“Prefeitura de Jacareí começará a instalar grades de proteção ao pedestre durante a travessia. As grades devem redirecionar o pedestre para atravessar nas faixas exclusivas. A previsão é que até o começo de dezembro os equipamentos estejam totalmente instalados... O investimento da Prefeitura nos equipamentos de segurança no trânsito é de R\$ 181.326,71...” (sem crédito autoral).

Os centros históricos nas políticas urbanas são preservados em suas características geo-históricas para o fortalecimento da identidade cultural do cidadão; em Jacareí a zona do Patrimônio da Ferrovia e o Centro Histórico se tornaram um fictício “anel viário”, área de esportes e zona labirinto com grades para acurralar e direcionar o pedestre, protegendo-o do tráfego. O pensador francês Foucault descreve o panoptismo de Bentham como a arquitetura institucional e prática do modo utilizado para aprisionar o indivíduo considerado anormal na sociedade. Um mecanismo de vigilância absoluta sem a possibilidade do aprisionado se ver vigiado pelo vigilante e sem jamais tê-lo visto. Com o isolamento absoluto se impõem a disciplina e a submissão, pois o aprisionado não precisa ver o vigilante para temê-lo, ele

sabe que constantemente persiste um olhar que o vigia e esse é o olhar panoptico, é olhar do poder “instropectu” nas almas, nas mentes, nos corpos; adequando-os para a tarefa produtiva à qual devem todos se adptar para pertencer ao mundo moderno. De acordo com Foucault,

“A divisão constante do normal e do anormal, a que todo indivíduo é submetido, leva até nós,...a existência de todo um conjunto de técnicas e de instituições que assumem como tarefa medir, controlar e corrigir os anormais, faz funcionar os dispositivos disciplinares...todos os mecanismos de poder que, ainda em nossos dias, são dispostos em torno no anormal, para marcá-lo como para modificá-lo, compõe essas duas formas de que longinquamente deriva.” (Foucault, 1982 p.176)

Fig. 45 Estação Ferroviária



Fonte: Acervo Luiz José Navarro da Cruz

CAPÍTULO VII

EDIFÍCIO DA MANUFATURA DE TAPETES SANTA HELENA

Processo de Tombamento do Edifício da Manufatura de Tapetes Santa Helena pelo CONDEPHAAT-

EDIFÍCIO DA MANUFATURA DE TAPETES SANTA HELENA

Rua Barão de Jacareí, 508

Processo: 24090/85 Tomb. Res. SC 33 de 29/11/90 D.O.: 30/11/90

Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 297, p. 75, 4/3/199. O edifício onde funcionava, até final de 1990, a Manufatura de Tapetes Santa Helena foi construído para fins industriais, entre 1918 e 1931, no imóvel adquirido por Felício Mercadante da Sociedade Anônima Jacareí

Industrial. Constitui-se em exemplar do período em que a industrialização no Vale do Paraíba era ainda incipiente. Compõe-se de dois galpões, o maior deles, com um grande vão livre, sem apoios intermediários e, o menor, vencido por pilares metálicos, em alvenaria de tijolos aparentes na face voltada para o exterior. As suas elevações, ecléticas, apresentam platibanda, pilastras e linhas horizontais em relevo que se interrompem na altura dos arcos plenos das janelas. Fonte Tereza C. R. E. Pereira e Edna H. M. Kamide

Fig. 46 Edifício da Manufatura de Tapetes Santa Helena



Fonte: Acervo Luiz José Navarro da Cruz.

Fig. 47 Desfile do tiro de guerra ao lado do Edifício da Manufatura 1949



Fonte: Acervo José Luiz Navarro da Cruz

O Edifício da Manufatura de Tapetes Santa Helena foi tombado, mas a situação atual é a seguinte: Construção de supermercado. Novembro de 2008.

Fig. 48 Obras no Edifício da Manufatura 11/2008



Fonte: Acervo Leonel Papera

Fig. 49 Obras no Edifício da Manufatura 11/2008



Fonte: Acervo Leonel Papera.

Fig. 50 Obras no Edifício da Manufatura 11/2008



Fonte: Acervo Leonel Papera.

No Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Município de Jacareí; Lei Complementar N° 49/2003, Título V – das Zonas Especiais; Capítulo II – da Zona Especial Central; Artigo 93: VI – requalificação dos prédios da Visetti, do Cine Rosário e da **Fábrica de Tapetes Santa Helena a fim de torná-los equipamentos culturais.**

Para entendermos a contradição das fotos e fatos, enviamos através do Acervo Leonel Papera uma mensagem eletrônica ao CONDEPHAAT, que assim nos respondeu:

“... quaisquer intervenções neste local devem ser previamente analisadas pelo órgão [CONDEPHAAT]. Como a realização da presente obra não teve a devida aprovação do Conselho,... a Unidade de Preservação do Patrimônio encaminhou para o prefeito de Jacareí, Marco Aurélio de Souza, solicitando providências para o embargo da obra, enquanto o CONDEPHAAT não se pronunciar sobre a aprovação”.(DORIS FLEURY, 2008).

CONCLUSÃO

Foi constatada a existência de um rico Patrimônio Histórico Cultural em Jacareí. Foi constatada também a ausência de mecanismos legais que preservem esse patrimônio bem como, foi constatada a dificuldade de se realizar pesquisa histórica patrimonial na cidade e revelada a existência de uma classe dirigente constituída desprovida de conhecimentos acerca da legitimidade legal e científica que resguardam os Patrimônios Culturais e o subsequente direito à memória inerente a todo cidadão nesse século XXI.

Parte de documentação histórica existe, está conservada e distribuída em alguns setores, mas não existe uma organização arquivística sistêmica desses documentos. Com relação à origem do Museu de Antropologia do Vale do Paraíba não existiu o desenvolvimento das diretrizes que nortearam sua fundação. Não existe um projeto global de mudanças implementadas no “Centro Histórico e Conjunto Histórico Arquitetônico Ferroviário” de Jacareí, com estudo de impacto histórico-cultural e ambiental. No Seplan existe um Inventário do Patrimônio Arquitetônico de Jacareí de 2003 que foi consultado para buscar referências e justificativas que respondessem aos últimos fatos que causaram danos inexoráveis ao Patrimônio Histórico Cultural da cidade de Jacareí; mas esse inventário não apresenta valor efetivo legal e é incompleto.

O reconhecimento desse Patrimônio Histórico Cultural passa pela utilização de métodos de pesquisas, de corpo técnico habilitado, de participação civil, de corpo legislativo pensante, atuante e atualizado sobre o mundo científico, de proposições do conjunto de poderes instituídos Executivo, Legislativo e coletivo em criar uma política cultural que vise difundir e salvaguardar o patrimônio cultural para legitimá-lo e tutelá-lo de modo estratégico e abrangente. Essa ação múltipla em defesa da preservação do Patrimônio Cultural, implicaria em mudanças na cultura política que segundo FENELON;

“No Brasil,... no tocante às políticas de preservação do patrimônio histórico, seja no âmbito federal como no estadual e municipal, estas ações guardaram sempre a marca da improvisação e da empiria, ou da manipulação e do uso político da cultura”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANTES, Antônio Augusto. Produzindo o Passado, São Paulo, Brasiliense, 1984.
- AUGUSTO, Gil. Luar de Janeiro: Lisboa, Ática 9ª ed. 1945 p. 140.
- BANDEIRA, Julio, LAGO, Pedro Correa. Debret e o Brasil - Obra Completa. São Paulo, Capivara, 2º ed., 2008 ilustrado.
- BENJAMIN, Walter. Obras Escolhidas, São Paulo, ed. Brasiliense, 1996.
- BREVES, Guido Sergio da Costa. Olha o Creme Suíço Barão de Vassouras olha o Biscoito de Jacareí. Quem vai querer? São Paulo, Alfa-Omega, 1996.
- BURKE, Peter. La Storiografia Contemporana. Bari. Laterza. 2000.
- CALI, Plácido. Sítio Arqueológico Rio Comprido e seu contexto no Vale do Paraíba, Jacareí, 1999.
- CHAUI, Marilena. DPH – Departamento Patrimônio Histórico do Estado de São Paulo. Ementa da disciplina História, Memória e Patrimônio, Univap, 2008.
- CONTRIM, Gilberto. História do Brasil, São Paulo, Saraiva, 1991.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. Antropologia do Brasil-Mito-História-Etnicidade, São Paulo, Brasiliense/USP, 1º ed., 1986.
- DENIS NETTO, João Batista (JOBANITO). Pelas Ruas da Cidade, Jacareí, Semanário, 1996.
- ECO, Umberto. Come si fa una tesi di laurea-Le materie umanistiche, Milano, Ed. Bompiani, 1996.
- FENELON, Dea Ribeiro. Políticas Culturais e Patrimônio Histórico DPH, SP, 1992. Ementa da disciplina História, Memória e Patrimônio, Univap, 2008.
- FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala, São Paulo, Circulo do Livro, s.d.
- FOULCAULT, Michel. Microfísica do Poder, Rio de Janeiro, Graal, 6ª ed., 1986, p. 175.
- FOULCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Rio de Janeiro, Graal, 1982, p. 176
- FOULCAULT, Michel. A Arqueologia do Saber. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1986.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Arqueologia. São Paulo. Ática, Série Princípios, 1988.

GINSBURG, Carlo. Il formaggio e i vermi: Il cosmo di um mugnaio del'500. Torino, Einaudi Editore, 1976.

GONZÁLEZ, Érika M. Robrahn. ZANETTINI, Paulo Eduardo. Jacareí às vésperas do descobrimento: A pesquisa arqueológica no Sítio Santa Marina. Jacareí, 1º ed., 1999.

GUARNIERI, Waldisa Russio Camargo (Waldisa Pinto Russio). MUSEU, um aspecto das organizações culturais num país em desenvolvimento. São Paulo. Memória para optar ao grau de Mestre. Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Escola Pós Graduada de Ciências Sociais, 1977.

GUARNIERI, Waldisa Russio Camargo. Um Museu de Indústria em São Paulo. São Paulo, Fundação Escola de Sociologia e Política de S. Paulo – 1980.

HOLANDA, Sérgio Buarque. Caminhos e Fronteiras. Rio de Janeiro, José Olympio, 2º ed. 1975.

HOLANDA, Sergio Buarque de. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro, José Olympio, 19º ed., 1987.

JOVINE, Francesco. L' Imperio in Provincia. Roma Einaudi, 1945.

LE GOFF, Jacques. Por amor às cidades. São Paulo, U NESP, 1997.

LEMOS, Carlos A.C. O que é Patrimônio Histórico e Cidadania. São Paulo, Brasiliense, 1987.

LENCIONI, Benedicto Sergio. Retalhos da Memória. Jacareí, Fundação Biblioteca Nacional, 1999.

LIMA, Adelmir Morato de. Kawal, Luiz Ernesto M. Os 14 do Vale: Pintores Primitivos do Vale do Paraíba. São Paulo, Art, 1987

LOBATO, Monteiro. Cidades Mortas, São Paulo, ed. Brasiliense, 22ª ed., 1981.

PAOLI, Maria Célia. Memória, História e Cidadania: O Direito ao Passado DPH, SP. Ementa da disciplina História, Memória e Patrimônio. Univap, 2008.

PILETTI, Nelson. História do Brasil, São Paulo, Ática, 14ª ed., 1997.

PINTO, Antônio Luiz de Toledo. WINDIT, Márcia C. Vaz dos Santos. CÉSPEDES, Livia. Obra Coletiva, Código Civil e Constituição Federal, São Paulo, Saraiva, 12ª ed., 2006.

PRADO, JUNIOR Caio. História econômica do Brasil, São Paulo, Brasiliense, 34^o ed., 1986.

PROUS, André. Arqueologia Brasileira. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1992.

REIS, Paulo Pereira dos. O Índigena do Vale do Paraíba: apontamentos históricos para o estudo dos indígenas do Vale do Paraíba paulista e regiões circunvizinhas. São Paulo, Governo do Estado, 1979.

RIBEIRO, Berta. O índio na história do Brasil. São Paulo, Global Editora, 6^o ed., 1989.

RIBEIRO, Darcy. Os Índios e a civilização. O processo de integração dos índios no Brasil moderno. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970.

SAMPAIO, Antônio Gomes de Azevedo. Abolicionismo, Jacareí, editado pela Prefeitura Municipal de Jacareí, 2^o ed., 1980- 1^o ed. 1890.

SANTOS, Márcio. Estradas reais: introdução ao estudo dos caminhos do ouro e do diamante no Brasil. Belo Horizonte, Estrada Real, 2001.

TIRAPELI, Percival. Arte Sacra Colonial – Barroco Memória Viva. São Paulo, UNESP/Imprensa Oficial do Estado, 2^o ed., 2006.

THOMPSON, Paul. A Voz do Passado: História Oral, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 3^a ed. 2002.

TURCI, Érica; BARUEL, Tatiana. O Que se Conta Daqui..., Jacareí. ed. do Autor, 2006.

VESENTINI, J. Willian. Sociedade e Espaço. São Paulo. Ática. 1997.

LIMA, Adelmir Morato de. Museu de Antropologia do Vale do Paraíba: as implicações de um projeto. In Revista de Museologia n^o 1. São Paulo. 1989.

ALMEIDA, Osmar e SANT'ANA, Maria Lucia. Relatórios do SEPEDOC-SETOR DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO da Prefeitura Municipal de Jacareí. Comissão de Estudos para Fundação do Museu de Jacareí. 1979.

ENTREVISTAS realizadas com registro áudio visual:

Adelmir Morato de Lima

Ayrton Vinícius Naves Silva

Dr. Celso Paiva Ferreira

Benedito Sérgio Lencioni
Luiz José Navarro da Cruz
Maria Ada Cherubini
Maria de Araújo Cappelli
Maria Lúcia Sant'Ana
Osmar de Almeida
Osny Telles Orselli
Pascoalina Alberigi.
Wagner Gomes Bornal

Sobre restrições de entrevistados, em divulgar as entrevistas:

A pesquisa promovida junto a Fundação Cultural “José Maria de Abreu”, de Jacareí; foi realizada através de uma entrevista de 01 hora e 34 minutos registrada com recurso áudio-visual com o Diretor de Patrimônio: Wagner Gomes Bornal, no dia 23/10/2008 no Galpão de Depósito e Armazém da Rede Ferroviária Federal, onde estão localizados e agregados o escritório da Fundação Cultural e Núcleo de Arqueologia, ao lado da Estação Ferroviária da cidade; mas não foi possível apresentar os dados pronunciados pelo Diretor de Patrimônio porque ele impôs restrições para a utilização da entrevista. No cabeçalho da autorização, onde se escreve a cidade e data, aparece São José dos Campos, apesar de nos encontrarmos no momento da escritura ao interno do Patrimônio Histórico Arquitetônico da Ferrovia de Jacareí, onde se encontra instalado o escritório da Fundação Cultural de Jacareí, e especificou que seus depoimentos apresentados na entrevista poderiam ser utilizados somente, sem que houvesse veiculação midiática do material, conforme cópia da autorização conservada no Arquivo da autora da presente pesquisa.

Sabendo-se que os projetos de pesquisas científicas, no mundo contemporâneo civil e acadêmico visam a ampla e irrestrita difusão dos dados recolhidos inéditos, para contemplar a sociedade e o cidadão com ativa divulgação do direito ao conhecimento, à informação e ao saber; priorizou-se a omissão da entrevista do Diretor de Patrimônio Wagner Bornal, para podermos garantir a legalidade da veiculação desta primeira pesquisa sobre a preservação do patrimônio Cultural de Jacareí, em todos os meios de divulgação,

inclusive o midiático; visto que os outros entrevistados, não apresentaram restrições à divulgação de seus pronunciamentos ou restrições aos meios de divulgação destes.

No entanto, destacamos que a entrevista de Wagner Bernal se encontra disponível, em arquivo digital e papel encadernado, no escritório de pesquisa Histórica e Genealogia, de Cesira PAPER, para ser utilizada por estudantes, pesquisadores e interessados na recente História Cultural de Jacareí, bem como, interessados em todas as últimas ações responsáveis pela preservação ou demolição do Patrimônio Cultural de Jacareí. Endereço do escritório: Avenida Edmundo de Souza, 84, Jd. América, Bairro São João, Jacareí, SP, Brasil.

- Inventário Patrimônio Arqueológico Arquitetônico de Jacareí: Propostas e Diretrizes para Lei de Uso e Ocupação do Solo – Diretoria de Patrimônio Cultural - Fundação Cultural de Jacareí - Setembro de 2003 – SEPLAN (Secretaria do Planejamento de Jacareí); Ausentes créditos autorais e paginação.

-Livro de Registros de Sepultamentos do Cemitério da Saudade, de Jacareí. . Nº 21875-1880. Ano 1875.

- Registro de Tombamento da Capela de Nossa Senhora dos Remédios

Confluência das Rodovias Jacareí/Guararema e Presidente Dutra.

Processo: 22150/82 Tomb.: Res. 14 de 1/8/84 D.O.:2/8/84

Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 228, p. 63, 20/1/1987.

- Registro de Tombamento do Edifício da Manufatura de Tapetes Santa Helena

Rua Barão de Jacareí, 508 Jacareí SP.

Processo: 24090/85 Tomb.: Res. SC 33 de 29/11/90 D.O.: 30/11/90

Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 297 p.75, 4/3/1991.

- Registro de Tombamento do Solar Gomes Leitão

Rua XV de Novembro, 143 Jacareí SP.

Processo: 20546/78 Tomb.: Res. De 6/12/78 D.O.: 7/12/78

Livro do Tombo Histórico nº 127 p.23, 13/7/1979.

Fonte: Ema Marina Garcia Saez

Secretaria do Estado da Cultura: www.cultura.sp.gov.br/portal Acesso em 04/05/2008.

- Inventário de João da Costa Gomes Leitão, 1879.
- Arquivo Público e Histórico de Jacareí
- Arquivo Público do Estado de São Paulo
- Arquivo Nacional no Rio de Janeiro
- Arquivo do IEB- Instituto de Estudos Brasileiros
- Arquivo Geral da Torre do Tombo - Lisboa - Portugal
- Acervo fotográfico Luiz José Navarro da Cruz
- Acervo Leonel Papera
- Cartório do Registro Civil das Pessoas Jurídicas
Comarca de Jacareí – Estado de São Paulo
- Consultoria Técnica Arquitetura: Ivo de Moraes Pisteco
- Associação Nacional de Preservação Ferroviária – A História nos Trilhos N. 17
- CONDEPHAAT - Conselho do Patrimônio Histórico Arquitetônico Arqueológico

Artístico e Turístico do estado de São Paulo

FLEURY, Doris .in mensagem eletrônica condephaat@culturahotmail.sp.gov.br Acesso em 10/11/2008.

OLIVEIRA, Ana Gita. in Salva-guarda do Patrimônio Cultural: Base para Constituição de Direitos. www.iphan.gov.br Acesso em 03/04/2008.

SANTOS, Cecília Rodrigues. Novas Fronteiras e Novos Pactos para o Patrimônio Cultural. In São Paulo em Perspectiva. São Paulo.in www.ipahn.gov.br Acesso em 02 /11/ 2008.

CHRISTOFFER, R. – Webmaster – ANPF - 2004

www.anpf.com.br Acesso em 12 /04/2008.

- Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Município de Jacareí

www.camarajacarei.sp.gov.br/1_legislacao/leismun_2001/lei_4557.html Acesso em 29/06/2008.

www.iphan.gov.br Acesso em 23/09/2008.

www.creasp.gov.br Acesso em 30/04/2008.

www.semanariodejacarei.com.br Acesso em 04/05/2008.

www.museologia.org.br Acesso em 17/04/2008.

www.jacarei.sp.gov.br Acesso em 23/07/2008.

[www.wikipédia](http://www.wikipédia.org/wiki/Índios_Tupinambás) Brasil. Acesso em 26/08/2008.

[www.wikipédia](http://www.wikipédia.org/wiki/Índios_Tupinambás) Itália Acesso em 20/05/2008.

Fig. 1 : Índios Tupinambás da baía do Rio de Janeiro –Jean de Léry.

<http://www.jangadabrasil.com.br/abril20/of20040b.htm> Acesso em 12/11/2008.

Fig. 2: Mapa da Capitania de S. Vicente.

Fonte: ANDRADE, Antonio Carlos Argôllo de Andrade; ABREU, Maria Morgado. A História de Taubaté através de textos. Taubaté, ed. Taubateana, 1º ed., 1997.

http://caminhos-historia.blogspot.com/2009_09_01_archive.html Acesso em 14/11/2008.

Fig. 3 : Urna funerária indígena desenho de Jean Baptiste Debret- 1827-1829.

<http://virtualiaomanifesto.blogspot.com/2008/11/viagem-pitoresca-ao-brasil-de-debret-e.html> Acesso em 09/11/2008.

Foto 4: Sítio arqueológico Santa marina-Jacareí

Foto 5: Sítio arqueológico Santa Marina-Jacareí

Foto 6: Sítio arqueológico Vila Branca – Jacareí

Foto 7: Sítio arqueológico Vila branca – Jacareí

Foto 8: Sítio arqueológico Vila Branca - Jacareí -Pedra Memorial

Foto 9: Sítio arqueológico Vila Branca – Jacareí – Pedra Memorial

http://www.itaucultural.org.br/arqueologia/pt/oq_arqueologia/escavacoes00.htm Acesso em 04/11/2008.

Fig. 17: Gravura da Estrada entre Jacareí e Freguesia da Escada de Thomas Ender

<http://florabrsiliensis.cria.org.br/info> Acesso em 10/11/2008.

Fig. 42: Mapa Vila de Jacareí desenhos de Arnauld Juliene Pallière

<http://books.google.com.br/books> Acesso em 15/11/2008.